



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ORGÃOS HUMANOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1013/04	DATA: 10/8/2004
INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 21h55min	DURAÇÃO: 7h1min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 6h59min	PÁGINAS: 199	QUARTOS: 84

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Médico nefrologista.
RUI NORONHA SACRAMENTO - Médico urologista.
MARIANO FIORE JÚNIOR - Médico neurocirurgião.
ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Médico neurocirurgião.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Há exibição de vídeo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da 26ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação de organizações atuantes no tráfico de órgãos humanos.

Informo aos Srs. Parlamentares que, por falta de *quorum*, ainda não foram distribuídas as cópias das atas. Vamos, portanto, neste momento passar à parte dos depoimentos. Antes, porém, queremos fazer leitura do Expediente.

Ofício recebido da Liderança do PPS, justificando a falta do Sr. Deputado Federal Geraldo Resende, membro titular da CPI, em virtude de o Parlamentar estar participando de compromisso político-partidário em seu Estado de origem.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública com a presença dos Srs. Dr. Pedro Henrique Torrecillas, médico urologista; Dr. Rui Noronha Sacramento, médico urologista; Dr. Antônio Aurélio Monteiro, médico neurocirurgião; Dr. Mariano Fiore Júnior, médico neurocirurgião.

Neste momento queremos convidar para fazer parte da Mesa o Dr. Pedro Henrique Torrecillas. Queremos convidar a Secretaria da Comissão para que possa conduzir os demais depoentes às salas em anexo deste plenário: Dr. Rui Noronha Sacramento, Dr. Antônio Aurélio Monteiro de Carvalho e Mariano Fiore Júnior. A Secretaria da Comissão estará encaminhando esses 3 convidados para as salas.

Art. 210 do Código de Processo Penal:

“As testemunhas serão inquiridas cada uma de modo que umas não saibam nem ouçam o depoimento das outras, devendo o Juiz advertir das penas cominadas ao falso testemunho”.

Neste momento quero convidar o depoente Dr. Pedro Henrique Torrecillas para que preste juramento a esta Comissão, conforme o art. 342 do Código de Processo Penal.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:



“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou interprete em processo judicial, policial, ou administrativo, ou em juízo arbitral”.

Vamos, neste momento, tomar depoimento do Sr. Pedro Henrique Torrecillas, que foi arrolado neste processo, foi citado na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os fatos ocorridos na cidade de Taubaté, quando 4 pessoas foram arroladas no processo, 4 médicos, e no processo em que está sendo apurada a investigação e morte de 4 pessoas no Hospital Universitário de Taubaté. E nós vamos então, neste momento, passar a palavra ao Dr. Pedro Henrique Torrecillas, que terá o prazo de até 20 minutos para falar sobre o assunto e, em seguida, os nobres Parlamentares farão uso da palavra para interpellá-lo.

Neste momento, concedo a palavra ao Dr. Pedro Henrique Torrecillas para fazer uso e falar sobre o assunto de Taubaté, do qual ele foi inquirido.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Agradeço a todos os Deputados. Já peço desculpas antecipadamente, porque este é um fórum com o qual não estamos acostumados, e, portanto, até algumas referências podem não ser feitas de maneira correta como aqui se fala e se coloca, mas quero dizer que estou absolutamente à disposição dos senhores. Não tenho nada para falar, estou aqui para responder a tudo aquilo que os senhores acharem por bem. Talvez uma pequena correção: não sou urologista, sou nefrologista. Não sou cirurgião, não opero ninguém, só faço tratamento clínico. Trabalho como urologista, claro, mas sou nefrologista. O nefrologista nada mais é do que o clínico que trabalha com o rim. Ou seja, a especialidade é o rim, mas não opera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos, neste momento — eu queria pedir até dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito —, eu queria convidar os nobres presentes, vamos nos colocar de pé e vamos fazer um minuto de silêncio. Nós hoje tivemos, com pesar, e registramos a morte do Parlamentar Federal desta Casa, o Deputado Federal Afonso Gil Castelo Branco, que é Promotor e faleceu ontem no Estado do Piauí, colega nosso. Vamos neste momento prestar homenagem a este Parlamentar. *(Pausa.)*

Nós vamos iniciar nosso interrogatório.

Dr. Pedro Henrique Torrecillas, o senhor é médico há quantos anos?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Vinte e oito anos de formado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De formado?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Óbvio. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Trabalhou durante quanto tempo na cidade de Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Dezoito anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dezoito anos? Quando foi realizado o primeiro transplante na cidade de Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não me recordo bem a data, porque, se o senhor me permite, as datas guardo assim: quando fui para Taubaté, meu filho nasceu. Ele tem 18 anos. Eu iniciei o programa de transplante aproximadamente 1 ano depois. Então, é só fazer os números. É por aí. A data certa não sei. Dezesete anos atrás praticamente saiu o primeiro transplante de Taubaté. Iniciou-se o programa de transplante por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor, ao chegar na cidade, já chegou para implantar esse serviço de transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente. Eu fui especificamente levado à cidade, como clínico, como nefrologista, para montar o serviço de transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A convite de quem?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A convite do Dr. Rui Sacramento, urologista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Rui Sacramento?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que credenciou o senhor para receber esse convite do Dr. Rui Sacramento?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Porque é a minha especialidade. Quer dizer....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já havia feito algum transplante antes?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sempre. Eu já militava em transplante há mais do que 10 anos. Quer dizer, eu praticamente não fiz outra coisa a não ser transplante a vida inteira. Eu me formei, depois fiz minha residência em



clínica médica, depois fiz minha especialização em nefrologia. Aí, comecei a trabalhar em transplante no Hospital das Clínicas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hospital das Clínicas de São Paulo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim. Na Unidade de Transplante Renal, do Hospital das Clínicas de São Paulo. E aí militei nos próximos praticamente 10 anos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No Hospital das Clínicas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Realizou vários transplantes no Hospital das Clínicas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Veja, é: o clínico acompanha o transplante. Ele não realiza o transplante, mas ele prepara o receptor, prepara o doador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor participou de equipe de transplantistas no Hospital das Clínicas durante 10 anos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeito. Perfeito. Faz parte de uma equipe de transplantadores, vamos dizer assim. Está certo? É o clínico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor conhecia o Dr. Rui Sacramento há quantos anos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Desde que fui para lá. Então, são 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele fez o convite para o senhor antes de o senhor ir para lá?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É. Interessante. Já entendi a pergunta. Ele foi, porque o Dr. Rui Sacramento também é do Hospital das Clínicas de São Paulo, também se formou lá na Unidade de Transplante como urologista, naturalmente. E ele, mais ou menos 1 ano e meio ou 2 anos antes, ele já estava interessado em montar um serviço de transplante em Taubaté. E nessa época, ele iniciou uma programação, um estudo de se realizar um trabalho de transplante em Taubaté junto com o Dr. Kalume, inclusive. O Dr. Kalume fazia parte junto com o Dr. Rui Sacramento, desse programa de transplante. Mas aí tiveram alguns problemas, acho que provavelmente faltava talvez o clínico, como eu não estava lá, eu não sei,



sei que eles tentaram, iniciaram, fizeram contatos, mas aquilo parou e ele retomou novamente, e ele não me conhecia. Ele foi no Hospital das Clínicas procurar um clínico. Vocês conhecem algum clínico que esteja interessado de sair de São Paulo e tal, que vocês me indiquem, que seja de segurança, porque eu preciso fazer isso, preciso que vá à escola, que monte o serviço na faculdade, etc., e aí me indicaram. E assim eu conheci, foi assim. Indo para Taubaté, olhando, já fazia tempo que eu queria sair de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor o conheceu durante o tempo que ele trabalhou no Hospital das Clínicas de São Paulo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não o conhecia. Antes não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor falou que ele também trabalhava no hospital.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele já tinha saído. O Dr. Rui, quando eu saí de São Paulo, a data certa eu não sei dizer, mas ele aproximadamente já está há uns 5 a 6 anos em Taubaté, ele é mais velho que eu. É fácil de entender, tá difícil assim. O Dr. Rui é mais velho do que eu, ele tem mais tempo de formado do que eu, e eu estava no Hospital da Clínicas já faziam 5, 6 anos que ele tinha saído. Na verdade, nós 2 não trabalhávamos na mesma unidade. Ele trabalhava na Urologia, que fazia parte também da unidade de transplante, ou seja, são duas unidades separadas. Uma de clínicos, outras de cirurgiões. Então quando o Dr. Rui saiu, eu não tive contato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Naquela época o senhor já conhecia a lei que tratava sobre transplante no Brasil?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim, conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Conhecia? Tinha conhecimento de todos os artigos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Todas as exigências da lei, para que...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Inclusive aquelas que não podem ser cumpridas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que o médico... O senhor acha que existem artigos então na lei que não podem ser cumpridos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Naquela época, sim, porque era necessário que o legista fizesse o diagnóstico de morte, isso é impossível se fazer antes da retirada dos órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje como o senhor avalia a nova lei de transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu acho muito boa. Hoje as coisas mudaram, aliás, foi com este acontecimento todo de Taubaté que se iniciou uma renovação desta lei dos transplante, começou a se olhar os problemas que eventualmente poderiam acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então aconteceram problemas em Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, aconteceram problemas, é óbvio, tanto é que estamos aqui, os problemas foram no sentido de que há necessidade de se corrigir todo esse aspecto técnico do transplante, da doação, para que depois não existam dúvidas sobre isso. Para se reportar a isso, sua pergunta é extremamente inteligente, muito boa. A gente tem que se reportar a 18, 19 anos atrás, o que acontecia com o transplante, porque é óbvio que todos nós pensamos no momento atual e o que foi feito a 18 anos atrás. A 18 anos atrás existiam quatro unidades de transplante no Brasil. Em São Paulo, só se transplantava em um lugar, no Hospital das Clínicas. Fora do Hospital das Clínicas, algum outro lugar eventual de transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe qual é esse outro eventual?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não sei. Mas o lugar central, onde todos os transplantadores do Brasil foram, foi no Hospital das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas naquela época o senhor já era médico transplantista.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quando o senhor trabalhava no Hospital das Clínicas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Portanto, o senhor devia conhecer outros médicos e outros hospitais que também realizavam transplante em São Paulo. Ou era só o Hospital das Clínicas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, um trabalho de transplante organizado e que se fazia com rotina, com fila organizada, era praticamente só o Hospital das Clínicas, se transplantava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E os outros faziam, mas não eram organizados.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exato. Não, não é que não seja organizado, mas vamos dizer assim, na época, a 18 anos atrás, o Hospital das Clínicas tinha 2.200 transplantes realizados. Começou em 1960, aproximadamente, a história. É lógico que o senhor vai encontrar um transplante na Beneficência Portuguesa, vai encontrar no Einstein, vai encontrar um no Sírio — eu digo um, mas vamos falar 10, 15, 20 —, não era uma coisa como era realmente o Hospital das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, naquela época essas outras unidades também já faziam transplante.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Faziam. Mas não era uma coisa assim, dessa maneira, de se fazer 2, 3, 4 transplantes por semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E por que Taubaté foi escolhido?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Então, aí é interessante. Fora de São Paulo, quais eram os outros lugares em que se fazia transplantes? Ribeirão Preto, naquela época — estamos falando a 19 anos atrás. Ribeirão Preto fazia, São José do Rio Preto fazia transplante, e em Sorocaba se fazia alguma coisa, aqui também, aqui também era um núcleo, já na época, forte. Eram praticamente esses 4 centros. Então o tempo que eu fiquei no Hospital das Clínicas, a minha formação foi de contato com esses colegas, por exemplo, de São José do Rio Preto. Depois vou explicar uma coisa para vocês, se tiver oportunidade, por que um dos rins nossos, das nossas nefrectomias, foi para São José do Rio Preto. Porque havia conhecimento do colega que tinha o serviço lá. Então, na verdade, a 18 anos atrás, nós tínhamos 4 centros transplantadores no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quatro centros.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Desculpe, não sei se estou sendo claro, centros que treinavam pessoas e que faziam transplantes rotineiramente. Está certo? Eram esses 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor recebeu treinamento para transplante de qual médico?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - De qual médico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o profissional que treinou o senhor para fazer transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não, isso é uma equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sei, mas o senhor recebeu o treinamento de alguém.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim, do Hospital das Clínicas de São Paulo, da Unidade de Transplante Renal do Hospital das Clínicas de São Paulo, da Universidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quais foram os médicos que fizeram o primeiro transplante no Hospital das Clínicas de São Paulo, o senhor sabe?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O senhor quer saber quem foi o médico, o cirurgião, eu não me lembro dele. O próximo que vai falar depois de mim vai lembrar. Eu não me lembro, o cirurgião, eu não me lembro, porque, quando eu estava lá, ele já tinha saído, em 60.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Hospital de Taubaté que o senhor trabalhava, era qual o nome dele?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu trabalhava no Hospital Universitário de Taubaté.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Universitário de Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Isso, e trabalhava no Hospital de Clínicas de Taubaté, que é o Hospital Santa Isabel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O transplante de que o senhor participou, o primeiro transplante foi realizado em qual hospital? Universitário ou no Santa Isabel?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Agora me pegou, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os 2 faziam transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, nós fizemos transplante no Hospital Santa Isabel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o Universitário não fazia transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sabe que eu não me lembro disso? Exatamente se nós fazíamos lá, eu não me lembro. Acredito que fizemos 1 ou 2 transplante, eu não me lembro. Não vou responder uma coisa que não tenho certeza absoluta. Se o senhor me permite, eu me lembro, por outro lado, que não se fez nenhuma nefrectomia no Hospital Universitário. Isso é claro, tranqüilo, nisso não há problema. Agora, os transplantes, fizemos transplantes no Hospital de Clínicas e não me lembro se fizemos algum no Hospital Universitário. Disso não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não lembra?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor se formou há quanto tempo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Vinte e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor lembra o que o senhor aprendeu durante o tempo que o senhor estudou?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por isso o senhor está praticando a Medicina até hoje.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor esqueceu o hospital em que fez o primeiro transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Esqueci, esqueci. E esqueci mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor chegou a fazer transplante, então, no Hospital Universitário?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Me desculpe. O que o senhor chama de fazer o transplante?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor participou de uma equipe de transplante lá em Taubaté, não participou?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O serviço de transplante, ele é um processo, desde o processo de retirada até o processo de transplante.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga)- Vocês só faziam retirada ou fazia também o transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não fazia nem a retirada, nem o transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor acompanhava?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu acompanhava o possível doador, depois que tinha o diagnóstico de morte encefálica, e acompanhava o possível receptor. Essa era a minha função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem é que fazia o diagnóstico de morte encefálica?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O neurocirurgião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome dele?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Foram vários. Tivemos vários, tivemos o Dr. Aurélio, tivemos um neurocirurgião de Pindamonhangaba, que agora não me lembro o nome dele, que também fez, porque, na verdade, era o plantonista do dia que estava na UTI que era responsável por isso, e o Dr. Mariano. Tem mais um neurocirurgião de que não me lembro, porque houve uma nefrectomia também em Pindamonhangaba, uma cidade fora de Taubaté.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Rui Sacramento, qual era a função dele no Hospital Universitário?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele dava aulas, na cadeira de urologia, acompanhava, senão me engano, o 4º ou 5º ano da faculdade, ele dava aula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele era diretor do hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Do Hospital Universitário, o senhor está perguntando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele era diretor clínico do hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele não tinha nenhuma função dentro do hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Administrativa, nenhuma. Ele trabalhava como vários médicos lá dentro, como eu trabalhava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem diretor clínico, nem...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não. Administrativo, não, como eu também nunca tive nenhum cargo administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas foi ele que convidou o senhor para ir a Taubaté, para fazer parte da equipe de transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim, ele me convidou para montar o serviço de transplante, de diálise, inicialmente, e depois o de serviço de transplante no Hospital Universitário. E, paralelamente, montar a cadeira de nefrologia na faculdade, ou seja, para dar aula aos alunos, eu também dava aula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele como professor?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele fazia convite, levava novos funcionários para o hospital, ele que decidia qual o tipo de serviço para o hospital iniciar?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não. Na verdade, ele não decidiu nada. A administração do hospital, junto com a universidade, estava interessada em que se montasse um serviço de transplante na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A administração do hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - E a universidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pela forma como o senhor colocou, o senhor foi convidado por ele, não é verdade?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Fui convidado por ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ele tinha autorização para convidar o senhor, da direção do hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele tinha a responsabilidade de encontrar um clínico que pudesse montar o serviço de transplante, sobre o aspecto clínico, e ele fazer a parte cirúrgica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor, quando chegou ao Hospital Universitário, o senhor encontrou naquele hospital um hospital realmente com instalações adequadas, com equipamentos adequadas, com todo o aparato necessário para que pudesse ter sucesso numa cirurgia de transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Isso aí é bastante interessante, porque a cirurgia de transplante é uma cirurgia de médio porte. Ela não necessita de UTI e ela não necessita de isolamento. E, naquela época, um pouco diferente de agora, nós usávamos 2 medicamentos para o transplante. Um era cortisona...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então nenhuma cirurgia de transplante exige UTI?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Necessariamente, de rotina não, a não ser que seja algum caso complicado. Ou seja, o transplante se faz numa sala cirúrgica normal, e o paciente vai para um quarto normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então a cirurgia de transplante não é uma cirurgia complexa?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Absolutamente, absolutamente. A cirurgia é bastante simples inclusive, é de médio porte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor fez quantos transplantes no Hospital Universitário de Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não me lembro se eu fiz no Hospital Universitário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em Taubaté, o senhor fez quantos transplantes?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Fizemos 12 transplantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos sobreviveram?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Até agora, de todos esses 12, depois de 18 anos que eu acompanho, são 3. Três pacientes que estão vivos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Três que estão vivos.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Em dezoito anos de sobrevida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor fez 18 transplantes?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quatorze, 3...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Três estão sobrevivendo até hoje, 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que esse é um índice bom para transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A média de sobrevida de transplante, ela é em torno de 68%, com 5 anos de sobrevida, de sobrevivência, a média renal, porque, quando se fala em sobrevivência, se fala do paciente e do rim transplantado. Então, em 5 anos a gente tem aí uma média de 68%, estamos falando aqui de 18 anos, é bastante raro a gente ter um transplantado de rim com 18 anos. Tem, mais é raro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a avaliação que o senhor faz de tudo isso, por exemplo? Então o transplante, ele não tem o resultado que todas as pessoas procuram dizer, que o transplante é a solução para o problema do doente renal?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O transplante é a solução para o problema, sob 2 aspectos. Primeiro, sobre o aspecto do próprio paciente, que ele passa a levar uma vida praticamente normal, desde que esse transplante funcione bem, não há mais necessidade de se fazer hemodiálises, ir ao hospital, etc., e o segundo aspecto é o aspecto econômico, que é um aspecto muito importante. Num transplante hoje —, estamos falando naquele há 18 anos —, mas um transplante hoje, ele custa aproximadamente uns 2 ou 3 anos de hemodiálise para o paciente. Então sob todos os aspectos é, sim, interessante. Agora, na verdade, a população de transplantados, ela é muito heterogênea.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês retiravam os órgãos em Taubaté e transplantava no hospital da cidade mesmo, ou chegava a enviar alguns órgãos para fora da cidade de Taubaté?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Então, essa história começa assim. Para montar o serviço de transplante naquela época, só existia um centro que se poderia fazer as tipagens dos pacientes. Como é que funciona isso? Se eu tenho um órgão para transplantar, eu preciso ter sangue dos pacientes que estão em hemodiálise esperando que eu possa cruzar com este órgão, com o sangue deste doador — 2 sangues, doador eventualmente o receptor —, para saber quem pode receber aquele órgão. Então essa é uma prova cruzada que se chama, é uma prova de histocompatibilidade. Então isso hoje é um exame bastante simples, até certo ponto, existe em vários lugares. Naquela época, só tinha num lugar, que era no Laboratório de Histocompatibilidade em São Paulo, na USP. Eu digo no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, desculpe, porque, no interior tinha também, São José do Rio Preto tinha. Então para que o sistema pudesse funcionar, quer dizer, a equipe pudesse fazer transplante, há necessidade de se fazer nefrectomia. Para eu saber onde eu vou colocar nos meus pacientes que estão fazendo hemodiálise — porque eu tomava conta de um centro de hemodiálise em Taubaté, tínhamos lá aproximadamente cento e poucos pacientes fazendo diálise —, eu tinha que tirar o sangue de todos esses pacientes, a cada 3 meses e deixar estocado num laboratório. De tal maneira que, quando aparecesse um rim para ser transplantado, eu pudesse cruzar com os meus pacientes. Esta era a minha idéia: era transplantar os meus pacientes de Taubaté. Então para fazer isso, eu tinha que encaminhar o sangue, e esse sangue era encaminhado para a USP, que era o único lugar que nós tínhamos. Mas, como aconteceu na prática, a gente sabia que, fazendo as nefrectomias, provavelmente vários rins não serviriam para os meus pacientes que estavam no hospital, então eu teria que encaminhar esses rins para algum lugar. E foi exatamente o que aconteceu. Naquela época, não existia lista de espera como existe hoje, uma lista nacional, regionalizada por Estados. Cada hospital que eventualmente que quisesse fazer o seu transplante, ou cada unidade de diálise, melhor dizendo, era alocada no serviço de transplante, para transplantar os seus pacientes. Então essa foi a idéia. Montar o serviço, ter os meus pacientes em diálise e transplantá-los. Se nós vamos fazer nefrectomia, a preferência é para o meu paciente. Se para nenhum deles servir o rim, eu encaminho esse rim para ser transplantado em outro paciente, que é o que é feito hoje, só que através da lista. Naquela época nós não tínhamos a lista.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Toda a direção do Hospital Universitário tinha conhecimento de que vocês realizavam o transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente. Isso aliás, antes de tudo começar — fui eu o responsável —, nós procuramos naturalmente o Hospital de Clínicas, o Hospital Escola Universitário, que já estávamos lá, procuramos a Prefeitura, através do Secretário da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor lembra quem era o Secretário de Saúde, na época?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Lembro, o Dr. Paulo Pereira. Eu lembro porque o documento está no nosso processo e está assinado. Isso tudo tem um documento, no qual eu coloquei o procedimento do transplante, como seria feito, as nefrectomias como seriam feitas, etc. E esses três órgãos aceitaram, não só aceitaram como acharam uma coisa, assim, naquela época, que deveria ser feita mesmo, que era um impulso para a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não acha estranho o senhor lembrar de tanta coisa daquela época, só não lembra qual o hospital que o senhor fez o primeiro transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu acho — e naturalmente, se o senhor me permite —, o senhor deve estar percebendo que eu não estou fazendo isso por nada não, é porque eu não tenho certeza. Agora me deu um branco, e isso só está me prejudicando, o senhor sabe disso muito bem. Eu só não quero responder uma coisa que não tenho certeza, meu deu um branco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor lembra quem era o diretor da faculdade na época?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O diretor da faculdade era o Dr. Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Kalume? O senhor conhece o Dr. Kalume há muito tempo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Conheço desde que fui para lá, para Taubaté.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que o senhor nos diz sobre o Dr. Kalume? É um bom médico na cidade?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Assim exatamente sobre a vida profissional dele, não posso dizer, porque, em cirurgia, me encontrei muitas poucas vezes com ele. Algumas vezes precisei dele e ele resolveu os problemas que a gente precisava, assim, inclusive de pacientes transplantados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então o Dr. Kalume era o diretor do Hospital na época?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente... Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O diretor da faculdade?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Da faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O hospital era subordinado à faculdade?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não. A Faculdade de Medicina é subordinada à Universidade de Taubaté. O hospital é uma entidade separada, a FUST, que a gente chamava, que é ligada à universidade. Então são 3 coisas: Universidade, Faculdade de Medicina e Hospital Escola. A nossa referência toda era com a universidade, então o Hospital Escola se referia à universidade, porque é ela que mantém o Hospital Escola. E a Faculdade de Medicina, a mesma coisa, se refere à universidade que mantém a Faculdade de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Kalume, em depoimento prestado nesta Comissão, ele disse que ele foi pego de surpresa, quando ficou sabendo, através de funcionários do Hospital, que vocês haviam realizado o primeiro transplante no Hospital, que o diretor não sabia, que a enfermeira-chefe não sabia e que esse transplante foi feito na calada da noite. O que o senhor pode falar sobre isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu posso falar o seguinte: isso é uma grande mentira. Primeiro, porque o Dr. Kalume já tinha tentado um serviço de transplante há um ano e meio, 2 anos atrás, com o Dr. Rui Sacramento. Começa por aí — um. Dois, não dá para se imaginar como é possível você iniciar um processo de transplante numa cidade, fazer nefrectomia num Hospital Escola, onde essas nefrectomias tinham quase 20 pessoas — 5, 6 dentro da sala e outras para fora, alunos se revezando, porque era uma coisa bastante competitiva na época —, um paciente que entra, faz uma nefrectomia, passa numa UTI, passa por 4, 5 médicos, faz uma nefrectomia, depois vai para um quarto, transplantado, e a chefe de



enfermagem não sabe o que está acontecendo? E o diretor da Faculdade de Medicina, que, a bem da verdade, não tinha nada a ver com o Hospital Escola, também diz que não sabe. Então isso é mentira, porque nós nos reunimos muitas vezes antes de iniciar os processos de nefrectomia. E existe documento no nosso processo mostrando isso. Se eu tenho um documento no qual o reitor da universidade assina, o Secretário de Saúde da cidade aceita e assina o documento, e ainda o responsável pelo Hospital de Clínicas, que era o provedor, assina o documento, e o SUS, naquela época, também assinou o documento, porque era um procedimento... Nossa, fazer uma nefrectomia era uma coisa que... Não é assim, quer dizer, a pessoa tem de estar autorizada. E mais, esse é o documento que está lá. Agora, além disso, existe um outro documento, no qual, para que essas pessoas entendessem o que eu ia fazer em Taubaté, o que a equipe ia fazer em Taubaté, eu fiz todo o procedimento do transplante da nefrectomia desde o início até o final. São mais do que 30 páginas, que estão todas catalogadas, item por item, qual é a seqüência que se deve realizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor chegou a realizar algum transplante *inter vivos*?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - *Inter vivos*? Sim. Sim. Com doador irmão, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, na maioria, eram doadores cadáveres?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Veja. Não, a maioria foi doador vivo. Nós só fizemos um cadáver, que foi o nosso primeiro transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só fez de um cadáver? Só retirada de órgão de um cadáver?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não. Fizemos transplante com um órgão de cadáver uma vez só, porque foi o único rim que checou com os nossos pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E vocês retiraram órgão de quantos cadáveres lá no Hospital, para fim de transplante?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ah, não me lembro. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não se lembra de quantos cadáveres foram retirados órgãos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como vocês identificavam os doadores e os receptores?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Isso. Isso é interessante. É assim que funciona: eventualmente, a maioria dos doadores são pacientes de traumatismo, a maioria. Então, o paciente recebe um traumatismo, entra no hospital, passa pelo pronto-socorro, vai para uma UTI, começa o seu tratamento. De repente, na evolução desse paciente, ele entra em morte encefálica. O primeiro a levantar essa possibilidade é o intensivista. É aquele que está trabalhando na UTI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem fazia parte dos intensivistas lá? Quais eram os médicos que participavam da equipe aí?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nenhum?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem é que dava o diagnóstico de morte encefálica?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Então, eu estava explicando aqui. O senhor quer que eu termine aquilo lá primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Muito bem, então, o paciente entrou na UTI, o intensivista, que é o médico de plantão, que está naquele dia, fala: "Olha, esse paciente aqui está em morte encefálica". Ele faz um exame... Eu estou dizendo aos senhores o que acontece na prática. Ele faz um exame, que não é um exame especializado, mas ele já conhece o caso e tal. Então, o que ele faz? Ele chama um neurocirurgião, ou ele chama um neurologista, pode ser. Ele chama um outro médico, que é um médico especializado, que vai e faz uma série de testes, faz uma avaliação clínica e faz o diagnóstico de morte encefálica. Esse diagnóstico clínico sempre está associado a um diagnóstico armado, que a gente chama, que, na época, o que se utilizava era a arteriografia, ou seja, há a necessidade de se



injetar um contraste na carótida do paciente, bilateralmente, e vê se esse contraste sobe. Ou seja, se subir, o paciente tem circulação cerebral. Se não subir, não existe circulação. Por que não sobe? Porque a pressão dentro da cabeça do paciente, uma hipertensão intracraniana, é muito grande, e aquilo impede a circulação de sangue. Isso não é que fecha o diagnóstico, mas isso faz a parte administrativa da coisa. Há necessidade de se ter esse exame para comprovação. Hoje, a coisa é diferente. Além desse exame, se faz mais meia dúzia de exames. Se pode fazer vários outros que, no final, sempre mostram a mesma coisa. Pois bem, então, o neurologista era chamado. Ele fazia sua avaliação. Numa folha em separado — isso é interessante —, ele descrevia os testes que ele fazia, porque ele fazia sempre 3, 4 testes que são testes padrões que se faz para morte encefálica e depois realizava a arteriografia. Então, ele dava o diagnóstico de morte encefálica e aí é que era avisada a equipe de transplante, junto com a administração do hospital. Porque aí a administração do hospital conversava com a família, e isso era feito através das assistentes sociais, porque isso tem um processo: é preciso explicar que o paciente está em morte encefálica, o seu ente querido faleceu, a situação é essa, essa... Isso leva horas, horas e horas, até a família entender o que aconteceu e, eventualmente, aí, com toda uma técnica, que naquela época já existia, o assistente social pede à família a possibilidade da doação do órgão. Se a família aceitar, naturalmente ela faz por escrito. Esse era um documento que o próprio advogado do hospital fazia, já era padrão. Vinha do Hospital das Clínicas de São Paulo com algumas modificações que foram feitas lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas quem era o responsável pelo diagnóstico de morte encefálica lá do hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Na verdade, pelo diagnóstico definitivo de morte encefálica, é o neurocirurgião. Definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome do neurocirurgião que trabalhava no hospital que fazia esse diagnóstico, que assinava o diagnóstico?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - São esses 3 neurocirurgiões que nós falamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quais os nomes deles?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Mariano Fiore, Antônio Aurélio e mais um que eu não me lembro, que foi feito numa outra cidade, que foi feita em Pindamonhangaba, porque era o plantonista daquela cidade daquele hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor saberia identificar, ao examinar uma arteriografia, se existia fluxo ou não?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor pode olhar esta daqui?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sei, tem fluxo. Eu já conheço ela. É aquela que apareceu na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem fluxo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem fluxo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Tem, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, esse paciente aqui com esse diagnóstico, então, não está com morte encefálica?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Analisando essa arteriografia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A idéia é dizer sim ou não, é isso só, ou o senhor quer que eu explique alguma coisa? Eu conheço essa arteriografia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se o senhor puder explicar, é melhor.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Muito bem, esse paciente é um dos pacientes que fez arteriografia, que doou os rins. Esse rapaz, ele sofreu um acidente. E esta arteriografia é feita no primeiro ou no segundo dia quando esse paciente chegou na UTI, não para diagnóstico de morte encefálica, mas para diagnóstico da patologia. Ele sofreu um trauma imenso, esse paciente, com sangramento, com exposição de massa encefálica. E o neurologista foi e fez uma arteriografia. Faz parte de um armamento diagnóstico do neurologista. Esse paciente seguiu seu tratamento com medicamento, com anti-hipertensivos para



diminuir a hipertensão intracraniana, e depois de 2 dias, o intensivista achou que esse paciente estava em morte encefálica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Achou?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Achou, porque ele sempre acha. O intensivista nunca diz, ele acha. Ele chama um especialista para confirmar. Neste paciente, chamou-se um especialista, que é um neurocirurgião, ele repetiu uma segunda arteriografia, que não sobe sangue para a cabeça, e esse paciente entrou na programação de doação. Este paciente. Este paciente ainda teve mais uma coisa de mais interessante, mesmo depois da segunda arteriografia, que desapareceu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor como é que desapareceu a arteriografia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O Dr. Kalume levou embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De dentro do hospital, é?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele ficou com os prontuários quase um mês, todos na mão dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe quanto tempo ele demorou para encontrar esses prontuários que ficou com ele depois quase um mês?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele estava trabalhando já com os prontuários, enquanto a gente estava no programa de transplante. Ele já os pegava, já os fotografava e já os guardava. E, além disso, ele ficou com os originais em casa. Isso está tudo no nosso processo. E é fácil de provar como ele fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na justiça de Taubaté tem mais 4 arteriografias, chapas apreendidas pela Justiça. O senhor teve conhecimento delas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - As 4 têm o mesmo problema?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não. Só essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que o senhor fala das outras?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Só essa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - As outras estão certas, apreendidas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nas outras não subiu contraste. O senhor está me perguntando se nas outras subiu o contraste?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Além dessas existem mais 3 arteriografias que foram feitas de pacientes diferentes pelos quais foi aberto o processo? Mais 3, as outras também têm o mesmo problema dela?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não, nenhuma delas tem. Só essa tem essa característica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - As outras, então, estão o.k.?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Estão o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu queria só terminar, então. O senhor me permite terminar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com certeza.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Então, o que aconteceu? Esse paciente, depois que fez a segunda arteriografia, que não subiu o contraste, ele foi levado à Unidade de Eletroencefalograma e realizou um eletroencefalograma durante 2 horas, na qual eu estava presente. Além de mim, estava o diretor clínico, Dr. Carter, que acompanhou este caso. E, depois que o eletroencefalograma estava uma linha e a segunda arteriografia que não subia contraste, este paciente foi liberado pelo diretor clínico para se fazer transplante. Ele teve essa particularidade, este paciente. E aí é que entrou naquele processo que a assistente social foi conversar com a família, etc. etc. etc. O que foi utilizado neste caso, de forma extremamente maldosa, foi esta arteriografia inicial, que não era para fazer diagnóstico de morte encefálica. É óbvio que subia contraste, mas ninguém estava pensando que o paciente tinha morrido nessa época. Não. Ele veio a ter ser o seu diagnóstico feito depois de 2 dias, confirmado por outra arteriografia que desapareceu, por um eletroencefalograma e pelo diretor clínico que autorizou a possível retirada dos órgãos. Onde está essa arteriografia e onde está esse eletroencefalograma, precisa perguntar para o Dr. Kalume, que ficou com esses processos por mais... desculpa, com a documentação desses pacientes por mais de



1 mês. Ele retirou os originais do hospital e levou para casa esses originais. E, depois, os devolveu. Quando ele os devolveu para o hospital, já estavam de outra maneira. Não sei como estavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E é possível isso acontecer?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Aconteceu, tanto é que está provado no nosso processo que saiu. O senhor veja que os prontuários que foram para o CRM — Conselho Regional de Medicina —, que foram mandados pelo Dr. Kalume, não estavam numerados. Ele pegou os prontuários todos e mandou para o CRM, fez xerox e mandou para o CRM. Quando a Polícia entrou com o processo policial, ele também apreendeu os documentos, aí os originais. Esses originais já estavam numerados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor acha que a Polícia Federal falhou, errou ao aceitar os documentos oferecidos como denúncia pelo Dr. Roosevelt Kalume?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não errou nada. Ela não errou nada. Ela acertou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ela indiciou vocês.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Quando ela foi acionada, ela foi ao hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a Polícia Federal indiciou o senhor e mais 4 médicos.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A Polícia Federal não me indiciou em nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O processo foi feito... O senhor respondeu ao delegado.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nada, ao delegado da cidade, não a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O delegado da cidade indiciou o senhor e mais os outros médicos por crime doloso. O Ministério Público analisou os processos novamente e ofereceu a denúncia contra o senhor e mais os 3 médicos. O senhor acha então que ele se baseou em informações falsas infundadas para pronunciar vocês?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não. Eu quero dizer o seguinte. como é que começou isso? Como é que o delegado abriu esse processo? Um processo, enfim, tem um nome técnico para isso. Porque...Como?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não, não, ninguém foi fazer uma queixa ao delegado, só que saiu em todos os jornais.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O processo esse, esse, enfim. Os senhores sabem *ex officio*. Perfeito. Então, o que é que aconteceu? Primeiro, pegou esses prontuários, ficou com eles aproximadamente 1 mês, fez o que achava que devia fazer com esses prontuários e, depois, os encaminhou para o CRM, e fez a denuncia. Nisso ele já entrou em contato com a mídia — o Dr. Kalume é muito chegado numa mídia, ele tem uns contatos muitos bons — e soltou isso na mídia inteira. Quando saiu na mídia, imediatamente, o delegado foi e abriu um processo, porque ele inclusive é obrigado. É, esse *ex officio*, que se chama. Aí, o delegado foi ao hospital. Quando ele foi ao hospital: “Quero os prontuários”. “Pois, não”. Ele pegou os prontuários e levou. Ele não fez nada de errado. Fez o que tinha que fazer. Aqueles prontuários que eram os que estavam no hospital foram os que o delegado pegou. Agora, são diferentes. Por que são diferentes? Porque o que foi para o Conselho não estava numerado e os que foram para a Polícia estavam numerados. E quem os numerou? O próprio hospital. Óbvio isso. Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a Polícia se baseou nos documentos que foram enumerados pelo hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exato. Era o que tinha para eles levarem. E eles levaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a Polícia acertou, o delegado acertou, gaseado nos documentos enviados pelo próprio hospital.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não. Eu sei onde o senhor quer chegar. Deixa eu lhe explicar uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que o senhor está me dizendo...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Na verdade...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, por favor, o senhor está me dizendo que o que o Kalume enviou ao CRM não são originais praticamente, mas os que estiveram na mão do delegado foram documentos enumerados pelo próprio hospital.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga)- Então, o delegado se baseou nos documentos entregues pelo hospital para fazer o processo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS- Perfeito. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tudo bem. Deixa eu fazer mais uma pergunta ao senhor: o senhor conhecia o destino que era dado aos órgãos que não eram aproveitados nos pacientes receptores de Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Destino? O que o senhor quer dizer com destino?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para onde ia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Para onde ia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Claro. Nós encaminhamos para São José do Rio Preto e encaminhamos para São Paulo, que eram os 2 grupos que faziam transplante que nós tínhamos relação com eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para onde em São Paulo? Para qual hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não sei, para São Paulo não sei, porque isto ia para um grupo que iria transplantar esses rins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem deveria saber isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O grupo de transplante em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como o hospital enviava esses órgãos? É o médico que enviava? O hospital não tinha documento?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, isso era eu... Tudo, tudo. Isso tudo foi documentado e foi muito interessante porque esses órgãos foram encaminhados pela Polícia Rodoviária — era muito interessante —, eles mesmos levavam com batedores, inclusive. O que foi para São José do Rio Preto foi pela TAM, nós conseguimos mandar por avião. E chegamos a encaminhar também um



rim pelo próprio ônibus. Nós entramos em contato com a administração — naquela época não me lembro qual era a companhia — tudo isso previamente, explicamos a situação. Então, o ônibus foi para São Paulo, levou o órgão que ia dentro de uma caixa, toda acondicionada etc., e chegando a São Paulo, tinha lá uma pessoa esperando para poder receber esse órgão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A pessoa era onde?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Agora tudo isso era...Tudo isso foi escrito, foi falado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, essa documentação, essa guia dos órgãos, o hospital tem lá, documentado? É um hospital organizado?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Para onde foi e como foi mandado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual foi a entidade que recebeu? Qual o hospital? Tem tudo arquivado lá no processo, lá no hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Veja, na verdade, o que eu quero dizer é que nós encaminhávamos para um grupo de transplante e não encaminhávamos para um hospital, especificamente. Eu encaminhava para um grupo de transplante, como encaminhei para o grupo de transplante de São Paulo, que são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor sabe qual o número do grupo? Quem era esse grupo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Era o mesmo grupo que faz transplante no Hospital das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era o grupo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Era o único que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas tem nome?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O chefe do serviço, Dr. Emil Sabbaga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Emil Sabbaga?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É o chefe do serviço, lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem foi que deu a vocês, à equipe de transplante de Taubaté... Quando foram identificados os



transplantes no hospital, a equipe de transplante de Taubaté disse que Emil Sabbaga havia credenciado vocês para fazer o transplante? Tinha autorização.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Havia autorização... Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tinha autorização de Emil Sabbaga para fazer o transplante de Taubaté? A equipe era referendada por ele?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente. Veja, primeiro, ele não autoriza transplante em Taubaté. O que o Dr. Emil Sabbaga checkou foi a programação do transplante. Foi aquele documento que eu disse ao senhor, desde o começo - que tem umas 30 páginas, mais ou menos -, colocando, especificamente, todo o procedimento do transplante, desde o início até o final. Então, isso tudo é um protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Emil Sabbaga só transplantava no Hospital das Clínicas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, transplantava em outros hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quais os outros hospitais?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Outros hospitais, não. Um hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o outro hospital?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Hospital Oswaldo Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Hospital Oswaldo Cruz é público?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, é hospital privado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É particular?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É privado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É privado?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Lá, faz transplante para paciente do SUS?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não sei explicar isso. Quer dizer, não tenho informação se foi feito algum transplante do SUS lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, vocês pegavam os órgãos e não destinavam para uma entidade, como o senhor falou, o senhor destinava para uma equipe de transplante e, então, eles faziam o transplante e atendiam quem eles queriam, pelo...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente, exatamente, este é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Durante procedimento de retirada de órgãos, principalmente de doadores cadáveres, em algum momento... O senhor acompanhou? Acompanhava a retirada?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Acompanhava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em algum momento o senhor chegou a se debater com paciente que havia sido dado um diagnóstico de morte encefálica, mas, durante o ato de cirurgia, aquele paciente ainda apresentava sinais de vida?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - E quais são os sinais de vida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou perguntando ao senhor se existia algum sinal de vida.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Mas qual o sinal de vida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Porque tem uma enfermeira, por exemplo, que diz que quando passou o bisturi no peito do paciente, ele morreu. Ela entendeu que isso é o sinal de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nem passa pela minha cabeça que um paciente pudesse ter algum sinal de vida e estivesse no centro cirúrgico para fazer uma nefrectomia, porque, aí, já passou, pelo menos, por 3 médicos. Inclusive, por mim, que já chequei esse paciente antes, e ele estaria vivo. Agora, é interessante: que sinal de vida é este? O que é sinal de vida? Para a enfermeira foi, quando passou o bisturi, o eletrocardiograma parou. Isto, para ela, foi sinal de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em alguns depoimentos, nós percebemos que — inclusive, foram depoimentos tomados de funcionários do hospital que não quiseram aparecer —, eles disseram que, durante... Houve casos, e provavelmente casos como este, que, no momento do transplante, a enfermeira



avisou: “Doutor, o paciente está gemendo, o paciente está com vida”, e o médico dizer: “De repente, a gente resolve isso aí”.

Aconteceu alguma coisa assim com o senhor?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nunca, jamais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não? O senhor conhecesse essas enfermeiras que o senhor trabalhava com elas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não. Lá, no centro cirúrgico, não, porque eu não tinha contato diretamente no centro cirúrgico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, durante o procedimento de retirada, alguma enfermeira acompanhava.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Enfermeira, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na sala, presente?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem a chefe?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nada. A chefe não estava dentro da sala. Quem estava ali era o cirurgião... o auxiliar, que fazia a nefrectomia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nenhuma enfermeira, então, nunca participou, nunca procurou na sala, lá, no processo de retirada?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Diretamente, não, porque ela não tinha praticamente nada para fazer, assim, de circulação especial. Você tem o material que o assistente está utilizando, que é um material padrão, e mais nada. Agora, tinha bastante gente na sala de cirurgia. Bastante. Muita gente interessada, muita gente vendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E é comum ter muita gente, assim, na sala de cirurgia, durante o transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Claro que é, não há problema nenhum. Claro que é. É hospital universitário, de aprendizado. Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Dr. Pedro, eu gostaria de lhe perguntar: o senhor se formou onde? Em qual...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu me formei em Bragança.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Em Bragança Paulista?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É, isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Parece que o senhor disse que fez 2 anos de clínica?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Fiz 2 anos de residência de clínica médica.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Clínica médica? E quantos anos de nefrologia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Vamos lá: 28, tiramos 2, 26.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não. Quantos anos... o senhor, depois...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ah, o senhor diz especialização da nefrologia?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Especialização em nefrologia.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu estive diretamente ligado, vamos dizer assim, *full time*, no Hospital das Clínicas, 2 anos. E, depois, eu participava alguns anos a mais. Quer dizer, fiquei mais uns 4 ou 5 anos indo nas reuniões, participando, etc. Mas, *full time*, dentro do hospital, 24 horas por dia, 2 anos, além dos 2 anos da residência. Aí, presta-se uma prova de especialização, e você ganha uma especialização em nefrologia.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Certo. O senhor ficou 10 anos, depois de formado, em São Paulo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Fiquei em São Paulo, e fui em algumas cidades do interior de São Paulo. Mesmo porque eu queria sair de São Paulo. A idéia já era essa, sair de São Paulo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Ai, depois é que o senhor foi convidado pelo Dr. Rui...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Rui Sacramento.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Para montar a equipe em Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O senhor foi discípulo do Dr. Emil?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Qual a avaliação que o senhor faz do Dr. Emil?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O Dr. Emil Sabbaga só... O Hospital das Clínicas, hoje, deve estar — posso errar os números —, mas deve estar em torno dos 10 mil transplantes. Ele é um homem de total e absoluta dedicação ao trabalho. Ele se aposentou agora. E é isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu sou colega... eu sou médico também, sou ginecologista obstetra, e o Dr. Emil é uma referência mundial em nefrologia.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Foi o seu professor também. O senhor disse que, ao ser convidado pelo Dr. Rui Sacramento, o senhor nunca tinha tido contato prévio com ele.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Isso, logicamente, a gente que passa nas faculdades, é um rodízio muito grande. Inclusive, até para o próprio colega da CPI, o Presidente da CPI entender que nós, logicamente, somos de turmas que, muitas vezes, a gente não tem contato com as turmas antecessoras. E, muitas vezes, a gente passa pelo mesmo serviço e a gente vê só, às vezes, até algumas fotografias, mas nunca tivemos nenhum... O senhor nunca teve contato com o Dr. Rui Sacramento antes do convite que ele fez?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - É normal...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Se o senhor me permitir, eu posso tentar explicar, porque até está parecendo uma coisa esquisita: se 2 colegas trabalham mais ou menos no mesmo lugar, como é que não se encontram? Vamos lá: o Dr. Rui — eu estou falando há 5 anos, acho que foi mais ou menos isso —, quando eu fui para o Hospital das Clínicas, quando eu iniciei esses 2 anos, que fiquei *full time* no Hospital das Clínicas, quando eu cheguei lá ele já não estava no Hospital das Clínicas. O Dr. Rui já tinha saído, já estava em Taubaté. Ou seja, não é que eu não encontrei com ele e ele estava no Hospital. Ele nunca esteve, ele estava fora já, nessa época. Então, o Rui é anterior a mim, e não na unidade de



transplantes, mas na urologia, que são contíguas, fica uma do lado da outra. Então, quando eu fui para o Hospital das Clínicas, o Dr. Rui já estava em Taubaté. Por isso é que ele chegou... Eu tenho uma diferença dele de 5, 6 ou 7 anos de diferença de Taubaté. Depois é que eu fui para Taubaté. Então, eu fiquei os meus 2 anos iniciais e, depois, fiquei em São Paulo mais, aí, uns 4 ou 5 anos. Foi aí que houve o convite. É por isso que eu nunca encontrei com ele no hospital. E se encontrasse, também não o reconheceria, porque nem sabia quem era. O convite veio a ser feito depois.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O senhor participou, pelo que foi perguntado pelo Presidente, mais ou menos, acompanhou na equipe somente 14 transplantes renais em Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Quatorze transplantes renais.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - De que período a que período?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Veja, isso nós fizemos aproximadamente em 2 anos. O senhor, que é médico, imagine eu chegando na cidade, sem ter nada com relação a transplante. Montamos isso, ficamos durante 1 ano montando esse programa, a hemodiálise. E, nos próximos 2 anos, transplantamos 14 pacientes. Ou seja, praticamente 7 por ano. Não foi bem assim, porque no final se transplantou mais. Sendo que o primeiro transplante que nós realizamos foi de cadáver, que é o transplante mais difícil, o mais complicado e o mais provável de ter uma complicação. Mas, mesmo assim, quando apareceu o 1º rim, nós não quisemos fazer um transplante com doador bom, etc. Não. Apareceu o 1º rim, nós fizemos, tal era a idéia de se fazer esse programa na cidade. Então, assim foi feito.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu queria, até porque tem alguns colegas que não são médicos, e para poder servir de elucidação... o senhor disse que, desses transplantados, o senhor tem conhecimento de 3 da sobrevivência...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Que estão vivos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Vivos, em 18 anos.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Vinte anos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu gostaria até que o senhor pudesse esmiuçar um pouco isso, porque, lógico, pode parecer que é um número muito pequeno.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Lógico.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - E a gente sabe muito bem que a maioria das pessoas que entram em insuficiência renal, elas têm uma doença de base que é muito grave. Às vezes, essas pessoas, mesmo transplantadas, continuam com as suas doenças e podem morrer até de outra patologia que não diretamente ligada ao sistema renal.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Como diabete, hipertensão, etc.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Claro.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu gostaria até que o senhor pudesse dizer, aí, porque fica para alguns leigos o entendimento de que a sobrevida de 18 anos dos casos que o senhor participou é muito pequena.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Claro. Para a gente poder entender isso, a sobrevida de transplante e a sobrevida de diálise é a mesma. Estou falando hoje. Naquela época, também era a mesma. Na verdade, o transplante era um pouquinho melhor do que a diálise. Então, para entendermos: se esses 18 pacientes permanecessem em diálise, durante 20 anos, seguramente a mortalidade seria igual. Eu estaria com 3 hoje, depois de 20 anos, aproximadamente. Então, o fato de eles terem feito o transplante, o que mudou é que a vida desses pacientes, desses 3 que sobreviveram, foi uma vida muito melhor do que se estivessem realizando hemodiálise. Esse é o primeiro aspecto. O segundo aspecto é que, é lógico que não dá para a gente comparar o que acontece hoje com o que acontecia há 20 anos. Mas nós mesmos, nesse programa desses 14 pacientes, 1 paciente foi transplantado 2 vezes, que era uma menina, acredito, de 6 ou 7 anos. Ela fez um transplante, ganhou o rim da mãe. Teve a mesma doença original nesse rim da mãe e nós a retransplantamos lá. Então, ela teve uma vida de mais 5 anos, aproximadamente. Depois, essa menina fez outro retransplante. Ela fez 3 transplantes, esta menina. Esse terceiro transplante ela já fez aqui, no Hospital das Clínicas, em São Paulo, junto com o Dr. Emil. E eu não tenho contato com ela. Eu disse... Uma coisa também interessante é que esses 3 pacientes que eu estou dizendo aos senhores são os pacientes que eu os acompanho. Então, eu não posso dizer se existem mais alguns pacientes que eventualmente estejam vivos, fora de lá. Seguramente, mais 1 tem, que eu sei, que está vivo, e não me acompanha. Mas não quis dizer, porque não tenho certeza. Esses 3 vão ao meu consultório, e eu os



acompanho. Então, eu não sei se ficou claro. Então, não é que o transplante de Taubaté não deu certo. O transplante de Taubaté deu muito certo. Inclusive, por ser uma coisa absolutamente inicial. Só que ele aproveitou toda a experiência do Hospital das Clínicas de São Paulo, porque naquela época já existia mais de 20 anos de experiência de transplante. Exatamente se fazia a mesma coisa, esse foi o segredo da história. Ou seja, nós não fomos lá para aprender transplante, nós fomos para aplicar aquilo que já se fazia. E a nossa sobrevida... Inclusive, a sobrevida era... A gente mandava relatório e, enfim, uma série de coisas, porque isso não é feito assim, de qualquer maneira, não; é preciso se mostrar o que está fazendo. Para a hemodiálise se manda, por exemplo, relatório mensal de sobrevida. Já naquela época, se fazia assim. Hoje também se faz. Quer dizer, o SUS, a Secretaria de Saúde, todo o mundo sabe o que está acontecendo naquele serviço. E o transplante é a mesma coisa. Mesmo porque os pacientes, quando eram transplantados, já naquela época, recebiam medicamento pela prefeitura, pelo SUS. Então, é lógico que eles estão catalogados, estão registrados. Qualquer coisa fora daquilo que se esperava, imediatamente eu teria que responder isso como médico, não tenho a menor dúvida disso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu gostaria de perguntar ao senhor: quantas pessoas faziam parte dessa equipe montada lá, quando o senhor chegou a Taubaté? Quantos colegas e quais são as suas especialidades?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eram 2 clínicos: eu e mais uma residente, que, na época fazia residência de nefrologia no hospital; e de cirurgiões, tínhamos 2, 4, 6, entre 8 e 10 cirurgiões, que se circulavam. Porque a gente sempre pensa na sala onde se faz a nefrectomia e, depois, na sala onde se faz o transplante. Então, esses médicos eram em torno de 10. Na verdade, o Dr. Rui, colegas, urologistas, que trabalhavam com ele, no Hospital Escola, também. Quando se faziam as nefrectomias, se “rodizavam” esses médicos. Então, houve uma presença bastante grande. Até residentes participaram também da nefrectomia, na época.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu gostaria de perguntar: foi citado, aí, o Dr. Kalume — me parece que ele fez um depoimento aqui, e eu estava em outra atividade, estava ausente. Esse colega... qual é a formação dele?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele é cirurgião de tórax.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Cirurgião de tórax? Ele tentou participar de equipe de transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS -- Ele participou do início da organização de uma equipe de transplantes com o Dr. Rui Sacramento, antes de eu chegar na cidade, 2 anos antes.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Dá para entender que, ao ser... alguma motivação o retirou dessa equipe? É que o levou a fazer essas denúncias que, certamente...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Na minha cabeça, foi exatamente isso que aconteceu. Isso foi ciúmes, puro e absoluto. Inveja e ciúmes, porque isso, na verdade, virou a cidade de cabeça para baixo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Há quanto tempo aconteceu esse...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Há 20 anos, e vamos colocar mais 2. Então, são 18. Isso se iniciou, mais ou menos, há 16 anos, 15 anos atrás. Quando nós já estávamos com todo o programa andando, foi aí que apareceram as denúncias. E foi aí que estacionou tudo. Quer dizer, nós já estávamos, aí, com 14 pacientes transplantados.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Isso deve ter trazido um transtorno enorme na vida do senhor e na vida dos outros colegas. O senhor deve ter sido também...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Da minha parte — o senhor também é médico, o senhor sabe como é isso —, o médico suporta tudo, menos isso. É muito triste quando se mexe na parte técnica. Isso, sem falar das outras coisas. Agora, a cidade perdeu muito, porque nós éramos o 5º serviço que estava transplantando no Estado de São Paulo. Ele morreu, e nunca mais se fez transplante na região. Nunca mais. Nem em Taubaté, nem em São José, nem em lugar nenhum do Vale do Paraíba.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Foi instaurado inquérito no CRM de São Paulo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente. Imediatamente, logo que ele... Aliás, ele mandou. Quando ele mandou os documentos, os prontuários para o CRM, abriu-se um processo. Se o senhor me permite, foi um dos



processos mais rápidos no CRM. O nosso processo, quando terminou, tinha 10 mil páginas no CRM. Então, o CRM chamou todos os médicos...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Qual foi o resultado do processo dentro do CRM de São Paulo, que é um dos CRMs mais rigorosos do nosso País?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O resultado — eu o tenho aqui na mão— é que não houve, em hipótese alguma, nenhum erro, no sentido dos diagnósticos das mortes, e não houve nenhum indício de tráfico de órgãos. O resultado está aqui. Isso, depois de 10 mil páginas. E todos foram ouvidos: os familiares, peritos. Dois peritos foram pedidos. Quer dizer, entraram 2 neurologistas para “peritar” tudo o que foi feito: as chapas, etc. E esse foi o resultado.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Quais os resultados dos inquéritos, do inquérito civil, lá em Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O resultado do inquérito de Taubaté, o que acontece? Ele começou a andar e ficou esperando o CRM, obviamente. Quando o CRM soltou um resultado de que não havia nenhum indício de morte, de erro no diagnóstico de morte ou de tráfico de órgãos, se fez uma peritagem, agora com o delegado, já com peritos que são do IML. Então, foram escolhidos os peritos — e normalmente o delegado faz isso —, e aí veio a posição desses peritos. E foi feito através de perguntas. O delegado fez assim: ele fez, se não me engano, umas 20 ou 30 perguntas, mandou as chapas e mandou os prontuários que estavam com o delegado, e fazia as perguntas aos peritos — e foram 2, 3 ou 4 peritos —: “Esta chapa diz se esse paciente está vivo? Esta chapa, por exemplo?”. Ele responde: “Não”. “O senhor tem certeza disso ou daquilo?”. “Também não”. “O senhor foi avisado que esse paciente...”. Enfim, uma série de perguntas. E, no final, obviamente, pergunta: “Esse paciente que o senhor está analisando estava vivo ou estava morto, por ocasião da nefrectomia?” E a resposta do perito deles foi: “É impossível dizer se estava vivo ou se estava morto. Ou seja, eu não tenho como poder dizer isso”. E a próxima pergunta é: “Como o senhor não tem e o CRM tem?”. Essa seria uma pergunta boa. Porque, da maneira como a coisa foi feita para o perito, lá... Ao perito se fez algumas perguntas e foi entregue a ele uma chapa e o prontuário, naturalmente, do paciente. Ele procura o prontuário e a primeira coisa que ele quer saber é: onde está a descrição da morte encefálica desse paciente, Cristo! Essa é a primeira coisa que eu quero ver. O neurocirurgião



foi lá. Examinou o paciente? Examinou. Ele falou que estava morto? Falou. Onde ele descreveu isso? Não tem no prontuário. Mas tinha. Tinha. Era uma folha separada, que o neurologista escrevia tudo. Ele fazia especificamente isso e colocava no prontuário, separado da prescrição do paciente. Isso é fácil. É só tirar. Tirou, não tem mais. Eu tenho uma arteriografia que sobe o contraste. Depois, eu tenho uma, depois de 2 dias, que não sobe. Eu tiro essa arteriografia. É fácil fazer isso. É fácil. E isso é o que foi para o perito da delegacia, do delegado... Perdão, não sei dizer os termos certos. E obviamente ele se posicionou da maneira que eu faria também do mesmo jeito. Eu não sei dizer ao senhor se esse paciente está vivo ou morto. Não tenho como dizer isso, porque me faltam dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concede-me um aparte, Deputado Geraldo Resende? O senhor lembra quem era o Presidente do CREMESP na época?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não lembra?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conheceu o Dr. Bezzoni?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É um urologista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Presidente do CREMESP, Heitor d'Aragona Bezzoni?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS -Conheci, assim, de nome. Pessoalmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na época ele era Presidente do CREMESP?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não sei dizer ao senhor se era ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O senhor operava ou acompanhava, porque o senhor não opera, o senhor já disse isso antes que o senhor é um clínico aqui. O senhor prepara o doador e prepara o receptor. Acompanha. Gostaria de perguntar ao senhor que, há pouco, o senhor disse que não tinha uma enfermeira acompanhando na sala de cirurgia.



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A nefrectomia.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - A nefrectomia.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Muitas vezes, a enfermeira, nos hospitais, era uma enfermeira que comandava todo o Centro Cirúrgico, uma só. Hoje, às vezes, em alguns hospitais, há mais de uma. Gostaria de perguntar ao senhor se tinha circulantes na sala, tinha instrumentador.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Médico. Instrumentador, não. Médico. O médico fazia o papel de instrumentador. Para nefrectomia, era isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - No Hospital Universitário, às vezes, o estudante também faz papel de instrumentador?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Já, sim, claro.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Faz papel de circulante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eram médicos, é.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - E, numa cirurgia como essa — nefrectomia —, enquanto estudante, acho que o outro colega médico aqui sabe muito bem que, sempre aviva a qualquer estudante participar. Então, havia várias testemunhas das cirurgias em todas as salas.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eles se “rodizavam” fora da sala, doutor. Fora da sala, eles se “rodizavam” para entrar, porque chegava uma hora que: “Olha, não pode ser assim, porque vai dar problema”.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Mesmo através de vidros?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - De tanta gente que queria ver, assistir à cirurgia. O procedimento, todo ano, isso era explicado para os alunos, como se faz isso...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - E outra, toda..., muitas vezes, essas cirurgias são feitas em horários predeterminados.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Lógico. Exato. O senhor lembrou bem.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Predeterminados, que tem uma escala dentro do Centro Cirúrgico.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Claro. Lógico.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O sujeito, no Hospital Universitário, onde deve haver um volume enorme de cirurgias.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Aliás, a nefrectomia não é de urgência, não pode ser de urgência. Ela é programada.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE Certo. Gostaria de perguntar ao senhor também, porque, parece-me, há um convite para duas enfermeiras: Sra. Rita Maria Pereira, parece-me que nem enfermeiras são, e Belmira Ângela Bittencourt. O senhor conhece essas duas senhoras?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não, porque eu não tinha participação diretamente no Centro Cirúrgico. Eu sou Clínico.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sim.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não estava lá. Eu entrava, olhava etc. Mas, é lógico que, depois que elas apareceram na televisão, fui saber o que era.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Elas são enfermeiras?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu acredito..., de que nós vamos chamar, de auxiliar, não é? Elas não são...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Atendente.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Antigamente, há 15 anos, tinha muita.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não sei afirmar muito, doutor. Com certeza, não sei afirmar.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Tá.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Mas, uma delas, que apareceu agora, das duas, uma delas deu declaração no nosso processo. Está lá. Estou com uma declaração aqui dela, da Belmira. E a declaração dela é que ela não estava lá, que ela não viu, que ela não sabe. É uma declaração completamente diferente disso que apareceu aqui na *Band*. Essa é o que temos documento assinado aqui. E temos uma outra — eu não guardo nomes — mas temos uma outra enfermeira, enfermeira ou auxiliar, que foi citada pelo Dr. Kalume, que teria dito que o paciente estrebuchava — essas são as palavras do Dr. Kalume —, estrebuchava quando estava indo para o centro cirúrgico. E essa mesma auxiliar deu uma documentação



em cartório, dizendo que jamais ela esteve naquele dia ou jamais ela viu essa nefrectomia, e que ela jamais fez esse comentário com o Dr. Kalume. Essa documentação está aí, também. “Estrebuchava o paciente” — essa foi a expressão que o Dr. Kalume utilizou.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Gostaria de perguntar ao senhor também, primeiro, geralmente o paciente que pode ser doador, o senhor já disse também, é vítima de traumas, uma grande maioria deles, passa numa UTI, tem o intensivista que acha, porque ele tem de fazer os exames para poder... Depois do intensivista, tinha também a participação do neurocirurgião.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Do neurologista.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Do neurologista, do neurocirurgião, e, depois, passava pelo senhor.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - São três médicos.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim. Depois, vem o quarto, que é o que vai fazer a retirada.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O que vai fazer a retirada.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - E, depois, tem um quinto, que sempre estava na sala, que é o anestesista. O anestesista. Nossa, o anestesista foi super. Sobre o aspecto de ter um anestesista na sala é porque o paciente estava vivo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Pelo menos cinco, pelo menos cinco médicos...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - No mínimo, e estamos esquecendo dos outros intensivistas, porque aquele...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - E dos residentes que estão ali também.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Fora os residentes. E temos outros intensivistas antes desse, que levantou a lebre, vamos dizer assim, que conhecem o caso. Então, por exemplo, às vezes, passa o plantão de um para o outro e fala: “Olha, esse paciente já não está tendo mais reação nenhuma”. Quer dizer, um já viu, outro veio etc., etc.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Depois desse episódio, acabou o serviço de transplante de Taubaté. O senhor teve de, também, logicamente, o senhor não encontrou mais ambiente para ficar na cidade.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente. Não, não. Eu trabalho na cidade. Sou muito feliz em Taubaté.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Ah, o senhor ainda trabalha na cidade?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nós temos uma Clínica maravilhosa, graças a Deus! Maravilhoso!

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O senhor é professor universitário?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Da Universidade, não. Mas eu trabalho em todos os hospitais em Taubaté, sem problema nenhum. Sou clínico, faço nefrologia, faço...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O senhor ainda mora em Taubaté?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Moro. Faço nefrologia, faço diálise.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Todos os outros colegas também ficaram lá?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Todos continuam exatamente fazendo a mesma coisa que sempre fizeram, só não fazem transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Antônio Aurélio também?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O Dr. Antônio Aurélio foi para São Paulo, não é? Ele foi para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Desculpe, Deputado Geraldo.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Então, ele realmente não está em Taubaté.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, ao próximo Deputado inscrito, que é o Dr. Francisco, queria só



que o Dr. Pedro Henrique Torrecillas pudesse manifestar sua opinião sobre uma fita que vamos passar. O senhor, como profissional, pode nos dar clareza sobre esse assunto. *(Pausa.)*

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou pedir licença. Não é essa parte que queríamos passar. Essa parte da fita, é outro momento. Vou passar a palavra ao Dr. Francisco, enquanto a equipe prepara, depois, vamos ouvi-la.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor quer comentar a fita?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É. Aí tem um aspecto interessante, que é essa questão do Conselho Regional. A impressão que fica ali é que fui processado pelo Conselho e eu não fui. O Conselho Regional... Veja. Vamos voltar um pouquinho. No Conselho Regional, quando o Dr. Kalume mandou isso, ele mandou os prontuários dos pacientes que tinham feito nefrectomias e mandou um outro prontuário de um outro paciente que tinha insuficiência hepática, ou seja, o fígado não funcionava, esse paciente tinha um acúmulo de líquido muito grande no abdome e tinha uma história de 40 internações no Hospital Escola. Esse paciente fez um problema renal e foi tratado pela equipe de Nefrologia, que, na época, era eu. E nós fizemos uma coisa inédita no Hospital, o que hoje já não é tão inédito para os médicos, mas se fez uma conexão entre esse líquido do abdome do paciente e a jugular. É uma válvula, chama-se válvula de Levin, que se colocou nesse paciente. Essa válvula foi buscada em São Paulo, enfim, aquelas coisas que a gente fazia na época, coisas pioneiras. E esse paciente gravíssimo, 40 internações, veio a falecer depois de um tempo. Hospital universitário é isso. Você tem de fazer coisas, inovações, na época, inovações para lá, Taubaté, porque, em São Paulo, fazia-se isso com certa frequência. Esse paciente foi mandado para o CRM. Então, o CRM, não o Conselho Federal, como foi dito lá, que nós recorremos. O Conselho Regional de Medicina, está aqui a documentação, diz especificamente — enfim, preciso pegar isso aqui —: “Após Conselho Regional de Medicina” — não Conselho Federal —, “após cuidados, análise de todos os documentos e ouvidos, ainda mais uma vez, denunciante e denunciado, o Plenário concluiu que não existe, no processo, qualquer evidência de que tenha havido, por parte dos denunciados, a prática da



eutanásia ou da comercialização de órgãos. Tendo sido a retirada de órgãos sempre efetuada após a constatação da morte encefálica”. “Mas, Dr. Pedro, então, o que foi para o Conselho Federal?” Este caso da insuficiência hepática. Este, eu tive de me defender no Conselho Federal, porque houve uma série de alegações, e a principal é que eu teria colocado essa válvula num paciente que poderia estar com esse líquido infectado. Perdoem-me, são coisas técnicas médicas, e isso, sim, eu tive de me defender. Eu tive de provar que eu tinha esse líquido antes e a cultura era negativa. Então, isso foi o que eu me defendi no Conselho Federal, mas nenhum dos médicos teve de se defender no Conselho Federal com relação à retirada de órgãos, muito menos tráfico.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, solicito que o Dr. Pedro possa, se puder, entregar esse documento à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Dr. Francisco.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sr. Presidente Neucimar Fraga, Sr. Relator, Pastor Pedro Ribeiro, Sr. Depoente, Dr. Pedro Henrique, Deputados e Deputadas, quero fazer algumas considerações iniciais dizendo que eu tive a honra e o prazer de participar do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais pelo período de 8 anos. E posso dizer, com toda segurança, para todos os Deputados, para todo o povo brasileiro, que é um órgão competente, honesto, isento e que, normalmente, a Medicina, se já é difícil para os médicos, muito mais para os leigos. Então, a tecnologia, os recursos usados na Medicina, a propedêutica, o prognóstico, o diagnóstico, isso, às vezes, não cabe muito ao leigo, porque é difícil. Vimos, muitas vezes, como o senhor mesmo manifestou, que a Justiça comum ficou aguardando a decisão do Conselho Regional de Medicina para, depois, dar seu parecer. Correto? Portanto, também quero afirmar aqui, de público, que o Conselho Regional de Medicina não é um órgão corporativista, não é um órgão que defende o errado, e que não é omissor. Vejo, na sua isenção, no seu depoimento, que o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, um dos Conselhos mais rigorosos do Brasil e um Conselho altamente técnico e capacitado, isentou o senhor e sua equipe de qualquer medida que tenha sido tomada causando prejuízo ao paciente. O Conselho julga a ética e a conduta médicas. Não é realmente um órgão que se deixa levar por influências porque, você



sabe muito bem, que participam dezenas de médicos de um Conselho, e dezenas de médicos não têm o mesmo parecer técnico. Há discussão, há embate, e sempre o diálogo e os exames é que levam o Conselho Regional de Medicina a ter uma conduta idônea. O seu prontuário, que foi encaminhado ao Conselho Regional de Medicina, você falou que existiram dois prontuários: um que foi para a Polícia e outro que foi mandado ao Conselho Regional de Medicina pelo Dr. Kalume. Esse prontuário é enumerado e eu quero saber o que continha esse prontuário: a letra do médico ou...? Porque são duas coisas diferentes: a letra do médico e o cabeçalho do prontuário. Era a mesma conduta tirar... retiraram folhas, fazendo que houvesse uma confusão dentro do processo.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente. Exatamente isso. Só retirar. Basta retirar. Nesse caso desse paciente com insuficiência hepática...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Permaneceu, dentro do processo, aquilo que interessava ao Dr. Kalume.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Criar dúvida. Criar dúvida.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Criar dúvidas. Inclusive, a arteriografia, porque apareceu uma arteriografia ali no filme.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nesse paciente, sumiu a segunda arteriografia...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - A segunda.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - ... e o eletroencéfalo. Sumiu! O próprio Diretor Clínico do Hospital disse: "Não, eu estava lá. Fui eu que autorizei o transplante, depois do eletroencéfalo". E onde está o eletroencéfalo? Sumiu.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - A segunda coisa que eu quero perguntar é a respeito da denúncia anônima a que o nobre Presidente se referiu, de que houve uma denúncia e que a enfermeira não quis que o nome dela fosse levado ao conhecimento. E ali aparecem duas pessoas. São aquelas duas enfermeiras?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não posso afirmar. É anônima.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Ah, a denúncia foi anônima. Denúncia anônima, para mim, não tem validade. E observamos, por meio desse filme da *Band* — e considero o repórter ali um dos mais capacitados do País, e ele mesmo, no final, falou que não quis citar o nome dos médicos porque ainda



não havia uma decisão definitiva —, que aquela é uma reportagem sensacionalista. Quem é médico e quem entende vê que, realmente, não merece crédito. Se alguém passar um bisturi superficialmente no peito de uma pessoa, ela não morre de imediato, só se lesar uma artéria do coração. Então, aqueles são depoimentos nefastos, que prejudicaram toda a população do Vale do Paraíba, principalmente de Taubaté, terminando com um serviço que poderia estar ali salvando vidas hoje.

Outra coisa que eu quero perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Francisco, quero apenas fazer um aparte.

O depoimento dado agora pelas enfermeiras não faz parte nem do processo nem do inquérito e nem, na época, as enfermeiras tiveram coragem de dar o depoimento.

Esse depoimento, exibido agora na televisão, foi feito há 15 dias atrás, 18 anos após a conclusão do inquérito.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Pior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Estou só dizendo que o depoimento delas não influenciou na decisão da Justiça e nem no fechamento dos trabalhos, em Taubaté.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Então, no meu entendimento, menos crédito merece o depoimento dessas duas senhoras que estão aí. E outra coisa que eu gostaria que V.Exa. me permitisse falar, Sr. Presidente, é que, mais uma vez, o Jornal da Câmara se manifesta erroneamente, em sua reportagem. Não sei qual é o jornalista responsável, mas o jornal afirmou que, em Poços de Caldas, a paciente morreu na hora do transplante; mas a paciente veio a falecer 3 anos e 4 meses após o transplante renal. Isso está na última reportagem do Jornal da Câmara. E foi mais uma afirmação errônea do Jornal da Câmara. A paciente não morreu durante o transplante, mas sim 3 anos e 4 meses após o transplante.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Thadeu.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Sr. Relator, Deputado Pastor Pedro Ribeiro, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Pedro Henrique, o senhor se formou em Bragança, é isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Em Bragança.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Aí, o senhor procurou, depois, o Serviço de Urologia do Hospital das Clínicas, para se especializar em nefrologia.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Esse serviço era do Dr. Emil Sabbaga? Ele era o chefe?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O Dr. Emil Sabbaga é um pioneiro nos transplantes renais no País. É isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Através do Hospital das Clínicas. E ele também atende em vários hospitais da capital paulista.

É claro que eu também conheço muito bem o Hospital das Clínicas, porque trabalhei lá. Como o senhor disse, freqüentei o Serviço de Bucomaxilo, na época, com o Dr. Gino. Acho até que o senhor deve conhecê-lo.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não sei se entendi mal a pergunta do nosso Presidente ou se o senhor também entendeu — acho que V.Exa. pode confirmar, Sr. Presidente. V.Exa. fez uma pergunta para o Dr. Pedro Henrique sobre os transplantes. Quem comandava os transplantes era o Dr. Emil Sabbaga, que era o chefe da equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu disse a ele que, em artigos sobre o assunto, inclusive no inquérito, os médicos transplantistas disseram à direção do hospital que o Dr. Emil Sabbaga é quem os havia credenciado, que era a referência deles para o transplante. Eles tinham o aval dele; eles faziam isso em parceria e com o conhecimento do Emil Sabbaga.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Aí, é outra questão.

Entendi o seguinte, e não sei se estou enganado: o Presidente perguntou ao Dr. Pedro Henrique que os transplantes eram feitos pela equipe do Dr. Emil



Sabbaga, que decidia, à sua própria vontade, quem ia receber. Não existia uma fila. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu perguntei ao depoente para onde eram enviados os órgãos. Qual o destino dos órgãos retirados, que não eram aproveitados nos pacientes receptores de Taubaté. Ele nos disse que os órgãos eram enviados a equipes de transplante em São Paulo, e não para uma instituição — não para o Hospital das Clínicas, nem para o Oswaldo Cruz, nem para as universidades. Os órgãos eram enviados para as equipes de transplante. Perguntei quais as equipes, e ele disse que era a equipe do Emil Sabbaga. Perguntei onde o Emil Sabbaga fazia transplante, e ele disse que fazia no Hospital das Clínicas e no Hospital Oswaldo Cruz, que é um hospital privado.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Era essa a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Isso. Eu disse a ele que é bem provável que esses órgãos pudessem ter sido utilizados tanto no Hospital das Clínicas como nos pacientes particulares do Emil Sabbaga.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas eles não eram destinados à própria vontade da equipe, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele não sabe.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Parece que o Presidente quis insinuar que seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quis dizer que quem decidia quais pacientes iriam receber os órgãos destinados era o Emil Sabbaga, porque os órgãos não eram enviados às instituições. Portanto, as instituições não tinham responsabilidade sobre os órgãos, e sim a equipe que os recebiam. Como o chefe da equipe era o Emil Sabbaga, era ele quem decidia quem receberia os órgãos enviados por Taubaté.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ele ou, talvez, as normas que regiam os transplantes em São Paulo. Porque o Dr. Emil Sabbaga, de acordo com o conhecimento que tenho, é pioneiro nos transplantes renais no País, é um homem de reconhecido valor profissional no mundo, referência no País e no mundo, é o precursor... Praticamente todas as equipes eram formadas como o Dr. Pedro Henrique: iam para lá, formavam-se com ele e, depois, iam para outras cidades, a fim de formarem outras equipes. Eu gostaria de fazer essa menção sobre o Dr. Emil



Sabbaga, que é um dos nomes da Medicina não só do País, mas do mundo. Ele é uma referência na área de urologia. Eu gostaria de saber mais sobre esse Dr. Kalume, que me intrigou. Eu gostaria de saber quem é esse Dr. Kalume, Dr. Pedro Henrique. Quem é ele? O que ele faz? Como ele é? O que o senhor tem a falar do Dr. Kalume para mim?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não gosto muito de falar, porque sou pessoa interessada no assunto, quer dizer, sou partícipe disso. É difícil. Eu posso ser... O Dr. Kalume hoje está em Taubaté. Ele trabalha principalmente com o SUS, como sempre trabalhou. Ele fazia o ambulatório do SUS, como triagem de especialistas. Hoje, ele não faz mais isso; ele trabalha na farmácia do SUS, liberando medicamentos. Ele não trabalha mais diretamente no atendimento ao público, no SUS, mas ele trabalha no antigo hospital Santa Isabel, que hoje é o Hospital de Base, e faz cirurgias — ele faz cirurgia geral e cirurgia de tórax. Ele, primariamente, é especialista em cirurgia de tórax, mas faz cirurgia geral também; ele, inclusive, faz plástica de senhoras que fizeram mastectomia. Enfim, plástica de reposição da mastectomia. E ele é o responsável pelos residentes do antigo Hospital de Clínicas. Hoje, como já é um outro hospital, tudo isso está sendo modificado. Não sei se ele vai continuar como isso ou não. Quando a gente fala em residentes, não é um serviço de residência com vários residentes. O Hospital de Clínicas tem 3 ou 4 residentes na cirurgia, especificamente. E só. Fora isso, não existe outra programação, a não ser a cirurgia cardíaca, que é outra coisa que começou agora. Então, não é que seja um serviço de residência do hospital; são 3 ou 4 residentes.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas esse Dr. Kalume... O senhor disse que ele levou os prontuários para a casa dele.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas o que ele era lá que tinha condições de levar esses prontuários?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele é uma pessoa muito influente no hospital.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Porque quem tira assim... Era furto de documento? Ele furtava os documentos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele fez isso, naturalmente, com a chefe do SAME, que é o Serviço de Arquivo de Documentos, com a anuência dela.



É óbvio porque, para tirar um documento do hospital... Primeiro, que não pode. Mas isso, há 20 anos atrás, há 18 ou 17 anos. Ele levou; ele andava com os documentos na mão — isso, tranqüilamente. Mas, independente disso que eu estou dizendo ser verdade ou ser mentira, a verdade é uma só: os documentos que ele mandou para o CRM não tinham numeração, e os documentos que foram para o delegado tinham numeração. O que quer dizer isso? Quer dizer que ele pegou uns documentos que estavam na mão dele e mandou para o CRM. A pergunta talvez seria a seguinte: por que o Hospital Santa Isabel não mandou esses documentos para o CRM? Ou por que o Hospital Santa Isabel não declarou a retirada do documento pelo Dr. Kalume, para entregar isso no CRM? Esse seria o funcionamento normal, vamos dizer assim. Como é que se faria hoje? Olha, eu estou achando que existe alguma coisa errada aqui. Vou até o diretor clínico: “O senhor me permite utilizar esses prontuários aqui no hospital, para examiná-los?” O diretor clínico é quem vai decidir. Se ele disser que sim, tudo bem, ele examina. Ele examinou e acha que tem coisas erradas ali. Ao diretor clínico: “Posso encaminhar isso ao Conselho? O senhor me permite fazer isso?” Ele pode dizer sim ou não. Se ele disser não, ele faz a denúncia do mesmo jeito e ainda escreve ao Conselho, dizendo: “Olha, não pude tirar o prontuário porque o diretor clínico não deixou”. Se o diretor clínico deixar, ele pega o prontuário, xeroxa e manda — esse seria o procedimento normal. Quando o senhor vai ver, dentro do hospital, o que aconteceu, não tem documentação, não tem nada. Simplesmente, os documentos apareceram no Conselho e, dali, para a imprensa. Depois da imprensa, o delegado foi ao hospital pegar. Naturalmente, quando o delegado foi ao hospital, o hospital já havia se preparado — pegou os documentos e os numerou todos.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Então, quando foram para o Conselho, não eram numerados?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não eram numerados.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Aí, os documentos apareceram no hospital, depois, numerados.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exato. Na verdade, os prontuários são os mesmos. Dá para a gente entender. É a mesma coisa: o que foi para o Conselho é a mesma coisa que foi para o delegado, só que foram, antes, manuseados por ele. Porque, na verdade, basta tirar as folhas, basta tirar uma



arteriografia, basta tirar um eletroencefalograma — isso é o que basta, é o suficiente para se criar a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um aparte, Deputado.

Então, os documentos tinham o mesmo teor? Os prontuários tinham o mesmo teor?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu acredito que sim, porque são 10 mil... Dez mil, não. Mas, nessa época, quando foram, tinha mais de 600 ou 700 páginas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor está falando do processo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - São quantos prontuários?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Os prontuários, eu estou dizendo, junto com o que foi do delegado e tal, que foi a primeira vez em que tivemos contato com esses prontuários. A primeira coisa que me chamou a atenção foi isto: puxa, mas isso aqui é numerado, e lá no CRM não é numerado. Foi a primeira coisa que me chamou a atenção. São muitas páginas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor teve acesso aos 2 — ao do CRM e ao da Polícia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Primeiro, ao do CRM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Depois ao da Polícia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Depois, ao da Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Era o mesmo teor?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A Polícia... Eu não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tinha os mesmos dados?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não sei dizer. Eu acredito que sim. Eu imagino que sim. Por que eu imagino que sim? Porque, para fazer o que ele precisava fazer, bastava tirar. Não há necessidade de se modificar nada, basta tirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, não foi modificado nada?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não sei.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Agora, com respeito à morte cerebral, a arteriografia que foi mostrada nesse filme, o senhor disse que foi o primeiro quando o paciente chegou acidentado.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exato.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Foi de imediato?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não sei exatamente o tempo que levou. Mas essa foi uma avaliação normal do neurologista. Ele não foi lá para ver se o paciente estava em morte encefálica, porque ele não estava.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso aí foi feito pelo...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Uma avaliação do neurocirurgião.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Aquele que ficava de plantão, é isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Aquele da UTI?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente. Ele estava de plantão no hospital. Então, a UTI...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Como é que chama? É o residente?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não sei exatamente qual o neurologista avaliou essa arteriografia e quem avaliou a segunda arteriografia. Não sei dizer. Mas era sempre o... Porque uma das poucas coisas que nós tínhamos de programação com relação à equipe que retira os órgãos é que jamais poderia haver, na equipe de transplantes, neurocirurgiões ou intensivistas. Isso era uma das poucas coisas que nós tínhamos naquela época. E todos nós sabíamos disso. Então, um neurocirurgião ou um neurologista não pode participar da equipe. Já é se imaginando que não tenha nenhuma contaminação, vamos dizer assim. Porque ele pode até ficar animando com o programa. Não, eles eram pessoas do plantão do hospital. Precisa chamar um neurologista? Chama. Quem chama? Não sou eu, é o intensivista que acha que deve chamar. Qual intensivista? Aquele que está de plantão no dia.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Muito obrigado.



Em seguida, 2 dias depois, foi feita uma nova arteriografia nesse paciente. E constatou-se que não existia circulação, não subia a circulação.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não subia o contraste.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Foi quando foi detectada a morte encefálica.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Mais o exame clínico do médico. A gente sempre fazia a mesma coisa: fazíamos a avaliação, escrevíamos no papel e fazíamos a arteriografia.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Quem fez a denúncia ao CRM? Foi o Dr. Kalume?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Foi.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ele que levava para casa os documentos e os prontuários?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ele que enviou ao CRM?

Dr. Pedro, entendi muito bem o seu depoimento. Mas tem uma coisa que está prejudicando o senhor aqui: trata-se da questão do transplante, se houve transplante, se o senhor teve notícia, se foi realizado o transplante no hospital universitário.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não tenho certeza se fizemos um transplante lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Estou lhe dando essa oportunidade para tentar ajudar o senhor.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Se o senhor me permitir, vou explicar como um médico que fez 14 transplantes em uma cidade não sabe se fez um transplante no hospital universitário. É uma coisa que não dá para entender, mas eu explico. Desses 14 transplantes que fizemos, aproximadamente 4 ou 5 foram feitos, com certeza, no Hospital Santa Isabel; 2 foram feitos em São José, em uma outra instituição, em um outro hospital. Quer dizer, eu não tenho, na memória, a informação de se fizemos o transplante no hospital universitário. O que eu tenho certeza, porque na época foi muito discutido, é a questão da nefrectomia, porque nunca foi feita uma nefrectomia no hospital universitário — mesmo porque não tinha como fazer, porque não existia um pronto-socorro que tivesse a entrada dos



pacientes. Então, eu agora não estou me lembrando, e isso está me prejudicando. Vou ter que ficar com isso, porque eu abro aqui o papel e vou saber se fiz ou não. Vai estar lá escrito.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas, no inquérito, no processo todo, houve algum fato que leve a crer que houve transplante no hospital universitário? O senhor lembra disso? O seu advogado pode falar.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não há menção a transplante no hospital universitário. Graças a Deus, posso responder que não! Foi no Santa Isabel e em outro hospital em São José. Graças a Deus!

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não sei se posso fazer esta pergunta ao Presidente, mas existe alguma denúncia a respeito disto, que houve algum transplante no hospital universitário? Estou querendo ajudar, para que isso seja bem esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essa questão não está clara nos autos. A gente tem analisado. Foi por isso que fiz a pergunta a ele.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Dr. Pedro, fala para mim como é o trabalho do nefrologista dentro de uma equipe de transplante. Sei que o senhor já falou aqui, mas repita isso para mim, por favor.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Na verdade, como é isso? Primeiro, existem os pacientes que têm insuficiência renal; esses pacientes têm que repor aquela função do rim. Se o rim não está funcionando, tenho que repor; isso é feito através de um procedimento chamado diálise — pode ser a hemodiálise ou vários tipos de diálise. Então, estamos tentando fazer aquilo que o rim fazia. Esses pacientes podem fazer isso durante muitos anos...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Em média, uma pessoa suporta a hemodiálise durante quantos anos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A sobrevida é exatamente aquela do transplante. Depois de 5 anos, tenho aproximadamente 60% de sobrevida, ou seja, 40% dos pacientes em diálise, depois de 5 anos, já morreram.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Que é o mesmo percentual do transplante.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É o mesmo do transplante, sempre foi. E hoje o transplante está um pouco melhor.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Qual o seu paciente que está fazendo hemodiálise há mais tempo nesse período todo? O senhor tem uma idéia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Olha, eu posso dizer quanto ao Hospital das Clínicas. Em São Paulo, o paciente mais antigo do Hospital das Clínicas tem em torno de 23 ou 24 anos de diálise. É um paciente que está tão bem que sempre se negou a fazer transplante. É um senhor que começou com a nossa idade, lá pelos 50, e hoje está com 70 e poucos anos. E ele não quer transplantar porque está muito bem. E faz muito bem, não deve transplantar mesmo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Agora, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor: o senhor se lembra quantos órgãos foram retirados em Taubaté, nesse período de 2 anos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Foram entre 5 e 6 nefrectomias, ou seja, entre 10 e 12 rins. Cada nefrectomia dá 2 rins. Ou seja, foram 5 ou 6 pacientes aproximadamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Que foram feitos os transplantes?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Que foram os transplantes em todos.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ah, isso de cadáver.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - De cadáveres.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Agora, a grande maioria de transplantes eram *inter vivos*?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Só fizemos um cadáver.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ah, só um cadáver?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Só tivemos um rim que na tipagem serviu para o nosso paciente. A luta era essa, a minha ansiedade é transplantá-los com o cadáver, era isso que eu queria. Tanto é que quando apareceu o primeiro, fizemos de imediato.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Gostaria só de saber uma coisa do senhor. Como o senhor é da área de transplante, o senhor estudou e se formou na melhor equipe pioneira que existia, o senhor tem idéia de quanto tempo que existe o transplante de rins no País?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Começou em 60.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Começou em 60?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - E como é que começaram essas equipes? Começaram assim com tudo, com central de captação, com fila de transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, nada. Essas equipes se formaram ao redor da terapia intensiva, com a Dra. Marisa D'Agostinho, chefe da Terapia Intensiva hoje no Hospital das Clínicas, do 9 de julho, do Sírio e Libanês, enfim. Isso, o Dr. Emil contava. Eles não se conformavam de os pacientes morrerem daquele jeito porque a maioria deles tinham problema de rim. E aí foram aos poucos. A primeira diálise feita no Hospital das Clínicas foi com um dialisador que corria água de torneira. Isso ele sempre conta, a diálise era no 4º andar do Hospital das Clínicas e era um celofane desses de cigarro que ele mandou fazer, enrolado em um rolo, e aquilo ia circulando e o sangue do paciente passava por cima daquilo ali, levava quase 10 minutos para retornar ao paciente e conseguiram manter o paciente durante 2 ou 3 dias com esse procedimento. Era uma barbaridade.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Se a ANVISA viesse hoje e fizesse uma vistoria provavelmente iria fechar o Hospital das Clínicas, não é isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente. E foi assim que conseguimos. O primeiro transplante que o Dr. Emil fez foi de gêmeos univitelinos porque ele sabia que ia dar certo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Então era feito assim, voluntariamente, com pioneirismo, naquela época não existia nem fila de transplante, nem central de captação de órgãos, nada?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nada.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso foi em 1960, não é?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Em 60. Na nossa época, a única coisa realmente organizada e que era imprescindível para se transplantar era um laboratório para a tipagem do sangue, sem esse não tinha jeito, e isto só tinha um lá na USP, era o único lugar, que era para os pacientes da USP especificamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Agora, aí o senhor me mostrou o que tinha curiosidade para saber, é uma oportunidade o senhor ter participado dessa equipe e a gente poder ter conhecimento desses fatos. Quando o senhor saiu de lá



e foi convidado para ir para Taubaté foi mais ou menos no mesmo estilo, no mesmo pioneirismo de montar uma equipe numa cidade que não tinha nada?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente, a luta foi imensa, foi uma batalha porque, como o Deputado Neucimar perguntou, e com toda a propriedade, este hospital tem condições de fazer transplante? Porque era um hospital que não tinham nem UTI.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não tinha UTI?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, o Hospital Escola não tinha UTI quando nós fomos para lá. O que fazíamos? Se precisávamos, eventualmente, para um paciente mais grave...Mas veja, no hospital não tinha UTI e se fazia cirurgia de esôfago, de fígado, cirurgias muito mais complexas do que transplante. É que a palavra transplante era uma coisa... não é? E se fazia sempre da mesma maneira, era uma coisa não vou dizer pioneira, mas eram as condições que o hospital tinha, então, se fazia daquela maneira. Há necessidade disto, daquilo ou de uma avaliação melhor do residente 24 horas, colocava-se no quarto, todos faziam assim. Obviamente, quando o transplante foi para lá, a coisa ficou muito complicada, porque isso não pode... E muitos médicos não tinham absolutamente nenhum conhecimento do que é transplante, muito menos do que é diagnóstico de morte encefálica. O Dr. Kalume relatou isso no CRM e também na polícia, quando foi dar declaração, que para ele morte só depois que o coração pára,. Está escrito aí em todos os laudos. Isso é um médico falando. É óbvio que ele achava que o transplante estava errado, pois, para ele, só depois que o coração parar é que o paciente está morto.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Essa era a concepção de morte encefálica para ele?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Absolutamente, está escrito aí em todos os documentos.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Eu poderia ficar aqui e me alongar nas perguntas, mas não quero atrapalhar, porque temos outros depoentes aqui, mas acho que o senhor esclareceu muitas coisas. Foi muito importante o seu depoimento e acho que vai ser muito bem aproveitado. Farei apenas mais uma pergunta fundamental. Naquele tempo, quando se encerrou os transplantes? Foram 2 anos, não é?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É interessante a pergunta. Talvez eu possa ajudar um pouco na pergunta. Quando aconteceu isso do CRM, parou os transplantes? Absolutamente, continuamos e continuamos ainda forte fazendo transplante, quer dizer, isso caiu nesses 2 anos em que nós estávamos transplantando. Continuamos trabalhando, porque nós não fomos impedidos, nenhum dos dois hospitais, e continuamos a não fazer nefrectomia, esta sim. A nefrectomia, quando isto aconteceu com o CRM, parou. Parou por intuição dos próprios hospitais. “Pedro, temos que parar isso até ver o que vai acontecer, porque eu fico...” O próprio diretor do hospital, dos hospitais, por sinal, achou por bem. Perfeitamente, achei por bem. Agora, transplante, continuou fazendo, *inter vivos*, continuou normalmente, até que a coisa foi indo e, com todo esse problema, quer dizer — não vou me alongar — veio gente até dos Estados Unidos, até do *Washington Post* esteve lá em Taubaté para ver isto, porque realmente era uma equipe de bandidos e salafários que estavam roubando os rins dos pacientes e vendendo isso para o mundo. E foi assim que saíram todas as notícias. Fomos capa de jornal e de revistas aí, seguramente, durante três meses. Durante três meses sem parar, sem parar.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - E isso foi em que ano?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu sempre tenho que puxar, eu nunca sei o ano.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O senhor disse 2 anos de trabalho?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Isso, nós tivemos 2 anos de transplante.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Há 18 anos, então, faz 16 anos que pararam os transplantes. O senhor acha que o prejuízo causado às populações que dependem do transplante é muito grande?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O Nascimento falou ali na Band, são 70 mil pacientes nas filas à espera de transplante.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta, antes de passar a palavra ao Relator Pastor Pedro Ribeiro. O senhor disse aí na nota do CRM — e aqui tenho um matéria da *Folha de S.Paulo*, de 30.11.88: “O Presidente



do CLIMESP Heitor D'Aragona Buzzoni afirma que este documento foi emitido em função de pressões que a entidade sofreu de *lobbies* poderosos que são a favor da política de transplante do País. Perguntado a respeito de quem encabeçaria o *lobby* de transplante, Buzzoni diz que era coisa do Emil Sabbaga, nefrologista, chefe do serviço de transplante renal do Hospital das Clínicas e do Hospital Oswaldo Cruz, uma pessoa muito poderosa, com muitas influências, segundo ele, melhor seria que o jornalista nem publicasse essa matéria." O senhor conhece o Dr. Luiz Alcides Manreza?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Luiz Alcides...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Luiz Alcides Manreza.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu conheço Manreza. Esse eu conheço, esse é neurologista do Hospital das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é um médico conceituado?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Muito conceituado?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Muito, ele foi perito nos nossos casos, foi um dos peritos nos nossos casos no CRM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu vou ler um depoimento que ele fez nesta CPI aqui, Dr. Luiz Alcides Manreza. "Perguntado sobre o caso de Taubaté, ele respondeu: conheço. Ele disse: nessa época, foram encaminhados para lá — para eles, Manreza — seis laudos de paciente. A denúncia foi feita por um médico, então a notícia acabou tendo até um pouco mais de consistência já que era um médico que estava fazendo a denúncia e não uma mãe, um pai, um filho, um avô dos envolvidos. Já que era um queixa técnica, em várias as queixas que tinham sido feitas até na maternidade onde havia um índice de infecção menor. Falaram até de tráfico de órgãos na época e fizeram acusação de que os doentes não preenchiam os conceitos de morte encefálica". Aí, o Manreza continua falando: "Eu fiz parte da câmara técnica, ou melhor, da perícia. Eu e outros 2 neurocirurgiões que analisamos os 6 casos!", que foram enviados para eles. Isso está escrito. "O Conselho Federal de Medicina tem um relatório nosso. Infelizmente,



desses 6 casos, 4 não preenchiam os conceitos de morte encefálica, não havia comprovação. Enfim, não preenchi.” O que o senhor comenta sobre a fala do Manreza?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Acho que ele tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor concorda que...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Se o senhor me deixar terminar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... 4 pacientes...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... que foram retirados os órgãos...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, já respondi: não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por favor, estou falando sobre a nota do Manreza.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - V.Exa. não me deixa terminar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele está dizendo aqui que 6 casos foram enviados para ele, ele foi perito, desses 6, em 4 ficou comprovado que eles não estavam com morte encefálica.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É isso o que ele fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É isso o que ele fala.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Que não estavam com morte encefálica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em depoimento aqui.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O senhor poderia ler a última frase, porque ele não fala isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em depoimento aqui.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Infelizmente, desses 6 casos, 4 não preenchiam os conceitos de morte encefálica.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele não está dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não havia comprovação da morte.



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É, exatamente, ele está dizendo que ele não pode dizer que os pacientes estavam mortos. Por quê? Se ele pegou uma arteriografia como aquela que o senhor mostrou, o que um neurocirurgião pode falar? “Cadê a outra arteriografia? Cadê o eletroencefalograma?” É lógico que ele não pode afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o trabalho de um perito?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não sou perito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas devia saber que o perito não é um profissional qualquer. Se ele é perito é porque ele é especializado, ele tem capacidade e ele tem aquela função porque ele é especialista naquele assunto.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Se lhe falta argumentação para poder dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele faz parte da Câmara Técnica do Conceito de Morte Encefálica. Inclusive, ele foi uma das pessoas que ajudou a redigir as notas técnicas do conceito de morte encefálica do Conselho Federal de Medicina.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com certeza, ele é uma pessoa habilitada para periciar os documentos que foram enviados ao Conselho através da denúncia. E, ao analisar os documentos enviados ao Conselho, se partíssemos do princípio de que o senhor estivesse certo, de que foram enviadas chapas falsas ou adulteradas, um perito teria que descobrir, porque senão não seria perito.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Acho que falta para ele o que ele precisa para trabalhar, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Presidente, qual foi a conclusão do Conselho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A conclusão do Conselho, Dr. Geraldo Thadeu, é que eles perderam em uma instância. O relatório dos técnicos foi esse aqui, só que o corporativismo...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Eu gostaria de saber a conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou dizendo o seguinte: a nota técnica... os peritos que foram chamados para dar o laudo deram essa palavra. E eles votaram em plenário e derrubaram.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas eu queria saber qual foi a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que o senhor acha que ficou no final?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não sei, o senhor não me falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O perito chamado para dar o laudo sobre o assunto deu essa nota. O Dr. Manreza, que ele conhece, diz que é muito bem, todos conhecem, esteve aqui na CPI, ele faz parte da Câmara Técnica do Conceito de Morte Encefálica do Conselho Federal de Medicina, inclusive foi um dos que ajudou a redigir essa norma técnica. E ele disse que dos 6 casos que foram enviados, 4 casos comprovam que os pacientes não estavam com morte cerebral. Se ele era perito, eles tinham que votar em cima da palavra do perito que foi chamado. Mas o Plenário derrubou o relatório do perito.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O senhor me dá um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O senhor tem o relatório... o processo do CRM em mãos aí com o que ele se manifestou, o Manreza, no CRM?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tenho, estou me baseando no depoimento oficial prestado pelo Manreza nesta CPI.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Porque não foi isso que ele falou no Conselho Regional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, aí o Conselho Federal de Medicina tem que chamar o Manreza, fazer um convite a ele. Nós poderemos chamá-lo aqui e...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O Conselho Regional...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...fazer uma acareação com os médicos.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sr. Presidente...

(Não identificado) - Inclusive, eu tenho...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não. Vou dar a palavra, pela ordem, ao Deputado Geraldo Resende. Antes, vou passar a palavra para o Pedro, que havia pedido primeiro.

(Não identificado) - Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, no caso de dúvida, nós podemos chamar o Manreza e fazer uma acareação entre o Manreza e os médicos aqui.

Com a palavra o Pastor Pedro Ribeiro e, logo em seguida, o Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sr. Presidente, eu pretendia falar só no final, mas preciso me ausentar, infelizmente, para um compromisso que tenho agora. Eu não vou fazer muitos questionamentos ao Dr. Pedro Henrique. Quero cumprimentá-lo com boa tarde.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu apenas quero convidar o Dr. Pedro Henrique, as pessoas que estão aqui e a Nação brasileira, para que façamos uma reflexão do que estamos fazendo nesta tarde. Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, feliz ou infelizmente, este caso não é novo, 18 anos se passaram, processos correram nas Varas, pessoas foram denunciadas, os fatos estão exarados na documentação que faz parte do processo. Muito questionamento já houve a esse respeito, e muito já foi dito nesta tarde, inclusive até se falou sobre reminiscências e tal. Mas eu queria, Dr. Pedro Henrique, chamar V.Sa. e a Nação brasileira para a seguinte reflexão: O senhor disse, reiterou, afirmou e reafirmou que durante o período em que tiveram a chance de transplantar lá no Hospital Santa Izabel, os senhores realizaram 14 transplantes. Hoje, o senhor está aqui como indiciado no processo — um indiciamento feito pelo Ministério Público, juntamente com mais três colegas seus. Todos denunciados pela prática de homicídio. É essa a qualificação, embora diga que seja um dolo eventual. Já houve um pronunciamento,



mas não foi dada ainda a sentença, eles não foram ouvidos na instância que lhes cabe ouvir, ou que lhe cabe ouvir, por falta talvez até dessa possibilidade de as coisas andarem com facilidade. Porque, nesta Nação, as coisas complexas, quando giram em torno de alguém que tem poder, que tem representatividade, são mais difíceis. Dezoito anos se passaram; lamentou-se aqui já muitas vezes, porque o transplante foi suspenso lá em Taubaté. Mas não lhe causa espécie, doutor Pedro Henrique, saber que dos 14 transplantes, 30% deles levou-os a este indiciamento — 30% doutor Pedro Henrique! Seria uma fatalidade? Seria Roosevelt Kalume tão poderoso? Ele teria tanta condição de pegar os processos, modificar a documentação, enviar para o CRM, depois para a Polícia; correr esse tempo todo — advogados e juizes apreciarem a documentação — e hoje o senhor está aqui prestando, aliás, pronunciando-se perante nós nesta CPI como indiciado sobre os 30% dos transplantes realizados em Taubaté. Não seria muito infortúnio para um homem que já tinha experiência em transplantar? Por que aconteceu isso? Os senhores processaram Roosevelt Kalume? Por que ele continua clinicando? Por que ele continua ainda com cargos lá na universidade? Por que ele não caiu do seu pedestal de alguém que se levantou contra homens honestos, decentes, que agiram de boa-fé? E por que os senhores estão sendo ouvidos e acusados pela Nação inteira? Será que dá para a gente compreender que o senhor tem toda a razão, que os senhores estão inocentes deste fato? Será que a troca dessa prova documental ou da radiografia, da arteriografia que ocorreu, não foi notada por ninguém? É essa a reflexão que eu quero fazer nesta tarde, para que fique registrada nos Anais desta Casa. E sobre essa reflexão nos dobraremos quando formos fazer o nosso relatório. Os seus 3 colegas vão ser ouvidos também. E eu acho que a linha de raciocínio será a mesma. Mas os dados que nos trazem aqui a nesta tarde também nos chamam a esta reflexão: quatro cidadãos profissionais respeitados — como o senhor disse que ainda hoje são —, formados nas mais belas formaturas, no mundo inteiro, fazendo bem à coletividade, de repente são chamados para umas grades como essas temerárias, terríveis, tudo isso por uma calúnia de um só cidadão. Estaria o senhor, doutor Pedro Henrique, tão inocente aqui nesta tarde? É isso, senhor Presidente.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não entendi direito isso dos 30% a que o nobre Deputado se referiu.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Quatorze transplantes vezes 30% dá 4,2.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - E o que tem esses 30%?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Os senhores não estão indiciados por 4 desses transplantes?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, em nenhum transplante, nós temos indiciamento. O nosso indiciamento são por 4 nefrectomias; nenhuma delas com transplante.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sim, mas retirada de rins para encaminhamento de transplante.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não. Eu nunca fui processado por transplante. Jamais.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sim, mas é a história. Os registros giram em torno disso.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Nefrectomias com fito de serem os órgãos encaminhados para transplante.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Sim, mas eu não respondo a nenhum processo de transplante.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu falei da primeira etapa. Sim, mas, não dá para confundir. É claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para esclarecimento: o doutor Pedro Ribeiro foi denunciado por retirada ilegal de órgãos de pacientes e por acelerar a morte de pacientes para retirada de órgãos.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Mas nunca como transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que eu acho que é pior, não é, doutor?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Mas para tal.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - E nem tem os 30% nada a ver com isso. Os 30% a que nos referimos são os 3 pacientes que estão vivos do transplante e, não têm nada a ver com os 4 casos de nefrectomia, que não eram 4, eram 6. E, desses 4, que aqui ficaram, 2 o Kalume já disse que está tudo em ordem.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sim, estamos falando dos que estão sendo indiciados. São 4. E a prática era essa. Eu conheço a história. Já li a respeito. E a razão da retirada, as nefrectomias eram para encaminhar os rins exatamente para transplante. Nós sabemos disso. O senhor sabe disso, doutor.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, eu nunca fui processado por nenhum transplante; nenhum caso de transplante veio a mim para que eu respondesse. Nunca. Jamais.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Essa é a linguagem. Estou falando da mensagem. A mensagem, doutor, é essa: os senhores estavam ali reunidos para retirar rins para serem transplantados. O senhor agora usa a linguagem de que era só.. isso é da primeira etapa.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, eu não estou usando a linguagem, nobre Deputado. Eu só estou dizendo ao senhor que está havendo uma mistura. Trinta por cento é de sobrevivência dos meus pacientes transplantados, o.k. Há 4 casos de nefrectomia, dos quais estou me defendendo. Não transplantei nenhum deles.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor não citou aqui 30% dos sobreviventes; o senhor falou em 3 sobreviventes. Quem levantou, fez a multiplicação e falou em 30% fui eu, baseado nesse caso, e acho que estou certo.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Trinta. Pode fazer a conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Pastor Pedro Ribeiro a presença.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Gostaria de saber se o Deputado Pastor Pedro me permitir...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Preciso sair agora.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - É? Eu precisaria entregar um documento para o senhor aqui. Sr. Presidente, eu poderia entregar o documento ao depoente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode entregar.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Senhor Pedro, Trinta e oito transplantados de Poços de Calda pediram-me para entregar ao Relator, ao Presidente, aos titulares e suplentes da Comissão cópias do *e-mail* que eles nos enviaram. Gostaria, Deputado Pastor Pedro e Sr. Presidente — e sei que V.Exas receberam esse *e-mail* — que os membros da Comissão dele tomassem conhecimento como documento oficial. Concluindo. Eu não esperava que o Deputado Dr. Francisco falasse, mas os *releases* continuam chegando lá de forma deturpada, não traduzindo a realidade do que ocorre aqui. Não sei se é falha, às vezes, algum problema que possa acontecer. Eu dou como o exemplo o último — vou dar como exemplo o último. Porque aquele lavrador que aqui veio, que declarou que fez uma doação de 2 mil reais, lá no jornal saiu uma notícia na manchete sua manchete na qual ele acusa o médico, a equipe de cobrar 2 mil reais pelo transplante de rins, o que não é na realidade aquele depoimento que ele fez aqui. E, colocando como declaração de V.Exa. Depois, eu posso encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu posso afirmar aqui, e reiterar, Deputado Geraldo, que no depoimento do seu Raimundo, ele disse que, ao chegar pela primeira vez ao consultório do Dr. Álvaro lanhez, para uma consulta da sua esposa sobre o transplante, o médico lhe disse que conseguiria um rins para a sua esposa e perguntou-lhe se ele poderia fazer uma doação de 2 mil reais para o instituto dele. Ele disse que sim. E eu perguntei ao doutor Raimundo o seguinte: Sr. Raimundo se o doutor Álvaro lanhez não tivesse pedido ao senhor a doação o senhor a daria? Ele disse: “*Não, não daria*”. Portanto, ele pediu a doação para receber o rim. Ele fez a doação e recebeu o rim. Em depoimento prestado a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Então, o senhor confirma essa declaração que cobrou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Confirmo que o Dr. Álvaro lanhez pediu a doação.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Cobrou por ela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pediu?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, cobrou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pediu?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, cobrou?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele deu recibo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Deu recibo como doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se deu recibo, ele pediu a doação.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não. Como doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O recibo é de doação.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Cobrar é uma coisa; doação é outra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Doação é espontânea, não se pede. Eu arrumo um rim para a sua esposa, se você fizer uma doação para o meu instituto. E ele a fez. É uma forma indireta de cobrar.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - V.Exa. concluiu assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A conclusão não é minha. A conclusão é da Justiça.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - A Justiça até agora não concluiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos esperar.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Está bom. Só complementando. Quando eu lhe entreguei esse documento, Sr. Presidente, V.Exa. — foi o que me pareceu — pegou-o com descaso. Disse: “*Joga isso aí e tal.*” Eu gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu apenas o entreguei para o secretário autenticar. Deputado Geraldo Thadeu, V.Exa entregou o documento ao Relator, não a mim. O Relator teve de sair e o deixou aqui.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, o Relator saiu e eu o entreguei a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu entreguei o documento ao secretário para ele providenciar sua autenticação. Eu não posso ficar com documento na mão. Tenho que entregar ao secretário.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Gostaria que a equipe da Comissão, que é muito competente, analisa todos os documentos, olhasse com muita profundidade o documento que aí está. Praticamente todos os membros da Comissão o receberam. Realmente é importante a análise desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Até para nos ajudar e dirimir dúvidas, gostaria de ter a peça — e certamente V.Exa. pode consegui-la — do perito do caso julgado em São Paulo, do Dr. Luís Alcides Manreza, que foi levado à discussão do Plenário. Eu gostaria que V.Exa. inclusive pudesse até tirar uma frase que não deu por terminada, mas que para nós médicos causa transtornos. Disse V.Exa. que o Dr. Manreza tinha feito um relatório, mas que ele foi derrotado pelo corporativismo. Quantas vezes na Câmara Federal fomos contrários ao voto do Relator? Qualquer plenário pode inclusive contrariar o voto do Relator. Isso é normal no plenário da Câmara Federal, assim como o é nas Comissões. Quantas vezes votamos contra o voto do Relator? Sinto-me agredido — gostaria de dizer-lhe isso — quando V.Exa., às vezes, até induzido pelo clima desta reunião, com o *e-mail* que recebeu, se reporta à nossa categoria como ela fosse uma máfia. Isso é ruim. Seria a mesma coisa que eu fizesse ilações a respeito de todos os Deputados. Que julgasse um Deputado cassado aqui no Distrito Federal, que era pastor. Eu poderia até dizer: todo pastor faz aquilo que o pastor faz. Não posso fazer isso, porque estou generalizando. Eu acho que existem em qualquer esfera da vida em sociedade os bons e os maus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E existe máfia em todas as corporações.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu não acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu tenho certeza que há. A história tem mostrado isso. Na polícia, na Justiça, no Parlamento, quantos Parlamentares fazem parte de grupos de crime organizado? Na área médica, em sindicatos. Enfim, isso é comum. Mas não quer dizer que todos são maviolos. Mas que existe máfia dentro de qualquer corporação existe.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Pode existir. Mas não generalizemos, porque V.Exa. como Presidente tem de conduzir a CPI de forma isenta. Quero apenas ajudá-lo. Peço-lhe que retire o que disse. Ou seja, que o corporativismo derrotou o relatório do perito responsável pelo caso em tela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao nobre Parlamentar a recomendação. Inclusive eu disse, num primeiro momento, que foi o corporativismo, depois eu disse que foi o Plenário. Insisto, contudo, em dizer que corporativismo existe em qualquer instituição, embora nem todos dele façam parte.



Mas existe rede de proteção até nas entidades. Sabemos que isso existe no País. Então, eu mantenho o que disse: há, sim, corporativismo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pela ordem, Sr. Presidente. Pedimos diversas vezes uma reunião interna da nossa Comissão, mas ela ainda não foi providenciada. Reconheço que estávamos em recesso, agora retornando aos trabalhos. Não creio que a palavra do nobre Presidente signifique a verdade. Concorda? V.Exa. concorda com isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou ouvindo V.Exa. falando.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é a pergunta?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - V.Exa. é o dono da verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, não sou dono da verdade.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - V.Exa. é o dono da verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas evito muito falar mentira.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não sei, não sei. Gostaria de perguntar-lhe mais uma coisa: V.Exa. acha que existe corporativismo em qualquer segmento da sociedade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qualquer segmento: sindicato, polícia, Justiça, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Parlamento, qualquer um.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Até numa CPI como a nossa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Até numa CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode haver.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pode haver?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode haver.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Poder haver, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode haver.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Pedro Henrique Torrecillas a participação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Damos por encerrado o depoimento de S.Sa.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dando continuidade à oitiva de testemunha, convido o Dr. Rui Noronha Sacramento a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pela ordem, Sr. Presidente. Temos aqui uma atividade meio complicada nesta Casa. Creio que V.Exa. concorda comigo. Tenho de ausentar-me. Tenho um compromisso agora. Tão logo o conclua, voltarei para cá. porque senão, como consta do próprio *release*, só ficamos aqui quando nos interessa, quando temos interesse pessoal no assunto. Não é isso. Fomos em audiências em outros Municípios, cidades e Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu, V.Exa. está falando uma verdade. Tem nos acompanhado em algumas oitivas de trabalho. Estivemos juntos em São Paulo e Pernambuco. Eu não conheço o teor do *release*. Vou ler o *release* depois para ver qual é a providência que a CPI pode tomar em relação ao documento que está sendo entregue oficialmente à Comissão.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Agradeço-lhe muito o empenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dando continuidade à oitiva de testemunha, convido o Dr. Rui Noronha Sacramento a prestar juramento à Comissão, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal. *“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, em processo judicial, ou policial, ou administrativo ou em júízo arbitral.”* Nós vamos passar a palavra, neste momento, pelo tempo de até 20 minutos, prorrogáveis a pedido do depoente, com autorização desta Comissão, ao Dr. Rui Noronha Sacramento, médico da cidade de Taubaté, no Estado de São Paulo, que



foi arrolado nesta CPI no caso de Taubaté, onde responde a processo, juntamente com mais 3 médicos, por retirada ilegal de órgãos de pacientes.

Concedo a palavra ao Dr. Rui Noronha Sacramento. Dr. Rui, se quiser fazer uma explanação sobre o caso, o ocorrido, fique à vontade. Senão, os Parlamentares estarão aptos para fazer a interpelação que achar necessário ao depoente.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Bom, Deputado, eu estou à disposição aqui para prestar os esclarecimentos que a Comissão quiser, se o senhor achar conveniente e os Deputados quiserem perguntar alguma coisa, tudo bem. A questão é muito complexa. Na verdade, eu vou fazer um reparo para o senhor. Estou respondendo a um processo criminal não por retirada de órgãos, mas por homicídio doloso, que é um absurdo, um contra-senso, que eu reputo um contra-senso do próprio Judiciário paulista lá. Mas, em todo caso, estou à disposição para prestar esclarecimento. E acho até oportuno ter a oportunidade de ter a chance de dizer o que está acontecendo efetivamente nessa história. O que eu fiz não foi nada de doloso, muito menos criminoso, e não me envergonho de absolutamente nada. Tenho muito orgulho até do que foi feito, fez um bem muito grande à saúde da população na minha região. Só não pude continuar fazendo, porque fui impedido por uma denúncia absolutamente caluniosa, falsa, mentirosa, montada, forjada, que manipulou o Poder Judiciário nosso e que causou um transtorno muito grande para mim, para minha família, para os meus amigos, mas causou com certeza um transtorno muito maior para as pessoas que perderam a vida em decorrência disso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acredita, então, que o Poder Judiciário de São Paulo foi manipulado?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Completamente. A denúncia totalmente... É uma manipulação, é uma meia verdade, que é pior do que uma mentira inteira, e que foi enfiada goela abaixo em várias instâncias. Isso já foi desvendado e resolvido em várias dessas instâncias e resta só o Judiciário. Só para fazer um histórico, obviamente a denúncia que foi feita contra mim e contra os outros colegas não é de eutanásia, como dizia lá o jornal. É uma denúncia de um crime muito grave, muito hediondo, um crime abjeto, que seria matar pessoas para retirar órgão para vender. Não tem nada de eutanásia. Eutanásia é um termo que significa morte caridosa por motivos nobres. Não tem nada disso, a denúncia ela já é... Já



joga areia no olho das outras pessoas ao usar o termo eutanásia. Não tem nada de eutanásia. É uma coisa muito séria. Essa denúncia, da maneira como foi apresentada, ela ensejou imediatamente — na ocasião, isso foi feito na condição de professor universitário, sou funcionário público federal, sou médico do antigo INAMPS, ocupava cargo, ocupo até hoje cargo em entidades de classe médica —ou seja, motivou a apuração imediata da universidade, na qual eu lecionava, que abriu um processo administrativo para saber se eu tinha cometido aquelas barbaridades que estavam lá; do Conselho Regional de Medicina do meu Estado, que também quis saber isso. Se aquilo fosse verdade, teria que ter cassado o meu registro e ainda ter encaminhado denúncia daquilo para o Ministério Público para que eu fosse processado. E motivou também a abertura de um inquérito policial, por parte do delegado, que abriu, segundo ele disse, por causa da notícia de jornal. Pelo que foi veiculado pela imprensa. Pois bem, na universidade o processo tramitou cerca de 6 a 7 meses, eu não me lembro, faz muitos anos isso. Mas a universidade ouviu o meu depoimento e de todos os outros médicos envolvidos, concluiu que não tinha ocorrido nenhum problema na realização nem das nefrectomias nem dos transplantes. O Conselho Universitário, órgão máximo da universidade, que é uma autarquia municipal lá da minha cidade, encerrou, arquivou o processo e votou uma menção honrosa, um voto de louvor para os médicos que compuseram a equipe. Isso no início do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, vocês receberam um voto de louvor no Conselho?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - No Conselho Universitário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Conselho Universitário de Taubaté?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pelos atos?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Pela realização do Programa de Transplante. Eles consideraram um ato meritório. Isso, após eles terem apurado, investigado a denúncia que tinha sido feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E vocês fizeram quantos transplantes em Taubaté?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Quantos transplantes? Eu acho que uns 10 ou 12. Eu não me lembro agora, faz muito tempo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Uns 10, 12?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, calculo que uns 12.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos sobreviveram?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Quantos pacientes estão vivos até hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu não sou o clínico, eu sou o cirurgião, eu não acompanho os pós-operatórios. Eu tenho contato hoje com uns 4. E eventualmente eu tenho contato pelo fato da cidade ser pequena e por alguns serem pacientes meu por outras razões. Uns inclusive no serviço público, no SUS, onde eu trabalho, e alguns deles ainda retiram medicamentos que são fornecidos pela farmácia do SUS lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor tirou órgãos de quantos cadáveres em Taubaté, com diagnóstico de morte encefálica? Não é cadáver não, pacientes com diagnóstico de morte encefálica.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Taubaté, uns 4 ou 5; em Pindamonhangaba 1 também. Deixa eu só... Se o senhor me permitir, eu só gostaria de terminar o seguinte. Então, nós fizemos 3 averiguações diferentes. A segunda, que é do Conselho Regional de Medicina, também se encerrou em cerca de 2 anos, um processo muito longo, muito complexo, no qual havia 11 médicos indiciados. E o processo não atrasou, não houve um ato, uma audiência ou uma reunião, nada que fosse retardado por nenhum dos 11 médicos. O objetivo sempre foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem denunciou os 11 médicos?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O Dr. Kalume. E o Conselho, após fazer perícia, após ouvir todo mundo, julgou todos os médicos. E, ao final do processo, houve duas etapas no Conselho Regional de São Paulo. Houve uma etapa em que o Conselho achou que deveria censurar 4 dos médicos por razões que não têm nada a ver com o transplante, nem com retirada de órgão. Emitiu uma nota pública dizendo claramente isso, que havia questões que, na época, estavam sob a análise do Federal que não tinham mais nada a ver com retirada de órgão



nem com transplante de órgão nem com tráfico de órgão. E, depois, nesse julgamento do Federal, nós fomos absolvidos, voltou para o Regional. O Regional arquivou aquilo e, mais do que isso, emitiu nova nota pública confirmando isso e, posteriormente, emitiu um desagravo público a mim e aos outros médicos pelo atingimento da nossa honra durante aqueles processos. A outra averiguação, que foi na delegacia de polícia, ficou mais de 10 anos parada na delegacia. Não sei como é possível isso, porque eu não conheço direito. Eu sei que os inquéritos têm que ser periodicamente, a cada 30 ou 60 ou 90 dias, remetidos para um juiz autorizar o prosseguimento deles ou não. Mas deve haver pilhas de autorização assim, porque ficou mais de 10 anos dentro da delegacia. Qual o interesse daquilo não ter conclusão e não ser levado adiante eu não sei. Até tive oportunidade de ler a declaração de um promotor de justiça que esteve aqui, dizendo que ele não tinha conhecimento daquilo, o que é, posso dizer, mentira, porque o Ministério Público opina toda vez que um inquérito é prorrogado. Depois de muito tempo, isso veio para o Judiciário, e surgiram aquelas denúncias de que teríamos cometido homicídio doloso. A denúncia, em tese, é: os pacientes... Lendo a peça inicial, diz que os pacientes estavam ótimos, passando pela porta do hospital, mais ou menos assim, nós pusemos para dentro, arrancamos os rins, e eles morreram por causa disso. Coisa que é inverossímil, é completamente fora de propósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos médicos faziam parte da equipe de transplante de Taubaté?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Entre clínicos e cirurgiões, eu acho que uns 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dez médicos?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Então, vamos destacar bem, eu sou o cirurgião da equipe, eu sou urologista e coordenava a equipe que fazia os procedimentos cirúrgicos. O Dr. Pedro Torrecillas era o nefrologista que fazia a parte clínica. São conhecimentos diferentes que se complementam para poder se realizar um transplante renal. Não dá para fazer isso sem a concorrência dos 2 conhecimentos em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E como se iniciou esse projeto de montar um programa de transplante em Taubaté? De quem foi a idéia?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - A idéia foi minha mesmo. Eu tive o prazer e tenho orgulho de dizer que fui aluno da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, me formei lá em 1973, e fui residente, fiz especialização em urologia, no primeiro a na metade do segundo ano, com o Prof. Geraldo de Campos Freire, que foi o pioneiro dos transplantes no Brasil, quem realizou o primeiro transplante renal. O primeiro transplante de órgão no Brasil foi realizado pelo Prof. Campos Freire, que, com muito orgulho, foi meu professor. Ele faleceu no final de 73, 74, não me lembro, 74, e foi uma grande perda para o Brasil. Mas ele deixou o ensinamento e os princípios técnicos da realização de transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem incentivou o senhor a iniciar esse programa lá em Taubaté?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - A minha própria vontade de progredir na profissão. Eu tinha aquele conhecimento, faltava juntar a equipe, os outros conhecimentos necessários, as outras pessoas. Eu, num primeiro momento, logo que cheguei lá, tentei montar esse programa num determinado hospital. Acho que até essa é uma das coisas que pode ter levado a essa denúncia risível ou maldosa, que, num primeiro momento, eu convidei vários médicos para se associarem, para juntar conhecimentos para isso. Entre os cirurgiões que eu convidei para participar, estava o Dr. Kalume, que apresentou a denúncia, num momento. Naquela época, o nefrologista que estava lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E qual foi a reação de Kalume ao ser convidado pelo senhor?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Aceitou, achou ótimo, achou extremamente interessante participar da equipe, ficou até envaidecido do convite. Só que o nefro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era a função de Kalume na equipe de transplante?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Era participar da equipe de retirada do órgão. Em doadores vivos, a retirada do órgão é feita por um acesso que passa próximo do tórax, tem que tirar uma costela, mexe com a pleura, com outros espaços. Como ele é um cirurgião torácico, eu achei que o conhecimento dele podia ser útil naquilo lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E toda equipe de transplante no Brasil tem um cirurgião torácico que faz parte dela?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece outras equipes de transplante hoje no Brasil?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Conheço, conheço várias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Conhece alguma que tenha um cirurgião torácico que faça parte da equipe de transplante?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Olha, eu conheço alguns cirurgiões torácicos que participam de equipe de transplante, não sei se... que participam de atos de transplante, isso, é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas são credenciados pelo Ministério da Saúde para fazer transplante?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Olha, o credenciamento pelo Ministério da Saúde tem menos de 5 anos. Nós estamos falando de um processo... Quando eu convidei o Dr. Kalume, não tinha nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, os atuais, hoje.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ah, os atuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Ministério credencia cirurgiões torácicos para fazer parte de equipes de transplantes?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Isso eu desconheço, mas é possível que credencie, desde que ele tenha treinamento, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor fez algum transplante fora de Taubaté, antes de Taubaté?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Participei de vários transplantes no Hospital das Clínicas, na Unidade de Transplante Renal do Hospital das Clínicas, na Urologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem fazia parte da equipe de transplante no Hospital das Clínicas?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Doutor Geraldo Campos Freire, Dr. Antonio Marmo Lucon, Dr. Sami Arap, Dr. Frederico Queiroz e Silva, Dr. Milton Borelli, Amilcar Giron, dezenas de cirurgiões.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Emil Sabbaga também participava?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Emil Sabbaga era o chefe clínico da Unidade de Transplantes, era o chefe da Nefrologia, da equipe clínica da Unidade de Transplante Renal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quando vocês iniciaram os transplantes em Taubaté, fizeram o primeiro transplante, a retirada de órgãos, em qual hospital?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Hospital Santa Isabel de Clínicas, atual Hospital Regional..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No mesmo hospital que vocês retiravam, vocês faziam o transplante, ou só retiravam num hospital e faziam transplante no outro?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, só retirava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, retiravam num hospital e faziam transplante no outro.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Na verdade, rim de cadáver só retiramos, só fizemos 1 transplante lá, que foi feito no Hospital Universitário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês retiraram quantos rins de cadáveres?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não me lembro se 5 ou 6, mas acho que foram 5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E para onde foram enviados esses órgãos que não foram usados em Taubaté para transplante?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Foram enviados para a equipe do Dr. Emil em São Paulo. Quem fazia a remessa dos órgão era a equipe da Nefrologia. Na prática, a equipe cirúrgica tira os órgãos e entrega ao nefrologista. O nefrologista perfunde, prepara os órgãos para transporte, para transplante. E depois, eu não tenho... Sei através de informação do Dr. Pedro que eles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O hospital onde vocês retiravam os órgãos sabia desse procedimento?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Claro, isso era formalizadíssimo. Inclusive, o hospital preparou a rotina e a documentação para doação de órgãos, o assessor jurídico dele fez o termo de doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem foi o assessor jurídico?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Dr. Guizard, se não me engano, Dr. Celso Guizard, se não me engano, é um senhor que agora já está idoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem era o diretor do hospital?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O diretor clínico era o Dr. Carter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Diretor responsável para o encaminhamento dos órgãos para São Paulo?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não existia. Na época não existia essa legislação atual, que cria essas...aquilo era feito de forma muito mais informal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o órgão saía do hospital sem documento nenhum de encaminhamento?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Saíam. Os primeiros órgãos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não havia nenhum controle?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Os primeiros órgãos foram de ônibus para São Paulo. Depois conseguimos que a Polícia Rodoviária Estadual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Naquela época não existia carro, não, em Taubaté e São Paulo?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Existia, sim. Mas era mais fácil colocar no ônibus, foi o primeiro órgão, foi uma coisa de improviso. Depois da primeira vez, conversamos com a Polícia Rodoviária Estadual, eles passaram a transportar, e lá há uma unidade da aviação do Exército que também se colocou à disposição para, se precisasse, transportá-los....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E levavam para onde em São Paulo os órgãos?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Levavam para a unidade próxima, para alguma unidade deles lá, onde a outra equipe apanhava os órgãos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, todos os órgãos eram entregues à equipe do Emil Sabbaga.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Acredito que sim. Não tenho essa informação porque não era minha parte no trabalho da equipe. Mas acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E esses órgãos eram transplantados no Hospital das Clínicas, onde Emil Sabbaga trabalhava?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O Emil Sabbaga trabalhava... eu não sei exatamente isso, porque não é de minha especialidade, mas sei que ele transplantava ou no Hospital das Clínicas ou no Oswaldo Cruz, que era onde trabalhava a equipe dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então esses órgãos poderiam estar saindo também de Taubaté para ir para o Hospital Oswaldo Cruz?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Perfeitamente...onde...o receptor.... Só tínhamos uma condição lá: o órgão que servisse para nosso grupo de pacientes seria implantado lá; se não servisse, não iríamos jogar fora, iríamos entregar para a equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quando esses órgãos iam para o Emil Sabbaga, que eram transplantados em paciente particular no Oswaldo Cruz, vocês recebiam alguma ajuda de custo no hospital? Vocês faziam tudo isso de graça?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O custo era todo do hospital?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês mandavam o órgão...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, veja bem, nós tomamos a seguinte cautela: o hospital universitário lá é mantido por uma fundação, a FUST, que é mantida pela Universidade de Taubaté. Então, todo o custeio dessas retiradas, dos exames e da retirada dos órgãos, a equipe do Dr. Sabbaga pagava à FUST, que transferia aos hospitais onde era feito isso. A FUST é uma entidade de direito público, fiscalizada pelo Ministério Público e presta contas ao Tribunal de



Contas do Estado. Tomamos essa cautela justamente para ter isso contabilizado e regularmente possível de identificar. Então, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então todo esse dinheiro procedente do envio de órgãos para São Paulo, vinha para a conta do hospital.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Para a conta da Fundação Universitária de Saúde de Taubaté.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe quanto se pagava, na época, em dólar pelo menos, uma moeda...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não sei, sei que era um valor baixo porque custeava basicamente os valores das retiradas de órgãos, que na época o INAMPS, não pagava isso. Hoje o SUS paga esses valores, reembolsa esses valores para os hospitais, naquela época era um empecilho muito grande para se conseguir que o hospital autorizasse manter cadáveres em UTI, levava para o centro cirúrgico, retirava, porque não havia custeio para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então o SUS não cobria o Hospital Universitário com os custos do transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não naquela época. Do transplante sim, ele não cobria os custos da retirada de órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Do transplante sim.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Do transplante cobria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o hospital era credenciado pelo SUS para fazer transplante?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Hoje eu não sei se é. Na época não existia credenciamento para isso, essa regulamentação, o estabelecimento de critério e credenciamento é posterior a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece a lei do transplante, na época o senhor conhecia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Conhecia sim, senhor. A segunda, cujo Relator foi o Deputado Geraldo Alckmin, atual Governador, eu conhecia muito bem, ele teve a gentileza de me mandar um calhamaço, com a legislação de vários países que ele usou para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na época vocês faziam transplantes e a equipe de Taubaté se baseava em qual lei?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A lei que existia na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual, você lembra o nome da lei?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não sou advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É de 68?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Realmente não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor acha que no caso de uma lei que se trata de retirada de órgão de transplante é só advogado que tem que saber?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, só conhecia os itens da lei que eram importantes conhecer, mas eu não decorei a lei, nem a data dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então eu vou ler um artigo 4º, da Lei nº 5.479, de 1968. *“A retirada e o transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver, somente poderão ser realizados por médico de capacidade técnica comprovada, em instituições públicas ou particulares, reconhecidamente idôneas, e autorizadas pelos órgãos públicos competentes”*. Já exigia naquela época autorização.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Então, exigia, qual era o órgão público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês tinham autorização de quem, para fazer transplante no hospital? Qual o órgão que deu autorização para vocês?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não existia órgão para autorizar isso naquela época. Essa lei nunca foi regulamentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então essa lei nunca serviu?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nunca foi regulamentada, ela foi substituída pela outra, sem que tivesse sido regulamentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então não teve eficácia nenhuma, foi inócua durante quase 20 anos.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não existia na estrutura do serviço público, não existia órgão para autorizar isso, uma vez que a lei não foi regulamentada. A lei existiu, foi votada, mas não foram tomadas as providências



necessárias, para que um órgão do Ministério da Saúde, acredito deveria ser na época, acredito, tivesse a incumbência e a estrutura para fazer essa regulamentação, isso nunca aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eram feitos os exames de arteriografia para constatar a morte encefálica do paciente, antes de vocês realizarem a retirada do órgão?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Bom, era feita a constatação da morte encefálica a cargo de uma outra equipe, na qual eu não participava, na verdade eu só era chamado para operar, depois que a equipe da UTI tinha constatado a morte, chamado o neuro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quais eram os nomes dos componentes dessa equipe, dos médicos que faziam o diagnóstico da morte encefálica? Quem eram os médicos que faziam isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Os neurologistas: Dr. Mariano, Dr. Costardi, Dr. Aurélio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aurélio é o Dr. Antonio Aurélio?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - É, o Dr. Mariano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Antônio Aurélio há quanto tempo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Daquela época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já conhecia, ele fazia parte da equipe, era um médico respeitado na cidade?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Ele era médico do corpo do hospital, eu não era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Era um bom médico?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não tinha notícia nenhuma a respeito de nada que o desabonasse, nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E hoje, o senhor ainda considera um bom médico?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Hoje eu não tenho nenhuma notícia que o desabone ainda. Eu perdi o contato com ele há mais de 10 anos, então não posso emitir juízo sobre ele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então eu vou citar para o senhor que o Dr. Antonio Aurélio, que foi denunciado juntamente com o senhor e mais dois médicos em Taubaté em 1988, que até hoje não foi julgado, sabia que ele foi preso há dois anos em Franco da Rocha?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não sabia não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sabia que ele foi preso como Diretor do Instituto Médico Legal, por retirada de órgão de 15 cadáveres e venda de 25 cadáveres para as faculdades particulares?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Também não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Além do Dr. Antonio Aurélio e do Mariano, quem mais fazia parte da equipe?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O senhor está falando de qual equipe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A equipe de transplante de que o senhor fazia parte.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Esses dois não faziam parte de equipe nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quais eram as funções deles?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Esses dois eram neurologistas do Hospital onde foram retirados os rins. Eles davam plantão no hospital como médicos neurologistas. Na equipe de transplante não tem neurologista, nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas vocês dependiam do diagnóstico dele para fazer retirada?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nós dependíamos da comprovação da morte encefálica ser feita por eles, para que a equipe de nefrologia avaliasse o caso, visse se era viável a retirada dos rins, se os rins não tinham lesão, se o paciente tinha condição clínica para isso, se não tinha nenhuma outra condição que impedisse a utilização dos órgãos, para depois a gente providenciar, depois de solicitar a doação, uma vez autorizada a doação, aí era chamada a equipe cirúrgica, aí que eu entrava na história. Eu só entrava depois que isso tudo tinha passado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Antonio, além de neurocirurgião, qual era a outra função dele? Quem dava atestado de óbito na cidade?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Era legista, ele o Dr. Mafetano, o Dr. Geraldo,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então ele era o responsável,...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Tinha um quadro de neuro, veja bem: aquela lei que o senhor citou aí, diz que devia ser informado ao IML, ao legista responsável, a retirada de órgãos. Nós dávamos a informação para isso. Toda vez que a equipe ia retirar órgão, informava para o legista do IML que estava retirando órgão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem era o legista?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Quem estava de plantão no IML, informado para o médico que estava de plantão lá, porque quando ele faz uma necropsia, se não tem o órgão lá, ele tinha o relatório da retirada daqueles órgãos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E doutor Antônio Aurélio foi legista em algum desses casos, ele que deu o laudo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu desconheço. Eu não participava disso aí. Eu não tinha contato com isso, esse era um outro órgão, o IML ele não tinha nada a ver com o hospital, nem com a equipe, nem com a universidade, nem com a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o Dr. Aurélio ele participava do diagnóstico de morte encefálica, a partir do diagnóstico vocês realizavam a retirada dos órgãos, depois que vocês retiravam os órgãos, vocês mandavam os corpos para os legistas?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que era novamente ele.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, os órgãos que eram retirados, os cadáveres, dependendo do critério da *causa mortis*, o SVO, Serviço de Verificação de Órgãos, na época, verificava se havia necessidade de emitir, de fazer a necropsia ou não, exame necroscópico ou não, senão eles emitiam o atestado ou então mandavam para a necropsia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Roosevelt Kalume há quanto tempo?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Um pouco antes da época aí. Conheço o Dr. Kalume, provavelmente desde 1976, 77, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Desde 76? O senhor conhece alguma coisa que o desabone como profissional médico?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Há conheço, o que ele fez com os prontuários da denúncia que ele apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o que ele fez com os prontuários?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Retirou umas peças dali de dentro que não poderiam ter sido... e que permitiram uma interpretação equivocada dos prontuários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se ele não tivesse retirado essas peças do prontuário como diretor, para que esse documento ficasse guardado em posse, para que ele pudesse comprovar depois as irregularidades que ele estava constatando no hospital, o senhor acha que esse caso teria tido reconhecimento e a Polícia, assim como o Ministério Público usariam quais provas para comprovar essas denúncias?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Se ele tivesse tirado para guardar, para resguardar, teria aparecido depois, não apareceram depois. Então,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - As peças que tirou não apareceram depois?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Nunca apareceram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O seu colega que depôs anteriormente disse que as peças que ele tirou, foram mandadas para o CRM, para fazer parte de um processo.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Veja bem, o senhor... Ele retirou parte, ele mandou os prontuários faltando algumas folhas e alguns exames dos prontuários. Ele mandou os prontuários para lá. O que eu estou dizendo, ele ter os prontuários em mão e mandar para o CRM, não o desabona de jeito nenhum, no meu entendimento, o que desabona é ele mandar o prontuário faltando algumas coisas, dar sumiço nessas coisas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ele respondeu processo na Polícia, por ter sumido com esses documentos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, na Polícia, eu espero que ele vá responder ao final desse processo que está se arrastando há 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês já o denunciaram na Polícia por sumiço de documento?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Já denunciamos sim, apresentamos isso nos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E qual foi a posição do delegado?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Até agora tudo que está se passando na Justiça, está aguardando o final do julgamento desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O delegado que apurou o inquérito indiciou o senhor e mais três médicos por crime doloso, por retirada de órgão de pacientes que ainda estavam vivos? Ele remeteu esse processo para a Justiça, o Ministério Público, o Ministério Público ofereceu a denúncia, o promotor fez uma devassa novamente. O senhor acha que todo mundo errou nesse processo? O delegado, o promotor, o médico que denunciou, o delegado que investigou, o promotor que ofereceu denúncia e o juiz da cidade que julgou?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, eu acho que o médico causou um engano de interpretação nos prontuários, que foi absorvido pelo delegado e passado para o promotor. Agora deixa eu só explicar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esses documentos não foram periciados?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Quais documentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esses documentos que o Kalume apresentou para o CRM.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Esses prontuários, vamos deixar bem claro. Os prontuários médicos com registro dos atendimentos dos pacientes do que aconteceu com eles, dos exames que foram feitos, dos remédios que foram dados, todos ficam arquivados no hospital. Esses prontuários foram retirados de lá pelo Dr. Kalume e remetidos para o CRM com a denúncia de que havia sido retirado o rim de pessoas cuja morte cerebral, encefálica, não estava



adequadamente constatada. Por que não estava adequadamente? Porque não tinha um eletroencefalograma, ou porque não tinha exames tais, ou porque não tinha um laudo tal. Então, também consta de todo aquele processo, que esses documentos que o doutor retirou do arquivo do hospital, testemunhas que depuseram no processo foram ao balcão do hospital e perguntaram onde estava o documento. Não estava lá. Foi confirmado por funcionários do hospital que não estava lá. Algum tempo depois, esses documentos foram apreendidos judicialmente dentro do hospital. Só que por uma providência divina, Deus não dorme, e me protege muito graças a Deus, essa busca e apreensão já foi feita a uma hora da manhã, por um oficial de justiça, acompanhado do Dr. Kalume. A uma hora da manhã no hospital! A providência de Deus se manifestou no seguinte: o vice-provedor do hospital, um dos diretores do hospital, teve um filho, teve um acidente, estava com o braço quebrado no pronto-socorro naquele horário, uma hora manhã. Ele estranhou o oficial de justiça vir aqui buscar prontuário de madrugada, era só vir aqui durante o expediente e fez questão de acompanhar a busca, fez questão de verificar que o oficial de justiça foi buscar o prontuário num arquivo, numa área alugada do hospital para uma empresa, não era do hospital, uma área que não estava sob a administração do hospital, estava fora do arquivo, aí ele fez questão de fazer constar no laudo de apreensão, e está no laudo, os senhores podem examinar no processo, o laudo de apreensão, dizendo que foi apreendido no cofre de uma empresa de terceiros do hospital. A empresa gerida por uma amiga íntima do Dr. Kalume, a Dra. Jusélia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor tem noção porque este documento estava no cofre?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Eu não tenho noção porque, só sei dizer o seguinte. O Dr. Kalume quando mandou os documentos para o Conselho Regional de Medicina, e fez cópia xerográfica desses documentos e mandou os prontuários para o Conselho Regional de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então foi enviado a xerox dos documentos original?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Exatamente, foi a xerox dos documentos que ele mandou para o Conselho Regional de Medicina. Quando os originais foram apreendidos no prontuário, eles estavam com as folhas numeradas, rubricadas e carimbadas com o carimbo do hospital. Essa falha dele, o



esquecimento dele, manuseou os documentos, tirou as folhinhas dele, tirou cópias xerox e mandou para o Conselho Regional de Medicina. Quando ele soube que testemunhas tinham estado lá para perguntar com quem estava o documento, ele montou a apreensão judicial dos processos, para dar veracidade, credibilidade para o prontuário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quais desses documentos o senhor considera que é verdadeiro? O que foi enviado para o Conselho ou o que ficou no hospital e foi apreendido?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Os são dois são iguais. O que ele se esqueceu... O que caracteriza a fraude é que depois que ele soube que estavam sendo buscados esses documentos, ele providenciou uma busca judicial, a pedido dele, e os documentos que foram apreendidos estão rubricados e numerados, então para tentar dar autenticidade para eles. E ele se esqueceu que a xerox que ele tinha feito anteriormente para mandar para o Conselho, ele não tinha rubricado e numerado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o teor dos documentos foram alterados?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Veja bem, o teor é igual. No CRM existe o mesmo prontuário, mandado por ele, com as folhas sem numeração e sem rubrica. Lá no hospital, a pedido dele foi apreendido o mesmo prontuário, de onde saiu aquela cópia que está no CRM, só que lá ele está numerado e com folhas. Essa adulteração, vamos dizer assim, essa alteração, de incluir a numeração e a rubrica nas folhas, foi feita depois da feitura da cópia que foi para o Conselho. Qual o objetivo disso, se não foi o de dar credibilidade para uma coisa que não tinha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu vou perguntar novamente. Qual desses dois documentos o senhor considera que eram verdadeiros, qual desses dois documentos?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Os dois documentos contêm folhas de atendimento de todos os pacientes. Só que nenhum deles contém a totalidade das folhas. Nenhum dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O delegado se baseou em qual desses documentos para fazer o inquérito?



O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Acho que foi no que foi apreendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No hospital? O senhor considera que é o original.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Todas as folhas que estão lá são originais, só que não estão todas as folhas que deveriam estar lá. Só para focalizar numa coisa. Existe um exame, um eletroencefalograma, feito em um paciente desses, que não está naquele prontuário, nem no que foi para o Conselho, nem no outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o senhor acha que é o exame que faz um diagnóstico mais perfeito da morte encefálica?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Olha, eu prefiro não opinar, eu posso até, vou ficar meia hora falando aqui, mas não existe um exame mais perfeito. A morte encefálica é comprovada pela parada de função das células cerebrais por um tempo superior a 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quais são os exames, hoje na medicina que comprovam com mais eficácia o eletroencefalograma?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O eletroencefalograma, a arteriografia, a cintilografia cerebral, tem uma série de exames que podem comprovar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas qual é reconhecido por lei, que é exigido? É o eletro ou a arteriografia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - A lei atual, aliás, o critério atual que o Conselho Federal de Medicina adota, é qualquer exame que comprove a falta de circulação cerebral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o mais usado é a arteriografia?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O mais usado é a arteriografia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe reconhecer numa arteriografia quando ela constata a morte ou não?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, a arteriografia não constata a morte. A arteriografia documenta a falta de circulação cerebral. O que constata a morte é a falta de função do cérebro e a morte das células.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O laudo era dado por escrito pelo Dr. Aurélio e o outro, ou era verbal? O diagnóstico de morte. Vocês se baseavam para fazer a retirada?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Por escrito, na folha de evolução da UTI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No inquérito consta que foram encontradas 4 chapas de arteriografias desses pacientes, que comprovavam que havia circulação. Então elas não estavam mortas.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, não é isso que está no inquérito não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor disse que os documentos foram periciados. O Conselho Regional de Medicina...

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Várias perícias foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Conselho Regional de Medicina não pediu nenhum perito deles para fazer uma perícia nessas arteriografias?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - O Conselho Regional de Medicina "peritou" todos os prontuários, ouviu todas as pessoas envolvidas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - quem foram os médicos convidados para ser peritos desses resultados?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Do Conselho Regional de Medicina não me lembro. Faz muito tempo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sabe quem foi o médico que periciou?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que os médicos que periciaram tinham autoridade no assunto para fazer uma perícia realmente com eficácia, com bastante precisão?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Com certeza, o Conselho Regional de Medicina não ia pedir a perícia de pessoas incompetentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor tem convicção de que o Conselho não ia pedir a perícia de pessoas incompetentes?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Não, lógico que não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Luís Alcides Manreza?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Conheço, foi meu contemporâneo de faculdade, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a avaliação do senhor sobre a capacidade profissional dele?

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRECILLAS - Excelente. Ele é professor, livre docente de neurocirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Não precisa de nenhum outro predicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então vou ler para o senhor, o que diz o Dr. Alcides Manreza, em depoimento prestado nesta CPI. Ele foi perguntado sobre o caso de Taubaté nesta CPI. Ele disse: *“Eu conheço o caso de Taubaté”*. E diz: *“Nessa época foram encaminhadas para ele 6 pacientes. A denúncia foi feita por um médico: Kalume”*. Então, a notícia acabou tendo até um pouco mais de consistência, porque foi feita por um médico, não foi feita pelo um pai e por uma mãe que haviam perdido o filho e estavam desesperados, emocionalmente abalados. *“Eram várias as queixas e tinham sido feitas até na maternidade, onde havia um índice de infecção menor. Falaram até de tráfico de órgão na época”* — isso era o Manreza falando — *“e fizeram a acusação de que os doentes não preenchiam os conceitos de mortes encefálica”*. Eu fiz parte da câmara técnica, ou melhor, da perícia. Eu e outros 2 neurocirurgiões analisamos os 6 casos. Isso está escrito. O Conselho Federal de Medicina tem o relatório nosso. Infelizmente, desses 6 casos, 4 não preenchiam os conceitos de morte encefálica, não havia comprovação da morte.” Foi a palavra do Dr. Manreza aqui, o médico que o senhor disse que respeita, conhece a sua capacidade. E foram nesses 4 casos, que o Manreza periciou, que vocês estão sendo acusados de acelerar a morte para retirada de órgãos.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Perfeitamente. O Conselho Federal de Medicina pediu a perícia dos prontuários. Depois disso, ele ouviu todos os médicos que viram, examinaram e trataram pessoalmente desses pacientes e também ouviu a mim e aos outros que atenderam, que fizeram a retirada dos órgãos. E ele concluiu, de forma terminal e cabal, que todos os pacientes tiveram a morte encefálica constatada antes da retirada dos órgãos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o Manreza está errado?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não. O Manreza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele está dizendo que não.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O Manreza recebeu os prontuários nos quais faltavam as folhas todas que eu estou te falando. Faltou, inclusive, o eletroencefalograma. Obviamente, ele, examinando o que foi entregue para ele, falou: "Não tem aqui um exame que me comprove que está em morte encefálica." Ele examinou o prontuário. Ele não conversou com o intensivista que tratou do paciente, não conversou com o outro plantonista da UTI, não conversou com o neurocirurgião, não conversou com ninguém. Ele só recebeu o mesmo prontuário, que foi mandado por perito judicial. Com a falta das peças no prontuário, nenhum perito vai poder afirmar que a pessoa está morta. O que, aliás, não quer dizer, de jeito nenhum, que ela está viva também. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês já fizeram esse argumento no processo, na Justiça, para se defender?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Claro! Claro! Na Justiça, usamos esse argumento para todos. No Conselho Regional de Medicina, a conclusão cabal, depois da perícia do Dr. Manreza, mais outros dois que ele falou, que eu não me lembro quem foram, acho que o Dr. Matos Pimenta é um deles, depois da perícia deles e de ouvir todos os médicos que viram, examinaram e trataram dos pacientes, o Conselho, que é o Tribunal, o órgão competente para dizer se estava ou não em morte encefálica, declarou publicamente que todos estavam em morte encefálica. Eu tenho a nota aqui. Espera aí. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de o senhor falar sobre a nota...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Acho que foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já foi entregue. Antes de o senhor falar sobre a nota...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu poderia ter acesso à nota, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. Por favor. Antes de o senhor falar sobre a nota, o Dr. Manreza prestou depoimento à CPI há 2 meses, ou



seja, ele já deve ter tido conhecimento desses argumentos utilizados por vocês para apresentar a defesa. Mas o senhor não acha estranho um médico que faz parte da Câmara Técnica do Conceito de Morte Encefálica, que ajudou a pautar as normas do conceito de morte encefálica para a nova lei de transplante, que veio à CPI, há 2 meses... Se esse argumento de vocês tivesse consistência, você acha que ele teria dado esse depoimento agora, 18 anos depois?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Agora eu entendi. Quando o senhor leu o depoimento dele, eu não tinha entendido o “infelizmente” que ele disse. Agora eu entendi porque ele falou que infelizmente não estava constatado no documento. Se tivesse algum exame cabal, ele poderia só, pelo prontuário, fazer a afirmativa de que estava em morte encefálica. Ele disse que infelizmente ele não pôde fazer, porque faltava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, não falou isso, não. Ele falou o seguinte: “Infelizmente, desses 6 casos, 4 não preenchiem os conceitos de morte encefálica.”

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Isso. Quatro dos prontuários que ele examinou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não havia comprovação de que os pacientes estavam mortos.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Então, 4 dos prontuários que ele examinou não continham elementos suficientes para ele afirmar que estavam em morte encefálica. O que não quer dizer que não estavam em morte encefálica, que estavam vivos também, porque, aliás, a conclusão final do Conselho foi que estavam em morte encefálica. Está certo? Não me passaram a nota. Mas aqui, olha: o Conselho Regional de Medicina de São Paulo e o Conselho Federal de Medicina, por maior acusação de corporativismo que eles estejam, eles não iriam emitir um desagravo público para médicos que eles considerassem homicidas, assassinos. Então, se pegar numa peça do prontuário, numa perícia do prontuário significa ignorar o trabalho e a conclusão de um Conselho que tem cento e tantos conselheiros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essa nota é de que época? Essa nota é de que época?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Esta aqui é do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De quando?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Desagravo público. Datada de 8 de novembro de 99.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De 99.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - *“O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, reunido em sessão plenária, realizada em 26 de outubro de 99, aprovou, nos termos do art. 26 do Código de Ética Médica, ato de desagravo público a favor dos médicos Rui Noronha Sacramento, Pedro Henrique Masjuan Torrecillas e Mariano Fiore Júnior, que, no exercício da profissão, foram injustamente atingidos pela imprensa falada e escrita através de matérias relacionadas com eutanásia e comercialização de órgãos para transplantes na cidade de Taubaté. O processo ético e profissional, instaurado para apuração dos fatos, conclui em grau de recurso ao egrégio Conselho Federal de Medicina pela inexistência de qualquer evidência de que tenha havido por parte desses médicos a prática da eutanásia ou de comercialização de órgãos para transplantes, sendo a retirada de órgãos sempre efetuada após a constatação da morte encefálica. O aludido processo ético e profissional, instaurado consoante a Lei tal, regulamentada pelo Decreto tal, encontra-se encerrado face à decisão definitiva que já transitou em julgado. Dr. Pedro Paulo Roque Monteiro, (ininteligível)”. Essa é a posição do Conselho Regional de Medicina, incluindo, para chegar a essa conclusão, a análise da perícia feita pelo Dr. Manreza. É uma peça desse processo.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conheceu o Dr. Heitor Aragona Buzzoni?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Dr. Buzzoni. Conheço. Ele é urologista. Foi do Conselho de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele já foi Presidente do Conselho?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Foi. Foi Presidente do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Perguntado sobre essa nota, por um repórter, ele diz o seguinte: “O Presidente do CREMESP, Dr. Heitor Aragona Buzzoni, afirmou que o documento foi emitido em função de pressões que



a entidade sofreu de *lobbies* poderosos que são a favor da política de transplante no País." Perguntado a respeito a quem interessava esse *lobby*, a respeito de quem encabeçaria o *lobby* de transplante, Buzzoni disse que era coisa do Emil Sabbaga, nefrologista, Chefe do Serviço de Transplante do Hospital das Clínicas e do Hospital Oswaldo Cruz, uma pessoa muito poderosa e com muitas influências, segundo ele. O melhor seria que o repórter nem publicasse essa nota. O que o senhor me diz?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Olha, eu só vou dizer para o senhor o seguinte: depois de quase 20 anos enfrentando mentiras, calúnias e difamação através da imprensa, de todos os lados, eu só posso dizer o seguinte: duvido que ele tenha dito isso. E nem tudo que sai na imprensa é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele contestou essa nota na imprensa na época?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu não sei. Nem sabia da nota. Mas eu duvido seriamente que ele tenha dito isso. Se disse, deve ele responder pelo que falou, não eu. Mas, seriamente, tendo a experiência, que eu tenho, de ser difamado publicamente, de a imprensa veicular coisas distorcidas ou parciais, eu prefiro que o senhor cobre isso dele, porque eu não tenho como responder isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Logo após esse caso de Taubaté, que os órgãos que eram retirados de Taubaté eram enviados para São Paulo para serem utilizados em transplantes tanto no Hospital das Clínicas como no Hospital Oswaldo Cruz, em São Paulo, para o chefe da equipe, que era o Dr. Sabbaga, na época, inclusive, surgiram rumores de que o Hospital de Taubaté foi estrategicamente escolhido, porque ficava na beira da Dutra, havia muitos acidentes, muitos desastres, isso facilitava o trabalho, porque chegavam muitos pacientes com traumas, vítimas de acidentes e, com certeza, se tornava ali um hospital no qual a possibilidade de transplante era muito maior. Nós temos aqui uma matéria da *Folha de S. Paulo*, do dia 29/11/91, acho que alguns anos depois que foi fechado o Hospital de Taubaté, com certeza, faltou órgãos em São Paulo...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O Hospital de Taubaté não foi fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O serviço de transplante foi parado.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ah!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está aqui uma matéria da *Folha*: “Polícia investiga tráfico de órgãos humanos entre Brasil e Uruguai”. Aqui na matéria diz que pacientes do Uruguai e do Paraguai eram trazidos desses 2 países para São Paulo. E aqui a polícia diz que a Polícia Federal investiga a participação do Hospital Oswaldo Cruz no transplante de órgãos de uruguaios. O pedido foi feito pela polícia de Montevideú, capital do Uruguai, através da INTERPOL, que investiga a venda de rins por uruguaios e brasileiros. O caso foi encaminhado à Polícia Federal pelo Diretor da INTERPOL no Brasil, Romeu Tuma Júnior. O Delegado José Orzomazo foi encarregado do caso no final da tarde de ontem. Na época, o Hospital Oswaldo Cruz também recebeu uma denúncia de que os mesmos procedimentos que hoje eram feitos entre Brasil e África do Sul, onde brasileiros eram levados à África do Sul para a retirada de órgão para transplante... já existia um esquema semelhante feito entre uruguaios e paraguaios aqui em São Paulo. E cita novamente aqui o Dr. Emil Sabbaga, o Hospital Oswaldo Cruz e alguns outros hospitais paulistas. O que que o senhor ouviu falar sobre o assunto? O senhor teve acesso a essa nota, na época?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Deputado, deixa eu fazer um parêntese aqui. Em primeiro lugar, eu não tenho, absolutamente, intenção nenhuma de defender qualquer atitude criminosa, ilegal ou mesmo imoral feita por ninguém, por um lado. Parabênizo a sua iniciativa de fazer uma CPI para apurar irregularidade e tráfico de órgão. Acho que isso aí é pior que explorar o lenocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acredita que tem tráfico de órgão no Brasil?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - A atitude de traficar órgãos, de vender pedaço de gente, é coisa pior que explorar o lenocínio, é odiosa, e deve ser combatida. Só que, no entanto, eu estou aqui... O senhor está me perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor, como médico, acredita que existe realmente no Brasil...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - ... sobre atitudes de pessoas que eu não sei, não posso responder por elas. Eu não tenho como responder. Eu posso dizer para o senhor o seguinte: tudo que eu fiz e que as pessoas, os médicos que trabalharam comigo nos transplantes de órgãos também não tem nada ligado com tráfico de órgão, nem com eutanásia, nem com acelerar morte de ninguém. Isso eu



posso garantir para o senhor. Dou parabéns e faço votos de que o senhor seja muito bem-sucedido em coibir tudo o que se faz de irregular e de mal nos transplantes e na evolução da Medicina. Isso é um cancro. O tráfico de órgão, a deturpação do sentido ético e moral da Medicina é um cancro e tem que ser combatido pela sociedade. Acho que o Parlamento tem uma iniciativa muito boa nisso daí. Mas não confunda com o seguinte, Deputado. Eu não estou defendendo aqui, nem quero, de jeito nenhum, nem acho que eu tenha que ficar na posição de defensor de quem faz coisa errada. Eu só estou dizendo o seguinte: tudo o que a nossa equipe fez foi ético, correto, moral — está certo? — e legal. Nós fizemos tudo corretamente. Vou fazer só um parêntese para o senhor entender como Deputado, não como médico. Dizer que a pessoa que vai retirar o órgão, o médico que vai retirar o órgão acelera a morte de alguém é um pouco de contra-senso. Veja bem, esses pacientes todos, eles estavam numa UTI, com traumatismo craniano gravíssimo, que já tinha levado à morte encefálica. A respiração deles estava sendo mantida artificialmente, por equipamentos. A circulação estava sendo mantida artificialmente pelo uso de drogas, o coração batendo. Isso pode ser mantido por um tempo muito longo, tá? Então, se eu quisesse matar essas pessoas, eu teria que correr muito, e muito rápido, porque senão elas morriam antes de eu matá-las, entendeu? Então a denúncia dele de que havia uma antecipação da causa dá a impressão de que, se nós não tirássemos os órgãos num determinado momento, íamos perder aquilo. Não é. Esse paciente já estava sob controle. O cadáver... Depois que morre... O cérebro já estava morto, o cadáver já estava controlado, as condições de circulação e de respiração dele já estavam controladas artificialmente. Se fosse necessário tirar hoje... Se não der para tirar hoje, tira amanhã, tira depois de amanhã. Se o exame não está adequado para hoje, faz outro amanhã. Não teria problema nenhum, não iria perder nada, não iria ocorrer nada, está certo? A morte já ocorreu. Depois que morreu, não tem que correr mais, está certo? Então a denúncia, ela tem um contra-senso em si. A denúncia diz que nós tínhamos que apressar a morte para aproveitar os órgãos. Não há nem a necessidade prática disso, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem levava os órgãos para São Paulo?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Olha, eu me lembro que a primeira vez foi uma empresa de ônibus que levou. A segunda vez foi... Nas outras vezes foi



a Polícia Rodoviária Estadual. E teve, acho que... Nós não chegamos a usar a Aeronáutica. Ela se ofereceu para isso também, mas acho que foi só a Polícia Rodoviária que levou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E por que que a Polícia levava?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Por que que ela levava?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Porque, por coincidência, eu era amigo de um capitão, que era comandante lá. Eu falei com ele e ele falou: "*Olha, conversa com o pessoal da Rodoviária, que eles vão ter interesse em fazer.*" E eles tiveram mesmo. Eles ficaram satisfeitos de prestar o serviço de pegar um órgão e levar para outra cidade. Ficaram orgulhosos. Eles acharam que foi uma coisa que acrescentou mérito ao trabalho deles. O Comandante da Polícia Rodoviária ficou satisfeito, me agradeceu por ter procurado por isso. E eu acho que realmente foi um entrosamento de trabalho que beneficiou a vida de muitas pessoas, está certo? Para o senhor ter uma idéia, a equipe de transplante cardíaco do Hospital das Clínicas, lá em São Paulo, quando soube o que a gente estava fazendo lá... O Dr. Fiorelli, que era o responsável pela captação de órgãos, me ligou e falou: "*Olha, se você tiver cadáver, me avise, porque, conforme...*" Para transplante cardíaco, os limites são peso e tipo sanguíneo. "*Se tiver receptor com tipo sanguíneo compatível e peso compatível com o cadáver, eu mando uma equipe para aí. Você tira os rins, depois eu tiro o coração e trago até os órgãos para você para cá.*" A equipe de transplante cardíaco do Hospital das Clínicas. Na nossa cidade tinha uma pessoa que tinha feito um transplante cardíaco há alguns meses e que estava rejeitando o transplante cardíaco e sabia que ia precisar de um outro transplante. A esposa dessa pessoa me procurou e falou: "*Dr. Rui, pelo amor de Deus, liga para o Dr. Fiorelli.*" Porque ela ficava todo o dia atrás. O sujeito estava com coração transplantado rejeitando, o que é uma contagem regressiva para parar o coração. Ele tinha que conseguir um outro coração antes que o coração dele parasse. Quando nós começamos a retirar órgão, a esposa dele veio desesperada, e eu falei: "*Pode ficar tranqüila, eu já sei o tipo sanguíneo dele, sei o peso dele; se tiver algum cadáver, eu vou avisar o Fiorelli. Ele já me falou que vem. O Dr. Fiorelli disse que vem buscar.*" Pouco depois, apareceu a denúncia, o programa parou, e essa pessoa eu vi morrer por causa da falta do



coração. Não tinha mais doação, não houve mais retirada, e ele acabou morrendo porque não conseguiu outro coração. Morreu. Então, vejam bem, vamos procurar entender o que é possível saber sem os detalhes técnicos. Quando um cadáver está na UTI com morte encefálica, você pode amputar, tirar a cabeça, degolar a cabeça dele e manter lá o coração e o pulmão funcionando pelo tempo que for necessário para você constatar, documentar, escrever, regular a morte encefálica para depois retirar o órgão. A segunda coisa é que médico pode falhar em um monte de coisa, mas ninguém é suficientemente idiota, burro, para pegar um prontuário e escrever no prontuário ou deixar um prontuário comprovando que está fazendo um homicídio. E o Dr. Kalume fez exatamente isso. Ele pegou o prontuário que foi escrito pelos médicos, de pacientes que ele nunca viu, nunca teve contato, e pelo prontuário ele disse: *“Olha aqui, eu examinei o prontuário, esse pessoal matou essas pessoas, deixou aqui comprovado no prontuário, prontinho, para que eu pegue e leve para o Conselho para denunciá-los.”* Se, evidentemente, isso fosse uma denúncia correta, nós já estaríamos presos, esturricados, o Conselho teria cassado etc. É óbvio que isso é uma exploração de uma denúncia maliciosa e que não tem senso nem para o senso comum, para médico, então, é um contra-senso maior ainda. Então, voltando ao fato, o Dr. Manreza eu respeito muitíssimo. Eu tenho um irmão que tem um problema cerebral grave, e ele tratou do meu irmão com carinho muito grande, inclusive por ser meu irmão. O laudo técnico dele... Ele não quis nem me beneficiar nada. Ele falou que o prontuário, os exames, que tem aqui, não permitem dizer que estava em morte encefálica. Ponto final, ponto final. Isso não quer dizer que não estava. O Conselho, ao final da instrução do processo todo, publicou e disse, publicamente, que estavam todos em morte encefálica, publicou um desagravo que ele não vai fazer para quem ele acha que é homicida, está certo? Por que que o processo ficou onze anos na gaveta do delegado eu não sei, não vou responder. O fato do delegado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabia...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Só um pouquinho, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para completar. Vou explicar, então, para o senhor entender por que ficou onze anos com aquele delegado, talvez. O senhor sabia que, neste caso, só foi investigado e só existe um processo por crime doloso, que demora vinte anos para prescrever?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Desculpe, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O crime doloso pelo qual vocês respondem processo, crime doloso, demora vinte anos para prescrever. Sabia que o comércio de órgãos, que não foi investigado pelo delegado, não foi investigado pela Polícia, prescrevia com dez anos?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, eu não sabia disso. Torno a reiterar. Eu acho que a atuação do Deputado na busca de identificar erros, crimes ou imoralidades no tráfico de órgãos é meritório. Eu acho que o senhor tem mais é que... Se eu tivesse qualquer dúvida com relação a isso eu estaria envergonhado de estar aqui. E não estou não, pelo contrário, eu tenho orgulho do que eu fiz, tenho a maior satisfação de dizer isso. Tenho três filhos que passaram a juventude, a adolescência deles tendo que defender o pai perante os colegas: "*Meu pai não é bandido, meu pai não é assassino.*" E, olha, hoje moro numa cidade de duzentos e cinquenta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje o senhor acredita que tem tráfico de órgãos no Brasil?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu acredito que é possível, sim. Infelizmente, a natureza humana não é tão boa quanto deveria ser não. Acredito que é possível, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, só para montar a peça do quebra-cabeça, nós temos um médico que era diretor do hospital, que pediu ajuda ao CRM da forma como proceder em relação às irregularidades encontradas. Porque, primeiro, o Dr. Kalume nunca fez denúncia.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Fez, fez sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele pediu uma ajuda ao CRM, para que o CRM pudesse auxiliá-lo na forma de tratar o assunto. Como ele era diretor da faculdade, ele poderia, posteriormente, responder até pelos problemas que fossem no futuro encontrados. Ele então pediu ajuda ao CRM. Ele mandou os documentos, no caso o prontuário, para o CRM, para o CRM analisar. Foi o CRM que publicou, dizendo que ia abrir o processo contra quatro médicos. E aí o delegado, a partir das denúncias que foram pulverizadas, abriu inquérito. Correto? O delegado demorou dez anos para concluir o inquérito, logo não foi um inquérito feito às pressas. Se fosse feito às pressas, teria feito rápido, para jogar na cadeia. Ele



demorou dez anos, onze anos para fazer o inquérito. Perdeu a possibilidade de investigar o comércio de órgãos para ver com quem chegavam os órgãos e qual era o destino dos órgãos. Posteriormente, o Ministério Público ofereceu a denúncia, a partir do indiciamento do delegado. A Justiça de Taubaté julgou o caso e determinou júri popular.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, a Justiça de Taubaté não julgou o caso, Deputado. A Justiça de Taubaté...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O juiz procedeu à análise do processo...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O juiz, ele emitiu uma sentença de pronúncia, mandando o caso para o júri. Eu vou só, a propósito, ler um trechinho da manifestação do juiz. Então, veja bem. A última manifestação do Judiciário em Taubaté a respeito do caso foi do juiz, a sentença de pronúncia. Dessa nós recorreremos ao Tribunal de Justiça, e esse recurso está tramitando no Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E qual foi a pronúncia dele?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Vou ler um trecho aqui da sentença de pronúncia do juiz, porque a denúncia em Taubaté foi de que nós retiramos os rins de pessoas que estavam vivas e elas morreram por causa da retirada de rim. O promotor, na denúncia, ele não cita aqui que o sujeito tinha sido atacado com um cano e que o cérebro dele estava escorrendo pela mesa. Ele não cita isso. Ele não cita nem que as pessoas que atacaram a vítima que teve o cérebro arreventado já tinham sido... já foram presas, já foram julgadas, já foram condenadas pelo homicídio dele, daquela pessoa. Mas ele me acusa como tendo matado quem já estava morto. Está certo? E as pessoas estão presas, estão cumprindo pena lá. Isso o juiz não cita, o promotor não cita. Num outro caso, que foi um atropelamento, foi julgado o motorista que estava dirigindo o carro, julgado por homicídio culposo, e foi absolvido porque a vítima teria agido imprudentemente, dando causa à morte. Mas a sentença de pronúncia do juiz, que já transitou em julgado, atribui a morte àquele atropelamento. Então eu estou sendo julgado num caso de uma pessoa que levou um cano na cabeça e foi morta num latrocínio. Já tem gente presa por isso. Se eu for condenado, então os outros que estão há 15 anos na cadeia, o quê, coitados,



estão fazendo lá? Está certo? Num outro caso, do rapaz que foi atropelado na bicicleta, o motorista foi condenado também. Então eu estou sendo julgado por... Ele que matou. Um juiz disse que ele matou, e o promotor disse que eu matei. Está certo? Esses inquéritos, que foram feitos com tanto cuidado durante dez anos, não foram ver isso. Quer dizer, o delegado investigou um homicídio, enquanto... O promotor acompanhou a investigação, enquanto outro promotor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor acha que o delegado falhou?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Lógico que falhou. Eu não acho não, tenho certeza. Se eu faço uma investigação de uma morte e, ao mesmo tempo, outra pessoa está sendo julgada, condenada e punida por aquela morte, eu estou dormindo — está certo? — eu sou o marido traído, não é? Quando é que eu vou saber disso? Tudo bem. Então, o juiz, na sentença de pronúncia, diz o seguinte: “*A relação de causalidade entre a extração dos órgãos e a morte dos pacientes também é controvertida. É certo*” — grifo dele — “*que a extração dos rins de pessoa viva não provoca morte imediata. Todavia, as cautelas médicas adotadas numa cirurgia dessa natureza são diferentes, em se tratando de pacientes ainda vivos, pois isto irá inspirar maiores cuidados em relação a alguém que se encontra em estado de morte encefálica, que, por sua natureza, é irreversível.*” Então o próprio juiz, na sentença de pronúncia, já disse que estava em morte encefálica. Está certo? O juiz disse. E, no final da sentença, disse: “*Embora seja certo que a extração não provoca morte imediata, não me cabe emitir juízo...*” E manda para júri. É a posição de Pilatos no Credo: eu lavo as mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o caso chegando no Tribunal de Justiça de São Paulo? Qual foi, agora, a avaliação dos desembargadores?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Está tramitando um recurso lá. Houve uma primeira votação, numa câmara de cinco: dois votaram contra o acolhimento do recurso, um votou a favor. Agora votam mais dois, para desempatar. Então está em julgamento ainda o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O primeiro recurso vocês perderam: dois a um.



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É o mesmo recurso, e agora os outros dois desembargadores da câmara votam também, para saber se concordam com o voto do relator que achou que deveria ser encerrado o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem é o advogado do senhor?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O Dr. Romeu Goffi aqui. Ele poderia explicar melhor essa parte, que eu não sou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quanto tempo que ele é advogado do senhor?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ah, há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos anos?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Quinze anos? Olha, do escritório deles, há doze anos. Do escritório deles há mais tempo, dele há doze anos, porque está no escritório há esse tempo já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tá. Eu vou ler aqui um despacho para o senhor: "*Exmo. Sr. Desembargador Relator Debatin Cardoso, da 6ª Câmara do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Recurso em sentido estrito. Rui Noronha Sacramento, no auto do recurso em sentido estrito em epígrafe, vem, por meio da Procuradoria, respeitosamente à presença de V.Exa. requerer a juntada do subestalecimento em anexo, elaborado pelo Dr. Márcio Thomaz Bastos, por ocasião de sua nomeação ao cargo de Ministro da Justiça, que, por um lapso, ainda não havia sido apresentado perante este egrégio Tribunal.*" O Dr. Márcio Thomaz Bastos era o que do senhor?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O Dr. Márcio Thomaz Bastos foi meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quanto tempo atrás?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Há uns dez anos atrás, quando eu processei o Dr. Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor está aqui mandando um requerimento: "*Nestes termos, pede deferimento. São Paulo, 28 de abril de 2003.*" O senhor está pedindo substituição do advogado agora.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, o escritório do Dr. Márcio também...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor está dizendo que está trocando o Dr. Márcio porque ele foi nomeado Ministro da Justiça.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, o escritório dele é que... Ele se afastou do escritório e substituiu... Ele saiu de todos os casos. Quando assumiu o Ministério, ele passou para outro escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você trabalha no escritório do Dr. Márcio Thomaz Bastos?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, não, é outro escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já trabalhou no escritório dele?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não? E como é que ele é advogado há doze anos e o Dr. Márcio foi advogado seu até 2002?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O escritório do Dr. Márcio é em São Paulo e me representa em várias coisas, inclusive em processo que eu movi contra algumas pessoas dessas que me acusaram disso daí. E o escritório do Dr. Romeu Goffi é um escritório em Taubaté que representa a mim e a outros médicos especificamente nesse caso só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o nome do senhor?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - João?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - João Romeu Corrêa Goffi.
O.k.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O senhor me permite? O senhor leu uma parte do voto do Relator do processo. Eu vou ler uma parte do voto do desembargador, que votou divergentemente. Diz o seguinte o Desembargador Pedro Galhardi, da 6ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo: "*Do conceito social de alguns acusados e a reputação médica do Hospital.*" — é um título — "*São pessoas que gozam da melhor reputação na cidade de Taubaté e no Vale do Paraíba, e o próprio Hospital Santa Isabel, onde ocorreram os fatos, é tido como referência, no momento, de problemas de traumatismo craniano naquela região do*



Estado de São Paulo. Para lá são levados acidentados graves de toda a Via Dutra. Lembre-se que o Governador do Estado, Geraldo Alckmin, médico formado naquela instituição de ensino, prestou depoimento nos autos manifestando-se favoravelmente ao bom conceito dos réus e do nosocômio". Não estou querendo me louvar no depoimento de ninguém, estou querendo dizer o seguinte: se eu fosse um homicida que ficasse arrancando o rim dos outros para vender em Taubaté, uma cidade de duzentos e cinquenta mil habitantes, eu não teria... eu teria que ter mudado para o fim do mundo, para me esconder da opinião pública. Não é isso o que acontece. Então alguma coisa está muito estranha nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já ocupou alguma função pública de chefia, de confiança?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Já. Eu fui o Chefe do Serviço de Medicina Social do INAMPS até o encerra... até o início das Ações Integradas de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem indicou o senhor? O seu padrinho político foi quem?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Na indicação, naquela ocasião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Olha, acho que foi o Deputado Ary Kara José. Acho que foi o Deputado Ary Kara José. Se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ary Kara José?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Naquela época, o Alckmin era Deputado?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não. Naquela época, o Deputado... o Alckmin era Prefeito da cidade de Pindamonhangaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você foi indicado pelo Ary?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Pelo Deputado Ary Kara José. Isso foi... Eu fui o Chefe do Serviço de Medicina Social durante muitos anos, até o encerramento. Eu fui diretor do Sindicato dos Médicos, fui diretor da Associação Médica Paulista de Medicina, fui Presidente da UNIMED, da Cooperativa dos Médicos, sou Diretor Comercial até hoje lá. Então, se eu tivesse... se eu fosse o



homicida, o facínora que estão falando, que está aí, eu não estaria... Eu estaria com vergonha de estar diante do Deputado aqui, de estar respondendo perante o Congresso Nacional. Não tenho vergonha. Torno a dizer para o senhor, eu tenho orgulho do que eu fiz e tenho certeza de que o que eu fiz foi ética, moral e legalmente muito correto. Parabenizo o senhor pela iniciativa de querer coibir o que é feito ilegalmente e irregularmente nessa área, que é um cancro mesmo, mas não endosso, de jeito nenhum, a postura de que estou me defendendo por ter feito coisa errada. Não é isso, não. Estou aqui para esclarecer o que eu fiz, que é certo. Tenho formação para isso, tive o privilégio de receber essa formação de professores muito qualificados não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista moral e ético mais ainda. Eu teria vergonha da minha família, dos meus amigos, dos meus irmãos de me apresentar diante da comunidade, porque aqui vocês estão representando a sociedade, para me defender aqui de ter matado gente e vendido órgão. Não é nada disso, não, o que estou fazendo. E a postura do desembargador, o senhor viu uma do Relator e estou mostrando aqui a do outro desembargador, que tem um peso muito grande também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei se algum Parlamentar quer fazer uso da palavra. Deputados Geraldo Thadeu e Geraldo Resende? Deputado Pedro Couto...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É Luiz. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Luiz Couto, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. Rui, acho que sua fala expressa aquele que quer a busca da verdade: mostrar o que fez e a convicção que o senhor tem de que aquilo que o senhor fez, fez corretamente, e que o senhor faria novamente, se fosse fazer esse tipo de transplante. Ouvi do senhor que alguém fez uma... O senhor, inclusive, já processou pessoas por calúnia, infâmia e difamação, durante esse período de 20 anos. E quem fez, segundo o senhor, eu não ouvi o nome do médico, quem foi a pessoa que fez essa denúncia que o senhor considera maliciosa? E o senhor considera que interesse estaria por trás dessa denúncia maliciosa?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Olha, eu considero que quem fez a denúncia foi o Dr. Kalume, que é notório. O interesse dele... Em primeiro lugar, ele pode ter ficado enciumado porque foram duas tentativas de iniciar o programa de



transplante. Na primeira, eu não sei se o senhor estava na... Eu acho que expliquei isso no começo. Basicamente, na primeira vez em que... quando cheguei a... comecei... assumi o cargo de professor de Urologia da Faculdade, lá, eu comecei a organizar a equipe de transplante e trazer com um outro nefrologista, que não era o Dr. Pedro Torrecillas, que foi um nefrologista que, depois, teve problemas pessoais e se mudou de lá para Recife, sem que tivéssemos concluído, começado a fazer o transplante, porque, na cidade, não havia *know-how*, ninguém tinha conhecimento para isso, eu tive de treinar médicos. Essas próprias nefrectomias serviram para treinamento de cirurgiões que me auxiliariam em algum transplante, certo? E, nesse primeiro episódio, 2 anos antes, mais ou menos, cheguei a convidar o Dr. Kalume para participar da equipe, porque ele era um cirurgião bom. Em que pesem as restrições que tenho a ele pessoalmente, ele não é um mau cirurgião. Eu tenho de distinguir isso. E cheguei a convidá-lo para isso. Aquela equipe não vingou, até pela perda da peça chave, que era o nefrologista que estava inicialmente na Faculdade. Com a saída dele, parou aquele processo, aquilo foi se..., até politicamente ele se desligou um pouco do grupo da Faculdade em que eu participava e se alinhou com um outro grupo. E quando foi reiniciado esse processo de montar a equipe, foi com o Dr. Pedro Torrecillas, que eu tinha convidado para ir para lá para montar, e montamos isso sem incluí-lo. Não havia empatia nem afinidade política para isso, no momento, e havia outros cirurgiões, como realmente conseguimos, e montamos uma outra equipe e começamos o processo. Ele, na ocasião, era o Chefe do Departamento de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina, eu era o professor da Urologia e o Dr. Pedro era o professor da Nefrologia. Na Faculdade de Medicina, ele não era o diretor, como falam, era o chefe do departamento, porque a estrutura da Universidade tinha 3 centros, que eram o Centro de Biológicas e Exatas e Humanas e os diretores eram os diretores de Centro. Então, o diretor do Centro de Biológicas, que era o Dr. José Carlos Natrielli, que era um cirurgião vascular, que é um cirurgião vascular, participou da equipe e não participava na primeira, e ele acabou entrando para a equipe e fez os transplantes junto conosco e tal, e era o chefe hierárquico do Dr. Kalume. Então, acredito que isso possa ter espicaçado ou causado algum tipo de, sei lá, indisposição pessoal dele. Ele se alinhou a um outro grupo político. Os transplantes, no hospital da universidade, representavam um reforço muito grande para a sucessão da reitoria desse grupo das Biológicas. Na



sucessão para a reitoria, ele conseguiu, passando para outro grupo, fazendo essa denúncia, desmontando isso tudo, eleger outro grupo, um representante de outro grupo para a reitoria. Então, a reitoria parece uma coisa só acadêmica que há interesse, mas não é. Na cidade de Taubaté, o segundo orçamento da cidade é o da universidade, que é uma autarquia municipal. O primeiro é o da Prefeitura Municipal, o segundo é o da universidade. Então, há uma certa... há um interesse muito grande em quem controla aquele cofre, entendeu? E pode ser que essa e outras razões tenham levado o indivíduo a fazer uma denúncia que reputo absolutamente irresponsável e danosa. Para mim, é de um dano moral seríssimo. Mas, para a sociedade e para as pessoas que perderam a vida em decorrência disso daí, é muito mais grave. Além do que, isso pode ter instigado pessoas ou gente a fazer isso que os Deputados estão querendo agora coibir. A própria veiculação que isso deu acendeu, pode ter acendido a ganância de alguns para fazerem coisa errada, que eu acho que a Comissão deve coibir, mesmo, porque, se não, vai dar a impressão que eu estou aqui para defender todo mundo que está fazendo coisa errada. Não é nada disso, não. Pelo contrário. Eu quero, faço questão de mostrar o que eu fiz, faço questão de que analisem e entendam isso para não parecer que estou sendo advogado de bandidão. O que é isso?!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor colocou, na sua fala também, que os documentos que foram encaminhados para o Dr. Manreza... eles tinham um documento que não estava rubricado e com página e um outro que foi encaminhado. Nos dois, faltavam documentos. Esses documentos apareceram algum dia ou continuam...?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, não. De jeito nenhum. Se esses documentos aparecessem, a denúncia não teria fundamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eles tiveram de ser subtraídos e não aparecer mais. Para dar credibilidade à seqüência de folhas do prontuário, foi necessário carimbar e enumerar essas folhas. O que faltou, que ele não percebeu, é que, quando foram feitas as cópias, não havia essa numeração.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Numeração.



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ou, então, ficou a prova física da fraude com as cópias que ele mandou para o CRM, que já não estavam mais de posse dele. Todas as outras cópias feitas posteriormente já têm a numeração.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ele esqueceu que uma das cópias que ele tinha feito, que é a primeira cópia que ele tinha feito, não tinha essa numeração, e foi ele quem remeteu para o Conselho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E houve algum processo contra o...?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Houve, houve vários processos no Conselho Regional de Medicina contra o Dr. Kalume, nosso e do próprio Conselho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. E o resultado?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu não posso falar porque é segredo. Mas eu sei que uns ele entrou com ação judicial para bloquear, outros ele nunca compareceu para... Ele protelou, tomou todas as medidas possíveis e têm alguns andando ainda. Eu não posso me manifestar sobre isso porque é sigilo profissional, sigilo do Conselho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor fala que esse processo está rolando há 18 anos.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por algumas acusações do crime chamado de homicídio de acusação, com 20 anos, há prescrição. Então, o processo, com 20 anos...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Que é uma solução, para mim, horrível. É horrível para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É horrível. E o senhor disse que, no caso do médico que acusou, então, ele responderia a partir desse...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Toda a orientação jurídica que tive de vários advogados, está aqui um deles, é aguardar o final desse processo crime para, depois, acioná-lo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Para não... É orientação técnica jurídica. Infelizmente, não... Por mim, eu já estava brigando com ele há muito tempo.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Outra coisa. No depoimento anterior, foi perguntado, e, aqui, estava assistindo quando o Deputado Geraldo Thadeu falava da questão de Poços de Caldas, da questão da doação que alguns médicos pedem para a instituição e que alguém fala que não foi uma doação, foi uma espécie de imposição. Nesses processos de transplante, de retirada de órgãos, algum momento, chegou a se falar em doação?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Doação de órgão ou de dinheiro?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, doação de dinheiro para alguém ter o transplante, furar a fila para dizer...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? Durante esse tempo, nada aconteceu?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Nada disso aconteceu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O seu papel, na questão, era da retirada do órgão ou era só da cirurgia do transplante? Qual era o seu papel?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - As duas coisas. Em equipes maiores, em centros maiores é possível separar uma equipe para fazer a retirada de órgãos e outra para fazer um implante. Lá nós estávamos começando. Na verdade, eu pessoalmente retirei todos os órgãos e pessoalmente implantei todos os rins. Nesse processo, eu estava treinando naquela época, tanto na retirada, quanto no implante dos rins, eu estava treinando outros médicos para futuramente pudessem dividir e fazer também. Eu estava transmitindo também o conhecimento que eu tinha adquirido para eles lá que não tinham tido essa oportunidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E qual o tempo em que o cirurgião que faz a retirada, de uma pessoa viva para passar para outra, ou mesmo do transplantado, qual o tempo da assistência que a equipe deve dar para a pessoa que foi retirado e da pessoa que recebeu? Ou isso não é competência mais de vocês, é de outro médico?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Quando é uma retirada de um doador vivo, a equipe cirúrgica atende o doador, a pessoa que doou o órgão até a alta total, 2, 2 meses pelo menos, está certo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Depois que ele tem a alta, aí cessa a assistência de vocês?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, a não ser que ele tenha algum outro problema. Em relação à retirada do rim, cessa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, quando a pessoa sai, normalmente é com um atestado de que vocês fizeram o trabalho, deu resultado, agora ele vai...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Isso no caso daquele que doa o seu rim, o doador vivo. A gente retira o rim, a equipe de cirurgia atende por alguns meses. A equipe de clínica, o neurologista continua seguindo essas pessoas indefinidamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que é da equipe?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, a parte clínica da equipe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a equipe não como um todo, mas alguns membros da equipe continuam assistindo o paciente...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Continuam, até porque se registram coisas que aconteçam futuramente, se compara com a evolução da vida dessas pessoas com a de outras que não tiraram órgão para avaliar o resultado da retirada de órgão. Então, isso é do interesse até da equipe saber tudo o que acontece com essas pessoas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Durante o tempo que o senhor, como médico, foram feitos transplantes, alguma vez o senhor recebeu alguma cantada para furar a fila, para botar uma outra pessoa, para ter o seu transplante?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não. Não, mas olha é porque também...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas isso acontece às vezes.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu acredito até que pelo curto tempo em que isso aconteceu, quer dizer, nós estávamos implantando um programa inicial, tinha uma quantidade muito grande de pessoas aguardando, era uma fila enorme. Então, na verdade, a prioridade era a compatibilidade. Eu acredito que isso deve existir e deve ser um problema sério quando se tem um programa em andamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando tem aquela de órgãos que ficam lá esperando.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Isso. Estamos falando de 20 anos atrás. Estamos falando de transplante renal em Taubaté, uma cidade do interior do



Estado de São Paulo. Transplante com rim de cadáver lá. Naquela época só fazia transplante de rim de cadáver em São Paulo e São José do Rio Preto. Hoje, a situação é totalmente diferente, mas naquela época, só o início do programa já criou um *frisson* tão grande, uma tensão tão grande que qualquer pressão dessa a pessoa ficaria até constrangida de fazer. E lógico não excluo a possibilidade de que isso viesse a acontecer futuramente, caso esse programa continuasse, mas tenho certeza de que a minha equipe teria todo o preparo ético para conduzir isso de maneira correta e ética.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, durante esse período que o senhor fez, normalmente, tanto o doador como o receptor, aquele que recebia, um era compatível e o outro também poderia receber.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, nesse caso não havia...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Veja bem, na prática, nós fizemos um transplante de doador de cadáver. Todos os outros foram doadores vivos. Nós começamos a retirar os órgãos e fizemos um acerto de que toda a prioridade de compatibilidade eram dos nossos pacientes. Então, os pacientes nossos que estavam a cuidado do Dr. Pedro, que estavam fazendo diálise, ou suprindo a falta do rim com diálise, eles periodicamente, eu não me lembro dos detalhes, porque o Dr. Pedro que era o clínico, ele mandava o sangue desses pacientes para ficar estocado lá na central do Hospital da USP, onde fazia esses exames. Quando tinha uma retirada de órgão... Até um detalhe, Deputado, sobre a nefrectomia, antes de tirar o rim, o paciente na UTI, entubado, com a respiração artificial e com o coração artificial, a equipe clínica tira o sangue primeiro, manda o sangue primeiro para São Paulo. Quando vamos retirar o rim, algum tempo depois, a equipe já sabe para quem aquele rim serve. Por quê? O receptor já é chamado para o hospital, já é preparado. Então, nós fizemos várias, 5 ou 6 nefrectomias, até que o primeiro desses sangues deu compatível com alguns dos pacientes que estavam lá. Até então, nós estávamos mandando para São Paulo porque nenhum servia para nenhum dos nossos. No primeiro que serviu, nós fizemos o transplante com o rim de cadáver, que parece uma coisa muito simples hoje porque todo mundo ver transplante e tal, mas há 20 anos atrás foi um *frisson* dentro do hospital. Todo mundo queria saber como era aquilo, como é que é isso. Teve uma enfermeira que



falou: “Mas é um absurdo, como é que vem um rim dentro de uma caixa de gelo? Parece uma latinha de cerveja.” Umass coisas que surpreenderam até médicos. Então, por isso foi fácil montar uma denúncia tão fantasiosa assim, porque pegou um momento e um período de pessoas que não tinham conhecimento, não era do conhecimento de todo mundo, como é hoje, o procedimento em transplante, a medida de compatibilidade, a fila de ordem, o ordenamento até ético da feitura dos transplantes. Não era essa a realidade da época.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na cirurgia que o senhor realizou, em algum momento, algum paciente teve a rejeição do rim? Aconteceu?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Teve. Rejeição..., veja bem, na verdade quem trata disso é o Dr. Pedro, não sou eu. Eu não sou especialista nisso, mas a gente, é lógico, tem interesse e acompanha de perto ali...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E qual é o índice mais ou menos de rejeição?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Rejeição também é uma coisa que tem que ser entendida. Existem 2 tipos de rejeição. Existe a rejeição aguda que é tratada e desaparece, quer dizer, dá-se o medicamento e ela some; e existe a rejeição crônica que quando ocorre ela progressivamente estraga o rim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É que eu não sou médico, eu sou filósofo, aí...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Mas o senhor está ficando doutor já.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... eu quero entender melhor isso aqui. Mas eu queria dizer o seguinte, que considero que a sua fala aqui, ou seja, ela foi convincente, foi firme e eu posso dizer que aquilo que o senhor disse aqui, o seu “sim” foi sim e o seu “não” foi não. Não teve dúvidas. Então, parabéns pelo seu depoimento nesta CPI.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu agradeço porque dessas... eu tive a infelicidade de passar por uma coisa muito difícil, mas eu tenho a felicidade de poder saber quem são os meus amigos e saber quem são os meus filhos, quem é a minha esposa, quem é a minha mãe e quem são meus irmãos, porque todos eles carregaram comigo, durante todos esses anos, essa situação. E eu me emocionei no Conselho Federal no dia em que terminou o processo e que um Conselheiro me falou: “Olha, eu parabenizo você só pela dignidade de ter vindo aqui falar da maneira



como você falou." Isso me dá orgulho, não é o falso orgulho, o vão orgulho de pretender ser mais do que os outros não, mas eu tenho o privilégio de ter testado os meus amigos, os meus parentes, os meus filhos, minha mãe, meus irmãos, minha esposa, a quem eu devo até a confiança de ter continuado trabalhando como médico e ter vencido numa cidade pequena, numa comunidade pequena, ter o reconhecimento da minha sociedade local como eu tenho hoje. Obrigado. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados. Dr. Rui, o senhor que foi o coordenador da equipe, o senhor que foi quem iniciou o trabalho de formação da equipe...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu e o Dr. Pedro. Eu tenho que dividir. Isso é um trabalho de 4 mãos não, de muitas mãos, tá certo? Mas as 4 mãos que mais estiveram na massa foram as minhas e as do Dr. Pedro Torrecillas.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Eu vou fazer umas perguntas para o senhor, se o senhor já respondeu, me desculpe, porque eu tinha uma outra audiência e não estava aqui.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ah, pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O senhor se formou onde?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Na USP?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, na USP.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O senhor fez a sua residência e especialidade em Urologia onde?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Lá no Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O senhor trabalhou lá por muito tempo?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu trabalhei lá por 6 anos, na Faculdade, mais 3 na residência e mais alguns anos como freqüentador da clínica urológica.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Então, o senhor foi aluno do Dr. Sabbaga... Emil Sabbaga?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Fui.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O senhor acompanhou a formação de equipes de transplantes, mesmo da USP, do Hospital das Clínicas, desde o início, em 1960?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Acompanhei. Eu disse, no depoimento, que eu tive o privilégio de ter tido como professor de Urologia o Professor Geraldo Campos Freire, que foi o pioneiro dos transplantes no Brasil, foi quem fez o primeiro transplante de rins no Brasil. Infelizmente, ele faleceu no meu segundo ano de residência. Mas eu o conheci; o núcleo da primeira equipe de transplantes no Brasil foi feita por ele.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - No HC?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, lá no HC.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Bom, eu já fiz ao Dr. Pedro as perguntas; tenho certeza de que o senhor iria responder da mesma forma. Agora, o que me intriga é... algum motivo... o senhor falou, parece-me, que, na sua vida... que cargos o senhor já ocupou? Só para eu lembrar, porque eu tenho uma pergunta para fazer ao senhor.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Na carreira pública? O principal cargo foi de Chefe do Serviço de Medicina Social do INAMPS, em Taubaté, que era a região de Taubaté, Pindamonhangaba, Campos do Jordão, Ubatuba... do Serviço de Medicina Social do INAMPS. Eu ocupei, fora isso, cargos...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, do INAMPS; até quando?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Até o final do INAMPS. Eu não sei dizer a data para o senhor, mas quando foi substituída, até...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Até quando encerrou o INAMPS?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, exato... eu fechei a porta, apaguei a luz.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Quando fechou.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Exatamente, eu apaguei a luz, lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso me faz pensar uma coisa: o senhor teve, durante sua chefia no INAMPS, durante seu trabalho, naquela época —



porque o INAMPS teve suas portas fechadas por ser um órgão que não correspondia ao atendimento de saúde no País —, o senhor teve alguém que ficou descontente com o senhor, alguma coisa nesse sentido?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Então, o senhor tem percepção... O senhor é médico, não é?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, eu sou dentista. Mas conheço essa história muito bem. Estou achando que vou chegar aonde eu queria; não imaginava...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não... antes de existir o SUS, as instâncias de gestão de saúde nacional, estaduais e municipais, iniciaram um processo chamado de ações integradas de saúde, do qual eu participei; na época, o diretor regional de saúde do Estado, O Dr. Marcos Lindemberg, que era muito ligado também, nós conseguimos fazer um casamento sem litígio; a transição dos 3 níveis de Governo para o SUS foi feito de forma bastante tranqüila, lá. Mas ela privilegiou, por força da norma que se impunha na época, o Hospital Universitário. A hierarquia para recursos era público, universitário, filantrópico e privado. O hospital que saiu prejudicado, entre aspas — não é bem o caso —, foi o filantrópico, que era esse hospital onde eram feitas as nefrectomias, ao qual era ligado — até hoje é ligado — o doutor denunciante. A ação minha na Chefia da Medicina Social do INAMPS e na Comissão Regional Interinstitucional de Saúde, que regia e referendava as ações integradas de saúde, na época, por força de... não é de disposição minha, era a regra, que nós estávamos saindo de 3 níveis de gestão para 1 só, canalizou recursos para o Hospital Universitário e, paralelamente — eu também era professor universitário, também era professor da Urologia da Universidade lá, dona do Hospital, e tinha uma ligação com outro grupo de professores, dentro da universidade, que pretendiam ter uma pessoa na reitoria. Esse doutor que denunciou era de outro grupo e perdeu força e perdeu verba do hospital onde ele trabalhava para o hospital que eu estava privilegiando — privilegiando entre aspas. Vejam bem, eu estava agindo exatamente dentro da orientação nacional de saúde, de toda a saúde do Brasil que até hoje está...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Estava destinando...



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, exatamente. Era uma regra que tinha de ser seguida, mas, no entendimento de algumas pessoas, estava havendo uma preterição do hospital...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Em favor do outro.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - A partir daí, o senhor não ganhou inimigo, não?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Lógico que ganhei, lógico que ganhei. Só que eu ganhei inimigos de vários tipos, muitos deles leais e muitos deles com quem eu até hoje discuto, mas de forma leal e honesta. Não são inimigos, são adversários eventualmente, entendeu? Agora, inimigo, eu acho que eu ganhei esse que age de forma...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não seria um desafeto a partir daí?

O DR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Passou a agir de uma forma totalmente antiética e imoral e...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Está bom. Acho que...

O DR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O senhor pegou o espírito da coisa.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Peguei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele perdeu a verba e soltou o verbo contra o senhor, não é?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu estou chegando à conclusão... acho que hoje o Deputado Pastor Pedro Ribeiro falou aqui uma interessante, que é um momento até de reflexão para nós todos. Acho que é um momento mesmo. Eu acho que esta CPI... eu estou vendo que ela tem uma importância muito grande.

O DR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Tem, com certeza.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas eu vejo que esses casos aqui últimos que nós estamos vendo são casos já que a Justiça, que todos os órgãos competentes já foram a fundo. Eu acho que nós deveríamos incluir aqui, na CPI, a própria Justiça, porque eu acho que nós estamos aqui... Por exemplo, naquele caso de Pernambuco, da África do Sul, tudo, a assembléia lá acertou em cheio, porque ela pegou aquele grupo que levava os brasileiros para a África, descobriu a rede



toda, tem lá 6 presos, tem 18 processos e condenação, tudo, tudo, tal. Foi realmente descoberto o tráfico de órgãos. Eu também acho que nós podemos ter tráfico de órgãos, sim, acho que nós podemos ter tráfico de órgãos, sim. Mas nesses casos em questão, particularmente, eu estou achando que nós tínhamos que ver que a morosidade até prejudica. Dezoito anos, o próprio médico, se ele for inocentado, no final do processo, ele amargou 20, 25 anos de sofrimento, ele, a família, os filhos, a profissão dele. Então, eu considero que isso é realmente uma tortura muito grande. Agora, é comum os denunciadores serem processados e nunca aparecerem nas audiências. Isso é que é... Precisa ver isso também.

O DR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Isso é uma impunidade séria.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso é que é interessante. Por exemplo, é coincidência. Dr. Kalume mesmo foi processado e ele não aparece nas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Estou só querendo contribuir para que a gente possa... Não estou aqui defendendo a inocência nem a culpa do Dr. Rui e de nenhum colega dele. Acho que nós estamos aqui para esclarecer. Mas eu estou querendo aprofundar, sabe, Presidente? Sabe, Sr. Relator? Estou querendo aprofundar dentro do meu pensamento, para que possamos realmente chegar a um determinado ponto. Acho que isso a gente vai tendo condições. Realmente, esta CPI vai trazer resultados positivos. Não tenho dúvida nenhuma. Mas só que, nestes casos especificamente que a Justiça já vasculhou, já foi, já aprofundou e tal, Ministério Público, delegado... Então aí, as falhas de processo, essas coisas que realmente promovem muitos problemas para nós. Às vezes, a própria impunidade. Nós temos tráfico de órgãos e tem uma impunidade. Às vezes, nós temos também não o tráfico de órgãos de determinados casos, e nós temos inocentes querendo... a vida toda sendo sacrificado. Eu acho que nós vamos avançar e chegar no final a um resultado bom. Mas eu fiquei muito... Acho que o senhor foi esclarecedor nas suas respostas. Acho que é importante que o senhor tenha essa oportunidade também de mostrar o que realmente aconteceu.

O DR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Claro, eu agradeço muito essa oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Dr. Rui, pelo o que eu entendi, nas respostas que o senhor tem dado aos nobres colegas, há duas situações bem claras de que, na cidade onde o senhor se instalou depois de formado, numa escola de renome, com serviço também de renome, em que o senhor construiu, tentou construir uma equipe para transplante, o senhor se bateu de frente com interesses outros, dentro da própria formação do grupo de transplantados, o que contrariou interesses. E depois também dentro da própria universidade onde que o senhor também é professor docente e que fazia parte também de um agrupamento dentro dessa universidade, que logicamente, como em todas as universidades, pleiteia também ter o espaço político, ter o poder na universidade. Esse enfrentamento que o senhor fez e o grupo que o senhor pertence logicamente dá para a gente fazer alguma ilação de que, ao contrariar interesses do Dr. Kalume, ele fez montar um determinado processo que fez com que, hoje arrastando há mais de 16 ou 18 anos aí, a cronologia a gente não tem bem claro, que trouxe transtornos muito grandes a você. Durante todo esse tempo, você falou, nem só o transtorno familiar, o transtorno enquanto profissional logicamente é questionado. Deve ter trazido transtornos enormes financeiros também, porque logicamente quando se aventa que uma pessoa está traficando órgãos, logicamente trouxe uma diminuição da clínica do senhor. Mas, mesmo assim, o senhor continuou e está enfrentando esse processo até hoje. Não teve só a perda pessoal. A perda maior que eu entendo nisso daí e que eu gostaria que o senhor colocasse para a gente é... O senhor se referiu que era o terceiro ou quarto serviço que estava montado no País e centralizado no Estado de São Paulo, que é a nossa locomotiva. Era São Paulo, Capital, no Hospital das Clínicas, era São José do Rio Preto...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - São José do Rio Preto. USP de Ribeirão Preto.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu me lembro, eu era residente em Ribeirão Preto. Se foi em 86, 87 e 88 eu era residente em Ribeirão Preto e estava iniciando.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Começou em São Paulo o interior transplante lá. Uma iniciativa meritória.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - No Hospital das Clínicas, de Ribeirão Preto, também da Faculdade de Medicina da USP. E vocês foram ousados porque Taubaté não é a quarta cidade do Estado de São Paulo.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - De jeito nenhum. De jeito nenhum. Nem passa perto.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Naquele tempo ainda era muito menor porque hoje... Eu gostaria de perguntar para o senhor: Taubaté tem quantos mil habitantes hoje?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Duzentos e oitenta mil.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Ao lado de São José dos Campos, são as duas cidades que são pólos ali do Vale do Parnaíba.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O senhor, depois desse caso aí, nunca mais se montou nenhum serviço de transplante em Taubaté?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Olha, hoje é muito difícil. Graças a Deus, eu tenho...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu só gostaria que depois o senhor... Logicamente, em apenas 1 ano e pouco, vocês montaram o serviço e estavam começando a treinar a equipe, quando veio essa situação aí. Logicamente, depois de treinada e montada a equipe, seguramente muitas vidas seriam salvas. Às vezes, até centenas e às vezes até milhares. Eu gostaria que o senhor fizesse mais ou menos um arrazoado disso e pudesse apontar a perspectiva de que, se hoje tivesse um serviço de transplante em Taubaté, como estaria, já que vocês foram ousados, montaram numa cidade do interior, pequena na época. Como esse serviço seguramente estaria hoje, não só no transplante renal, logicamente vocês já teriam avançado para outros transplantes? E a escola de Taubaté é uma escola de renome também. É uma escola que poderia estar formando várias equipes. O prejuízo que isso trouxe para a população.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O prejuízo é gigantesco e não dá para medir, porque a vida não tem um valor para você colocar. Mas com certeza se não tivesse sido amputado esse programa, ele já começou com o que era considerado o futuro naquela época, que era o transplante de cadáver, porque — só para dar um exemplo — estávamos naquela época já programando..., por isso



também um dos motivos que eu tinha outros cirurgiões de outras especialidades na equipe, que a gente pretendia fazer transplante duplo de rim e pâncreas, porque o diabetes é a causa mais comum de insuficiência renal, então, nos pacientes, se a causa da insuficiência fosse diabetes, transplantava-se o pâncreas junto. E é o que está fazendo hoje. Os centros avançados estão começando a fazer isso. Então, estávamos, há 20 anos, programando isso, que é uma coisa lógica. Calculo que hoje o hospital que mais transplanta, hoje — quem tem isso tudo melhor é o Dr. Pedro, que é nefrologista —, mas é o Hospital do Coração, Prof. Miguel Srougi, que é o urologista de lá. Eles devem transplantar lá acho que 4 ou 5 casos por semana. Nós teríamos condições de fazer a metade disso, hoje, com certeza, e o Hospital do Rim, em São Paulo, hospital de São Paulo, é um hospital inteiro só voltado para tratamento de rim, que é da Universidade Federal de São Paulo, que é hoje o hospital que mais transplanta acho que no mundo. Acho que se eu não me engano é o hospital que mais transplanta no mundo. E nós teríamos condições de fazer a metade disso em Taubaté. Não é pelo fato de ser Taubaté, mas drenaria toda uma região muito importante do Estado, uma região muito importante do sul de Minas, do sul do Estado do Rio de Janeiro, que também poderia estar fazendo isso lá. Metade do que faz o Hospital do Rim, hoje, daria 300 transplantes/ano.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Gostaria também de perguntar ao senhor o seguinte: o senhor tem conhecimento, hoje, com as novas sistemáticas que tem, com toda essa organização do Sistema Nacional de Transplante, o senhor acha que é possível, hoje, 2004, que haja tráfico de órgãos no País?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Resposta pessoal: eu acho, tá? Acho possível, é possível, não acho que isso é como crime. A maioria da sociedade é honesta, é séria, e felizmente age dentro da lei, mas, infelizmente, sempre há alguém que burle. É exceção, eu acho que é uma coisa que não é a rotina, não é a regra, de jeito nenhum, acho que na regra a regulamentação e a normatização é boa e funciona muito bem. O que falta são equipes treinadas para dar vazão a isso, faltam profissionais treinados para isso, mas não excluo de jeito nenhum a possibilidade. É por isso que eu frisei para o Deputado aqui, acho que é importante o papel de separar o joio do trigo, aí, e punir quem faz errado, tá certo?, porque não há nenhuma garantia, embora o sistema, a legislação brasileira seja boa, a norma



seja muito boa, a estrutura seja boa, mas, infelizmente, torno a me repetir, a natureza humana é pior do que a gente imagina, tá certo?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu gostaria de perguntar também ao senhor o seguinte: o senhor está montando uma equipe que fazia, naquela época, pelo depoimento do senhor e do Dr....

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Dr. Pedro?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ...Pedro Torrecillas, o único laboratório que fazia estudo de compatibilidade era da USP, de São Paulo.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É. Não era o único que fazia, é que — veja bem — para fazer com cadáver, existem 2 situações: se eu for transplantar o rim do Deputado aqui na outra pessoa, lá, os 2 estão vivos, eu posso tirar o sangue dele, tirar o sangue do outro, mandar para o laboratório. Se ele levar 1 semana, 10 dias para me dar o resultado, não tem problema. Quem está precisando do rim está sendo atendido, tal, e a técnica para fazer isso ela era, naquela época... Existem essas 2 técnicas. Naquela ocasião... Existe uma outra situação que é, um cadáver na UTI. Eu, retirado o rim, tenho 24 horas para implantar, tá certo? Ele só vai poder ser usado dentro das primeiras 24 horas. Então, a técnica para saber se é compatível o rim de um cadáver com o do doador vivo, tem que ser dado... em 2 horas o laboratório tem que me dar o resultado disso. Essa tecnologia, para essa velocidade é que só a equipe do Prof. Nelson Mendes tinha, na época, lá em São Paulo, que fazia... Tanto que ele centralizava para tudo, para coração, para fígado, para tudo lá na coisa... E foi acesso a essa possibilidade, a proximidade com Taubaté, o contato meu, do Dr. Pedro, com o pessoal de São Paulo é que permitiu a gente ter acesso a isso para poder fazer um programa de cadáver, senão não daria para fazer.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Dr. Nelson?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Prof. Nelson Mendes, que hoje é o professor da Escola Paulista de Medicina de...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Dr. Nelson, da ginecologia e obstetrícia?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Nelson Mendes, não, é filho do Professor Ernesto Mendes, ele é imunologista. Então, é esse diferencial... agora, só queria destacar uma coisa que o Deputado aqui me chamou a atenção, quando ele



observou o negócio da Justiça, vindo aqui, explicando para os senhores detalhe por detalhe, a conversa é totalmente diferente do que a gente observa, por exemplo, numa entrevista do promotor. O promotor de Justiça age de uma maneira, e nesse caso, de uma maneira que ele fica sendo inimputável. O que vou fazer com ele? Ele pode falar a “abobrinha” que quiser, usando o cargo dele, eu sei que durante tanto tempo ficou o inquérito na delegacia lá com a anuência do Ministério Público. O Ministério Público denunciou por homicídio doloso, porque não tinha como denunciar por culposo mais, por fraude deles, por problemas deles mesmos, não foi problema dos outros, não. Tem cota dos promotores permitindo a prorrogação daquilo *ad aeternum, ad nauseam*. E depois vem e vai na imprensa e faz uma carnaval desse. Acho que o Congresso também já está tratando disso com a tal da lei que injustamente chamam de mordaza, mas acho que é a lei da responsabilidade, quer dizer, o promotor tem que ser responsável. Ele tem de ter condições para trabalhar, mas tem que ter responsabilidade com que faz. Ele está fazendo... apregoando a todo mundo que nós somos todos bandidos, assassinos, etc. Nós não temos acesso a isso. E a imprensa fazer isso já é errado, agora, um servidor público fazer isso usando seu cargo é pior ainda. Isso eu acho que o Congresso tem que dar um jeito nisso aí.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Também durante o depoimento do Dr. Pedro e do senhor, ficou patente para a gente que, no caso de não aproveitamento dos órgãos para os pacientes de vocês, vocês encaminhavam isso para São Paulo, para a equipe do Dr. Emil.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Teve um caso que nós não mandamos para a equipe do Dr. Emil, não sei se o Dr. Pedro se lembra dele. Foi um caso em que foi véspera de Natal e não tinha ninguém no HC em São Paulo, estava fechado, não tinha nada. Então, por uma gentileza de uma companhia aérea, esses rins foram para São José do Rio Preto.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Ele comentou esse caso.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Foi uma gentileza de uma companhia e eles foram transplantados e foram com sucesso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu só gostaria de perguntar encaminhava para a equipe do Dr. Emil para os pacientes do HC ou para os pacientes do Oswaldo Cruz.



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não sei dizer, mesmo porque eu não tenho a compatibilidade desses órgãos. Nós não sabemos da compatibilidade do grupo de transplante de lá, nós só sabemos dos nossos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Naquele tempo, já existia, me parece que não, parece que é mais recente, a listagem?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, não existia. Mas, veja bem. naquele tempo, a equipe do Dr. Emil transplantava no Hospital de Clínicas e no Oswaldo Cruz. E eu sei, por experiência própria de ter vivido lá, que no Hospital de Clínicas se perdiam rins por falta de equipe para transplantar. O problema no Hospital de Clínicas não era rim de cadáver, porque lá no pronto-socorro do Hospital de Clínica tem morte encefálica a 3 por 4. É um hospital que recebe coisas gravíssimas, casos seriíssimos, então tem muitos casos. O que não tinha era equipe para fazer tanto transplante, porque naquela época eram muito poucas as pessoas qualificadas para implantar o rim. Então, lá no Hospital de Clínica, ele não tinha problema de falta de rim na época. Se fosse fazer a conta, ele perdia rim lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O senhor tem conhecimento de quantas unidades, de quantos centros, já que o senhor menciona, e o Dr. Pedro também falou que vocês eram o quarto no País, quantos centros o senhor tem conhecimento hoje que transplanta no País?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Hoje no País, graças a Deus, deve ter uns 20, por aí. Uns 20 centros bons. O que é muito pouco para o tamanho do nosso País e para a necessidade nossa. Ainda é muito pouco, nós estamos engatinhando nisso. Estamos fazendo isso com uma tecnologia muito boa, mas com um recurso muito escasso. Então, nós temos pouco recurso em formação de equipes. E é mais fácil... Evidente que o médico que adquire esse grau de formação em cirurgia, ele procura um centro grande e ele sempre tem colocação num centro grande. Então, fica difícil levar esse sujeito para ir trabalhar no interior. Foi um outro prejuízo que o sistema de saúde tomou com a parada do serviço de transplante em Taubaté, que poderia estar repetindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Rui Sacramento e Deputado Geraldo Thadeu, observando o bate-papo e a participação dos demais Deputados e as interpelações feitas pelo Deputado Geraldo Resende, fico preocupado. Aqui na CPI, nós estamos fazendo este trabalho, tentando contribuir



com a política de transplante de órgão no Brasil, inclusive o senhor reiterou várias vezes que o tráfico de órgãos é um cancro hoje no sistema e é possível que esteja havendo essa possibilidade de tráfico de órgão no Brasil, mas me preocupa que todas as pessoas que fazem esse tipo de denúncia no Brasil acabam tendo que responder a processo depois.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Por isso, a importância da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou preocupado aqui, porque, de repente, no final do relatório, nós vamos ter de indiciar o Paulo Pavesi, vamos ter que indiciar o Dr. Kalume, indiciar a Dra. Liliane, indiciar a mulher que denunciou o Patrese. As denúncias, é importante que venham à tona. Nós temos essa responsabilidade de investigar. Agora, quando o senhor trata o assunto do Kalume, por exemplo, e eu ouvi algumas perguntas direcionadas aqui: o que poderia influenciar nessa denúncia. "O Dr. Kalume foi prejudicado. Ele tinha interesse lá no hospital. Quando eu fui superintendente..." O senhor mesmo falou que privilegiou uma outra instituição, depois mudou a palavra privilegiou para ajudou. E eu pergunto o seguinte: o senhor tinha problema com o delegado da cidade?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem problema com o promotor da cidade?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Nem conhecia o promotor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, por que eles fizeram o inquérito, indiciaram o senhor e o promotor denunciou e o juiz deu a pronúncia para júri popular? E esse processo está na Justiça demorando 18 anos não é porque a Justiça quer isso não, vocês recorreram. Vocês recorreram no Tribunal de Justiça, ficou lá quase 8 anos. Eu estive no Tribunal de Justiça de São Paulo, conversei com o desembargador que deu o último voto, e deu a favor. Os outros 2 eram 2 a 0. No terceiro voto, ia para júri popular. E ele me disse que várias autoridades passaram por lá para pedir em favor dos médicos, inclusive citou o nome de personalidades do Governo, de Deputados, que passaram por lá pedindo, até estranhou que eu tivesse ido lá e estivesse pedindo, conversando, explanando sobre o assunto, sobre os fatos. O processo ficou parado lá no Tribunal por quase 7 anos, 8 anos, no Tribunal de Justiça. E vocês perderam e recorreram. Pelo voto do



desembargador, se fosse 3 a 0, ia a júri popular e já teria julgado. O juiz já teria dado a sentença, inocentado ou condenado, e o fato já estaria esclarecido. Nós não podemos colocar a culpa nas possíveis pessoas que foram prejudicadas pelo fechamento do hospital nem em quem denunciou, não. Ora, houve uma denúncia, foi feito inquérito, foram apuradas as irregularidades, foram encontradas irregularidades, o Ministério Público fez novamente uma avaliação no processo e encontrou as irregularidades. Dr. Manreza, que é representante do Conselho Federal de Medicina, realmente confirmou que houve as irregularidades nos casos das denúncias. Foram comprovadas as denúncias. E aí nós estamos querendo colocar a culpa aqui em quem denunciou pelas pessoas que foram prejudicadas pelo fechamento. Claro. Houve prejuízo? Sim, houve prejuízo. Mas o prejuízo não foi causado por quem denunciou. Se o hospital estava irregular, se a equipe procedeu irregularmente em alguns casos, não é culpa de quem denunciou. Nós temos o compromisso e a responsabilidade de apurar, de investigar, nós não vamos formar juízo, mas não vamos deixar também que as pessoas que fazem denúncia aqui na Comissão acabem sendo condenadas pelas pessoas que não fizeram transplante na região, durante os últimos anos, pelo fechamento do sistema. Até porque eu acredito que o Ministério de Saúde, o Conselho Federal de Medicina e os órgãos que regulamentam e que disciplinam e coordenam as ações de transplante no Brasil, eles não seriam irresponsáveis de fechar um sistema ou de fechar um programa, de descredenciar um hospital, de nunca mais ter dado a possibilidade daquele local voltar a ser um centro transplantista por denúncias infundadas. Eles fizeram baseado em dados, dados que foram apresentados, e que foram periciados, e que foram inseridos num processo, que fazem parte do processo.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, só para concluir, o nosso objetivo é justamente esse. Queremos que esses processos... E nós só chegamos nesse processo de Taubaté, de 88, porque nós encontramos novamente o médico de Taubaté, Dr. Antônio Aurélio Monteiro de Carvalho, que foi indiciado nesse caso aqui, que foi denunciado, que o Manreza disse que nesses casos houve realmente imprudência. Ele, há 18 anos, cometeu as irregularidades, que foram apuradas e indiciadas. Ele foi transferido para a cidade de Franco da Rocha, não foi



punido pelo CRM. Pelo contrário. O senhor falou que ele ganhou um título de louvor pelo Conselho Federal de Medicina.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele não? Não é toda a equipe, não?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Entendeu? Então, ele foi transferido para Franco da Rocha...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, só para concluir. Ele foi transferido para Franco da Rocha, não recebeu nenhuma punição do CRM, nem do conselho, foi para Franco da Rocha, foi preso em 2001 por retirada de órgão de 15 cadáveres. Nós tomamos depoimento do delegado que apurou o caso de Franco da Rocha. O delegado mostrou a forma cruel como ele cometia essas irregularidades em Franco da Rocha. Tomamos depoimento de pessoas que trabalhavam sob as suas ordens naquele Instituto Médico Legal, depoimento esse tomado na Assembléia Legislativa de São Paulo. Ele retirava órgão de paciente. Ele vendia paciente... cadáveres para as faculdades particulares, desrespeitando a Lei de Transplante. Novamente não foi punido pelo Conselho Regional de Medicina, e hoje exerce a Medicina na cidade de Guarulhos. Vai depor aqui na CPI daqui a pouco para nós. É por isso que nós voltamos nesse caso, porque realmente a Justiça já era para ter dado um final nesse caso. Mas nós sabemos que existem vários instrumentos na Justiça, que, com certeza, é tendenciosa para que realmente o processo não venha a julgamento, que passe o tempo, que os fatos sejam esquecidos, que até ele possa prescrever, como foi o caso do comércio de órgãos. Felizmente, esse processo não prescreveu, porque o Promotor ofereceu nova denúncia. Ele agora tem mais até, eu acho, que o ano 2017, para ser avaliado. Se a Justiça demorar mais 15 anos para analisar esse caso, mais 13, 10 anos, é possível que até lá esse processo ainda tenha validade. Agora, nós queremos dizer que não podemos colocar a culpa no processo, que está demorando, porque a Justiça tem a intenção. O senhor falou que a Justiça de São Paulo... Isso foi manipulado. Manipulado por quem? Pelo médico?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Pelo Dr. Kalume.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que o Kalume é tão poderoso assim em São Paulo que tem capacidade de manipular um Delegado de Polícia, um Promotor de Justiça, um Juiz da cidade e dois Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Deputado, eu só vou dizer o seguinte: o inquérito policial ficou 11 anos com um delegado. Um delegado aposenta com trinta e poucos anos. Então, se o delegado for fazer um inquérito, ele vai aposentar com 3 inquéritos. Quer dizer, não tem uma explicação lógica. Eu nunca deixei de comparecer a nenhuma instância, nem no Conselho de Medicina, nem na polícia, nem no Judiciário, nem na universidade. Não deixei de comparecer a nenhuma e apresentar de imediato todas as declarações, como vim aqui. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor há de convir que o senhor tinha um advogado muito bom em São Paulo, que era o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Sim, perfeitamente, que não foi usado nem para me defender nisso. Ele advogou para mim para processar quem estava me caluniando. Não foi para me defender, não. Quem estava me defendendo foi o Dr. Romeu aqui. Em nenhuma dessas instâncias eu precisei disso. Agora, eu não estou falando sem fundamento nenhum, não. Um inquérito levar 11 anos, 12 anos? O próprio Promotor, quando veio depor aqui, se escusou, dizendo: "Não, só chegou a mim depois de 11 anos". Ele já tirou o corpo. Só que, durante todo o tempo, o Ministério Público esteve concedendo as prorrogações que o delegado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele não era Promotor na cidade na época do crime.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É pior a coisa. O Promotor que estava dando os despachos foi o mesmo que acusou e condenou os que mataram aquelas pessoas que esse aí está investigando. Quer dizer, num lado ele estava autorizando a prorrogação da investigação dele, no outro lado ele já tinha condenando e já estavam presos os autores daquele homicídio. Quer dizer, está gastando dinheiro do contribuinte, está confundindo as coisas, está investigando o que já está resolvido, está certo? E não sou eu quem tem que responder por quem fez isso. Se eu estivesse protelando, se eu estivesse lá mandando atestado, dizendo



que eu não queria aparecer ou desaparecido... Não, eu estou lá trabalhando, todos os dias lá, depondo a toda a vez que me foi chamado. E agora vem com essa história: "Agora só cabe homicídio doloso". É óbvio que só cabe homicídio doloso. Quem postergou, quem transigiu, quem dormiu, quem sei lá o que fez não foi eu. Mas é fácil vir fazer discurso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que alguém dormiu nesse processo?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu tenho certeza, mas quem tem que responder são os autores. Eu não tenho procuração para ficar defendendo outras pessoas. Estou falando da minha atuação. Essa eu falo o que quiser saber. Não tenho nada para esconder. Pelo contrário, acho que tenho muito pouca oportunidade de dizer claramente o que aconteceu, enquanto outras pessoas têm toda a oportunidade de falar a mentira que quiser.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Dr. Sacramento, quem seguiu esse processo durante esses 11 anos foi o próprio Kalume?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, eu calculo que foi o delegado. Logicamente, ele não tem poder para isso. Ele tem que requerer ao juiz que preside lá o inquérito a prorrogação, e o Ministério Público tem que concordar com isso, tem que despachar isso. Então, a eles cabe dizer porque esse processo levou tanto tempo. Não é nada tão complexo assim que... Aliás, se existia alguma coisa, se fosse tão complexo, ele devia ter solicitado auxílio de outros para conduzir.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Mas certamente, se alguém seguiu, foi em razão de pressão ou força de alguém que o fez segurar? O senhor presume...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ah! Bom. Aí já é prevaricação. Se o delegado cedeu a uma pressão, ele está cometendo um... Não é uma atitude para um funcionário fazer. O funcionário público que usa isso aí já é uma...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - A princípio, o senhor entende que ele mesmo põs uma pedra em cima?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu prefiro, com toda sinceridade, Deputado, não opinar nisso, que eu vou estar sendo leviano, tá certo? Só me causa estranheza e me causou um dano muito sério, porque a Justiça ser morosa é uma



coisa. Nesses níveis, de 20 anos, ela é danosa, ela não é morosa, ela é danosa. Ela causou um dano muito sério para mim.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu tenho hoje pelo... quando tenho ouvido o Dr. Pedro Henrique e agora estou ouvindo o senhor... eu começo a ver... Os senhores tiveram oportunidade de fato de explanar com muita profundidade, eu diria até com muita sapiência...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu agradeço muito a..

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - ...a questão das intervenções cirúrgicas e como elas acontecem, fazer ilações sobre como vai ficar a questão do transplante, como tem ido e tal, em razão até de haver esse diálogo entre a mesma classe, os médicos que conhecem e sabem perguntar e o senhor responde, essa coisa toda. Agora, eu fico pensando: ora, se quem denunciou os senhores foi um médico, colega de trabalho. Eu tive a oportunidade de ler aquele livro que ele escreveu, afora o caso em si, os transplantes em si, muitas outras coisas ele trouxe à baila e pôs naquele livro e eu fiquei até perguntando como é que este homem tem tanta coragem assim. Ele contra tanta gente, porque certamente o senhor leu também para conhecer o livro e sabe que não é só questão dos quatro médicos, tem muita coisa.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Na verdade, não li por questão de foro íntimo.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Deixa eu continuar aqui. Acho que é bom que o senhor leia, porque a coisa é muito mais séria, muito mais complexa do que o que muita gente sabe. Eu não vou trazer, porque não é o caso agora. Aí eu fico perguntando: ora, se ele teve a coragem de arriscar a própria vida e trabalhou tanto e pagou certo preço para denunciá-los, isso vem se arrastando há tanto tempo, por que ele fez esse esforço de denunciar, já que os senhores estão dizendo, inclusive de forjar provas, de retirar documentos, porque aqui, é o que disse o Sr. Presidente, a vítima é o Dr. Kalume. Ele foi quem forjou. Ele é muito imaginativo, pelo que eu vejo, é muito competente, é muito capaz, ardiloso, para fazer e enfrentar homens quando eu já ouvi o Dr. Antônio Aurélio, ouvi o Dr. Pedro Henrique e estou lhe ouvindo, homens de uma facilidade enorme de expressão. Acho que os senhores todos são professores universitários, porque estavam num hospital universitário, homens que enfrentam com muita tranqüilidade. Ele sabia



quem estava enfrentando, e esse homem levantar uma questão dessa tão complexa e segurar o processo, e parar o processo, e não deixar andar, matar na unha em vez de demonstrar para a população brasileira que de fato os senhores são culpados. Então, me causa estranheza hoje os senhores o colocarem como vilão, quando eu não o conheço, a não ser que chegue aqui um processo pesado contra ele ou penas que ele tenha pago em razão dessa posição, enfrentando homens como os senhores. Eu vi claramente que não são de brincadeira e não podem brincar com uma questão como essa.

Passam-se 18 anos, e o que temos em mãos é uma decisão de indiciamento, denunciado e, inclusive, encaminhados para um júri popular. Ora, Dr. Rui Sacramento, será que esta CPI, que, como o senhor já disse mais de uma vez, que elogia a atitude da implementação desta CPI, que é bom que se veja que possam existir, em algum canto, algumas pessoas de má-fé. Eu estou um tanto quanto decepcionado, Sr. Presidente, porque eu tinha a certeza de que, quando começássemos a tratar deste assunto, pipocariam ligações. Felizmente, espero em Deus que não seja por covardia nem medo ou coisa parecida que não aparecem outras denúncias, mas apenas se aprofundam com nomes que estão sendo citados aqui — já temos citações de outras denúncias envolvendo aqueles nomes. Admiro-me porque não aparecem tanto. O que podemos ver é que havia muita facilidade, havia muito descaso, muito despreparo nos hospitais. Não há coordenação. Os órgãos de coordenação não acompanham e deixam muito à vontade os médicos que sabem — uma elite — processar a retirada e implantação de órgãos. Aí eu vejo uma classe muito unida — eu não diria que montam um *lobby* tremendo, nem vou chamar de outro nome, como gostam de chamar —, que se junta de tal forma que ninguém pode separar. É o que estamos vendo aqui, na própria CPI, quando, muitas vezes queremos ouvir o que de fato está acontecendo, queremos levantar o caso e vemos os médicos sendo instados a fazerem conferências médicas, como é o caso do senhor, que está há horas aqui dando lições sobre medicina, lições sobre transplante, tendo a chance, a oportunidade de se demonstrar como um homem que não tem culpa alguma no cartório, quando está indiciado em processo que corre há tantos anos. Eu temo, Dr. Rui Sacramento, que não alcancemos a nossa meta, se não tivermos o apoio de pessoas que, como o senhor disse, têm dignidade, que podem olhar na cara da família, da esposa, dos parentes, num caso como este, que



está andando e o senhor culpa quem o denunciou, fala que o processo não anda, fala que a própria Justiça é morosa, faz descaso, é manipulada. Estamos vendo aqui que o que temos são autos, são provas, são documentos. Quem forjou? Será que um homem só pode muito mais do que 4 desses homens, dos quais já conheço 3? Digo-lhe que eu fico impressionado com o nível de convencimento, com a postura, com a eloquência, com a convicção que os senhores passam. Fico temendo, Dr. Rui, que a Nação não descubra os cancos. Se todos os que aqui vierem tiverem a eloquência e o apoio que os senhores têm será difícil descobrirmos. Espero que tenhamos cada vez mais cuidado em analisar os dados. Nós, da Relatoria, vamos fazê-lo com muito cuidado, desejando que a Justiça se pronuncie, dê inocência a quem é inocente e ponha na cadeia os culpados. Espero mesmo que Deus ajude esta Nação, para que os culpados paguem na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Rui Sacramento, se o senhor quiser se pronunciar novamente pode fazê-lo, antes de encerrarmos o depoimento.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu só gostaria de aproveitar algumas coisas do nobre Deputado. Eu também tenho esse receio. Não à guisa de justificativa, mas obviamente eu não posso ter boa vontade nenhuma com quem me acusa de homicídio. Eu não tenho essa vontade. Eu não sei responder ao senhor qual o poder que tem de manipulação, qual foi a forma que ele conduziu isso, nesse tempo todo. Eu posso dizer duas coisas: primeiro que, quando ele ofereceu a denúncia ao Conselho Regional de Medicina, se a intenção dele era oferecer uma denúncia para que um órgão competente fizesse ou processasse a denúncia, julgasse e tomasse a decisão, ele não obedeceu isso, porque o Conselho julgou, processou, concluiu e ele continuou denunciando contrariamente ao que o Conselho havia decidido. Então, ele não acolheu a decisão do órgão que ele procurou para denunciar.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não seria uma frustração ou alguém aguerrido que quer ver a Justiça implantada?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Essa pode ser uma coisa. A segunda coisa é que o denunciante, no primeiro depoimento que ele fez na polícia, ele saiu-se com a afirmativa de que, para ele, morte é quando começa a feder. O coração tem que estar parado, não estar respirando. Agora, há pouco tempo, em



outro depoimento judicial, ele já falou uma coisa totalmente diferente: que o conceito de morte encefálica... Então, no primeiro, ele deu uma entrevista na imprensa, no começo dos fatos, há 20 anos, dizendo assim: “Como é que essas pessoas estavam mortas se estavam com pressão de 12 por 8 e a frequência cardíaca de 80?” Óbvio que quis jogar areia no olho dos outros. Ele não quis, de jeito nenhum, entrar nesse foco da discussão do que é morte encefálica, porque ele só veio a falar em morte encefálica agora, há pouco tempo, temendo as conseqüências do que podia acontecer a ele, tá certo? No início, ele pautou a denúncia em dizer o seguinte: tirou os órgãos de quem estava com o coração batendo e respirando, que é uma coisa pra enganar a quem não entende do assunto. O senhor me desculpe se eu entrei em tecnicismo aqui pra falar, porque eu procurei evitar ao máximo isso. É que alguns Deputados são colegas e eu falei algumas coisas técnicas mais voltadas a eles, mas eu tenho a maior boa vontade e a melhor das intenções de procurar traduzir isso para o leigo. Foi o que eu tentei fazer quando expliquei ao Deputado aqui a questão do prazo. Por que as nefrectomias eram feitas à noite? Quem fez as nefrectomias fui eu, que era professor, Chefe de Medicina Social do INAMPS, tinha meu consultório etc. O paciente já estava com a morte encefálica constatada desde manhã. Já estava tudo pronto, mas eu só vou poder retirar à noite. Então, mantenha o cadáver na UTI. Eu vou chegar à noite e tirar. Esses conceitos, essas idéias, o senhor não tem não por uma questão de ignorar, porque alguns médicos até ignoram isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não, já aprendi, já sei.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Alguns médicos até ignoram isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não sei fazer, mas já aprendi aqui na CPI.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Mas é conceito que até pra alguns médicos não é tão corriqueiro.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Então, eu tentei trocar isso em miúdos para o corriqueiro, pra mostrar que o problema da denúncia tem coisas ilógicas em si, não é só o critério técnico. Além disso, o procedimento do denunciante é irracional em si e também muda. A cada vez que ele fala disso, ele



muda a denúncia, ele inova, ele fala uma coisa, da outra vez ele acrescenta mais uma, da outra vez ele acrescenta mais uma, a última que ele fez em juízo...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Doutor, mas ele está sendo feliz, porque o processo se arrasta...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É óbvio.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - ... e a Justiça está dizendo que os senhores são culpados, até que provem o contrário, o que parece que está difícil.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - A Constituição o senhor jurou, no dia em que nós tomamos posse, defendê-la. Nós não podemos fazer um prejulgamento. V.Exa. está fazendo.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Está colocando como se eles fossem culpados. Enquanto não existir sentença transitada em julgado — eu não sou advogado...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sim, mas eles são indiciados.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ... o senhor não pode chamar...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eles são indiciados.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Indiciado.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - São indiciados.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - São indiciados, mas têm o amplo direito de defesa que tem a nossa Constituição. V.Exa. não pode julgá-los culpados.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sim, mas aqui eu tenho que tratar como tal. Eu tenho que ouvir pra levantar não como... Mas ele aqui está respondendo a uma acusação, e a CPI procura levantar de fato que tem. Não é alisar, não é pentear. Nós estamos aqui para descobrir a realidade, senão não há um relatório. Ou nós vamos fazer o que temos ou ninguém descobre. Nós não estamos aqui porque ele é médico, porque ele é professor, porque ele é seu colega ou porque está aqui. Não, nós estamos aqui é pra levantar...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu também, nobre colega...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Está sob juramento.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Estou com a mesma disposição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Então, ajude.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Só que eu entendo que V.Exa. não pode fazer um prejulgamento. V.Exa. é o Relator, e o Relator junto ao Presidente são as duas pessoas mais importantes da CPI.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu não disse que ele está preso. Eu disse que ela está indiciado.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - V.Exa. não pode, na sua fala, já fazer um prejulgamento. Isso é ruim. Nós estamos aqui também. Eu estou aqui como o colega médico, mas não estou aqui pra fazer corporativismo nenhum. Aliás...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Deputado, eu sou responsável pelas minhas palavras. Eu não preciso de defesa. Eu agradeço. Sou responsável pelas minhas palavras. Eu não julguei a Justiça e nem disse que ele é culpado. Ele é indiciado.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Aliás, eu gostaria que a gente pudesse contribuir. Desde o primeiro momento, estamos aqui para contribuir.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu não julguei a Justiça e nem disse que ele é culpado. Ele é indiciado, com mais quatro, com provas existentes no processo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Nós estamos aqui para contribuir efetivamente, para melhorar o sistema de transplante.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Então, o problema é esse: é que os senhores vêm, no lugar de ajudar o processo da CPI, os senhores vêm fazer defesa aos médicos. Infelizmente, aqui, os denunciados são médicos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Nós estamos dando oportunidade... *(O microfone é desligado.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pastor Pedro Ribeiro e Deputado Geraldo Resende. Deputado Geraldo Resende, o Pastor Pedro Ribeiro está com a palavra. Se V.Exa. quiser pedir pela ordem ou um aparte, ele vai conceder, mas ele é o Relator, ele aguardou até este momento para fazer uso da palavra. Então, eu queria que V.Exa. aguardasse a interpelação do Relator. Depois eu vou conceder a palavra e V.Exa. tem direito ao uso da palavra.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Então, Sr. Presidente, os indiciados não são trazidos para darem palestras sobre medicina ou qual seja a profissão deles. Eles vêm aqui para responder a um processo ou ser testemunha de um caso que estamos analisando. Acho que o nosso comportamento aqui deveria ser estudar os processos, os problemas e até ganhar muito tempo. Nós passamos 5, 6 horas... Eles mesmos tinham que voltar às 18h e não podem, porque a gente aqui fica ajeitando, perguntando, fazendo ilações sobre a profissão. Aí eu, que quero conduzir para o levantamento do processo, não posso, mesmo sendo Relator. Então, meu amado, eu espero as suas colocações, eu tolero o tempo que os senhores passam fazendo palestra médica por educação. Além do mais, eu sou responsável pelo que digo. Eu não disse que ele é culpado, eu não disse que ele tem que ser preso. Eu disse que o culpado deve ser preso e eu disse que eles estão arrolados em um processo. O Ministério Público os indiciou para responderem ao processo, para responderem sobre isso. É isso o que eu disse, e é a pura verdade. Então, nós não podemos tê-lo aqui, olhando, pela *performance* que ele tem, e dizer que é inocente. Nós não podemos dizer também que ele é inocente. Então, vamos tratá-lo como alguém que vem responder aqui, perante nós, nesta CPI... Eu sempre tenho dito: é Comissão Parlamentar de Inquérito. Outro dia, alguém reclamou: "Vocês estão inquisidores." Aqui não é uma inquisição. Nós estamos inquirindo, a não ser que não se conheça a palavra. Então, tenho que inquirir o cidadão, e é com todo o respeito que o faço, inclusive reconhecendo o gabarito, e disse aqui, que eles têm, mas não é por causa disso que eu vou me curvar dizendo: "Doutor, o senhor é uma beleza, é um santo. O senhor, com seu aspecto, nunca faria isso." O que eu conheço na história não é isso. O que eu conheço é que ele, mais três, fizeram misérias dentro daquele hospital, e existem processos que estão sendo julgados por isso. Então, eles vão ter oportunidade...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não, eu estou dizendo que é o que está escrito nos autos do processo. Então, isso vai ser feito. Então, doutor, é isso o que eu queria dizer. O senhor estava falando sobre... Eu até me perdi. O que o senhor estava falando? Era sobre as colocações da questão médica. Então, nós temos mais dois para ouvir, mais dois colegas seus que estão aí. Causa-me espécie ver que todos chegam e o que fazem é só jogar a culpa em cima do médico, do



colega. É a primeira vez que eu vejo aqui um colega desprestigiado, porque sempre cada médico aqui prestigia o outro. Eu sei que o senhor tem razão. O senhor não vai defendê-lo porque ele está lhe denunciando, mas eu queria essa reflexão: como pode um médico só, no mesmo nível dele, ser tão poderoso. Até hoje esse processo, mesmo tendo sido guardado durante anos e anos, levanta-se ainda com o mesmo espírito, indo até o Ministério Público e não os inocentando, ainda os conduzindo a um julgamento? É isso o que a gente tem que refletir. A gente tem que pensar. Ou a gente pensa assim para descobrir a verdade, Dr. Geraldo Resende, meu ilustre Deputado, ou nós vamos aqui só ficar fazendo o quê? Perdendo tempo. Ou então nós vamos fazer aqui palestras sobre transplante na Nação. Então, a gente pode criar uma Frente Parlamentar para ouvir sobre transplante na Nação. Não é uma CPI.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Sr. Deputado, o senhor me permite?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Pois, não.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Sr. Deputado, de modo algum eu estou aproveitando o microfone para falar mal do outro colega. Aliás, eu, em primeiro lugar, não deixei de responder. Tudo o que me foi perguntado eu respondi da melhor maneira, da maneira que eu achei melhor. Infelizmente, pode não ter agradado a todos. Segundo lugar, eu só entrei no mérito dos motivos pelos quais esse denunciante agiu dessa ou daquela forma por pergunta de algum Deputado, não foi por minha livre e espontânea colocação, e até evitaria isso. Terceiro lugar, eu só vou manifestar um reparo ao que o senhor falou, que eu não fiz barbaridade nenhuma em hospital nenhum. Então, até que a Justiça diga se eu sou assassino ou homicida, eu não permito nem que o senhor, como Deputado, faça isso. O senhor me desculpe, mas eu tenho que colocar isso. Aliás, a respeito do Judiciário, só para passar às mãos do nobre Presidente, tenho uma cópia do recurso, do memorial que resume toda a questão que está no Tribunal de Justiça, para evitar que... É muito longo, muito extenso, já temos muito tempo de depoimento, não daria para mim, mas tem todo o resumo disso, para que, se os senhores tiverem interesse de conhecer o outro lado da questão que está colocado na Justiça, porque o lado do Ministério Público já foi apresentado, temos aqui o outro lado para os senhores terem a informação completa e detalhada.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sr. Rui Sacramento, o senhor conhece a Belmira Angela Bittencourt?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Belmira, conheço.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Quem é ela?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ela é uma enfermeira do Hospital Santa Isabel. Era, não sei se continua lá.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Ela trabalhou no hospital, na época do senhor?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Trabalho no hospital, lá. Ela talvez trabalhe ainda, não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Qual era a função dela?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ela é enfermeira.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Ela tinha algum cargo na enfermaria.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ela ocupou várias funções lá dentro. Eu não sei...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Ela foi chefe de enfermagem lá?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Chefe de enfermagem eu acho que não, ela foi chefe de algumas áreas. Eu não sei dizer se foi chefe geral da enfermagem, porque é um hospital grande. Então tem muitas funções lá.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor já, no exercício de sua profissão ou de seus cargos, que o senhor ocupou, o senhor já tomou alguma iniciativa que a houvesse prejudicado?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Eu conheço assim só profissionalmente, não tenho contato pessoal com ela.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Já teve algum problema com ela, algum desafeto?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Que eu me lembre, não. Ela, depois, inclusive, ela fez um depoimento. Nesse processo tem os depoimentos dela. No processo criminal tem as declarações dela todas.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - E qual é a posição dela no processo?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Deixe eu ver, espere aí. Aqui. Depôs na Delegacia de Polícia de Taubaté, em dezembro de 97. Está aqui. Eu posso passar para o senhor a íntegra do depoimento dela, se o senhor quiser.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sim.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Certo.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor conhece a Rita Maria Pereira?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Rita Maria conheço também.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Ela trabalhava no hospital?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ela trabalhava. Acho que está aposentada, se não me engano. É uma pessoa... Ela era auxiliar de... atendente.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Mais ela trabalhou como enfermeira?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Trabalhou...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Ela trabalhou como enfermeira também lá no hospital?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, não, ela não é enfermeira. A Belmira é enfermeira. A outra ela é uma auxiliar não graduada lá, uma atendente de enfermagem, que é uma função que agora já não existe mais, porque agora tem que ter curso de auxiliar de enfermagem e ela não tinha.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu vou passar uma fita para o senhor dar uma analisada, uma fita de vídeo, só para o senhor fazer um comentário em cima da fita.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Belmira era enfermeira na época do senhor?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É, a Belmira. É para comentar o filme?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que ela teria ali motivo, algum motivo... O senhor causou algum problema a ela, algum prejuízo que ela teve com a atuação do senhor para que pudesse dar aquela declaração ali, agora?



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, desconheço totalmente o motivo para ela fazer isso. Mas tenho aqui o depoimento dela feito a esse Delegado que aparece, Dr. Roberto Martins de Barros, que fala uma mentira ali, disse que não conhecia o depoimento dela, está aqui o depoimento colhido por ele na Delegacia, que não diz nada daquilo que ela falou. Tem que perguntar a ela, porque...

(Não identificado) - Sr. Presidente, peço para ler alguma parte mais importante que o senhor acha do depoimento dela.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - O depoimento dela na informativa disse que teria conversado com alguém, que falou que deixava a artéria babando, e o Delegado Roberto Martins de Barros disse ali, ao vivo e em cores, que não conhecia o depoimento dela. Esse depoimento aqui, colhido na Delegacia, aos 26 de novembro de 1987, na Delegacia de Polícia de Taubaté, pelo Dr. Roberto Martins de Barros, Delegado de Polícia, depoimento da Dona Belmira Ângela Bittencourt, não fala nada disso. É um termo longo, se quiser eu posso ler todo aqui para o senhor, mas não tem nada disso. Um apartezinho. A declarante trabalha no Hospital das Clínicas há dez anos, durante esse período exerceu função de Supervisora...; que no ano de 1986 foi implantado no hospital a realização de nefrectomias em pacientes comatosos com a finalidade de ser transplantado tal órgão em pacientes necessitados; que a declarante não recebeu nenhuma orientação da administração do hospital com referência à realização de nefrectomia para transplante; que apesar de enfermeira chefe, recorda-se de ter apenas participação efetiva na nefrectomia realizada no paciente Hélder McDowell Faria; que não se recorda do nome dos demais pacientes, inclusive o número exato de nefrectomias; que no caso específico do Hélder a declarante apenas teve participação como supervisora do centro cirúrgico, não tendo procedido a nenhuma anotação no prontuário do paciente; que recebeu explicações do Dr. Rui Sacramento de estar o paciente com morte cerebral, explicando ser o quadro clínico desse diagnóstico baseado na cessação das ondas cerebrais e na ausência de reflexos; que a declarante se recorda de ter sido encaminhado o paciente para se submeter à nefrectomia no final do ano passado, mais precisamente em dezembro; que ele estava na UTI, foi removido para o centro cirúrgico, foi auxiliada sua respiração pelo aparelho denominado Ambu, que funciona manualmente; que Hélder já estava no centro cirúrgico, foi auxiliada sua respiração pelo aparelho conhecido como “carrinho de anestesia”, que não foi usado de



anestesia, sendo apenas ventilado; que o carrinho pode ser usado para anestésiar pacientes ou apenas para ventilação; que pode ser usado também concomitantemente para anestesia e ventilação; que observou que não pôde constatar Hélder com respiração artificial, pressão 8 por 6, estando com soro com o medicamento Revivan para manter a pressão e sem reação a estímulos externos; que a declarante não se recorda de ter sido usado medicamento anestésico para realização da nefrectomia; ao ser mostrada à declarante a nota do centro cirúrgico do material usado na cirurgia, confirmou o uso do medicamento Alloferine; que tal medicamento usa substância relaxante e não anestésica, e que no entender da declarante, face sua larga experiência e ser enfermeira de nível superior, considerou que o paciente estava com morte cerebral, apenas com vida vegetativa, que por esse entendimento se baseia estar o paciente respirando por meios artificiais; que apesar de ter exposto seu entendimento sobre morte cerebral, não sabe justificar a razão de ter sido utilizada a substância conhecida por Alloferine; que a declarante, apesar de ser supervisora do centro cirúrgico, não leu o prontuário do Hélder, razão pela qual não sabe informar a existência de anotação de estar tal paciente reagindo ou não a estímulos dolorosos; que não participou até o final da cirurgia; que já teve oportunidade de participar de outras cirurgias não específicas, do tipo da nefrectomia, para realização de transplantes; que, com relação à cirurgia de Hélder, apesar de não participar até o final, foi informada pelo Dr. Rui Sacramento que, após a realização, os aparelhos externos foram desligados, cessando, assim, atividades cardiorrespiratórias; que, normalmente, nesses casos, após ser desligado o aparelho, é procedida a anotação no prontuário do paciente do seu óbito, sendo mencionada a hora exata; que não é procedida anotação no prontuário do paciente da menção desligando o aparelho; que, no caso específico de Helder, a declarante preparou o centro cirúrgico e tinha conhecimento de ser a nefrectomia com o objetivo de futuro transplante de órgãos retirados para pessoas necessitadas; em razão disso, foi providenciada uma caixa de isopor e gelo para conservação dos órgãos; que a declarante recorda de terem participado do ato cirúrgico o Dr. Rui e o Dr. Pedro e, após a cirurgia, o Dr. Pedro procedeu ao preparo para o transporte dos rins de Hélder, ou seja, acondicionamento dos órgãos na caixa de isopor com gelo; que a declarante não sabe o destino dado a tais órgãos; que a declarante não tem conhecimento de ter sido entregue a caixa de isopor com órgãos para um policial



rodoviário; que, durante o período em que esteve no centro cirúrgico, não viu o Dr. Gil, anestesiologista; que consta na anotação anestesia geral; que não ficou surpresa com a anotação, isto por não entender, mesmo apesar de ser enfermeira com nível superior; que a declarante não sabe explicar se há ou não contradição em estar o paciente Hélder com morte cerebral e a anotação já mencionada com o nome do Dr. Gil e anestesia geral; que a declarante não sabe se Hélder foi vítima de crime e se encontrava com traumatismo crânio-encefálico; que não teve contato com familiares do paciente Hélder; que normalmente quem faz certos contatos é a supervisora do hospital, não se recordando do nome da citada supervisora; que normalmente o hospital...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deixe-me interromper o senhor, só para encurtar o tempo?

Qual é o nome do paciente aí?

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Hélder MacDowell...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tá. Nesse caso, não vou nem entrar em detalhe com o senhor, porque o senhor não está respondendo processo pela morte do Hélder. O senhor está respondendo processo é pela morte de José Miguel da Silva, Alex de Lima, José Faria Carneiro e Irani Gobo. Não tem nada a ver esse caso.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Tá bom. Então... Eu estou falando a declaração dela, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A declaração dela aí não é sobre o Hélder. Ela não falou que foi com o Hélder que aconteceu isso.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Bom, a única declaração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Entendeu, Deputado Geraldo Resende? A declaração dela não foi referente ao Hélder. O processo que eles respondem é pela morte de José Miguel da Silva, Alex de Lima, José Faria Carneiro e Irani Gobo. Nesse caso aqui, vocês nem foram citados.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Então, mas ela declara aí que foi esse que ela conhece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, ela declarou ali... Ela não citou o nome.



O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Ah, bom. Então, infelizmente, não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela falou que houve casos ali — ela falou, na primeira fala — que os pacientes estavam com estímulos, estavam com dor, estavam se mexendo, e ela alertou o senhor, os médicos que estavam lá fazendo a cirurgia. Ela disse ali à enfermeira chefe, que espero seja uma pessoa que tenha conhecimento ou noção pelo menos do que acontece dentro ali do setor. Ela disse: *Olha, ele está mexendo, ele está vivo.*

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, deixa eu explicar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele acabou de retirar o órgão e disse: *Não, nós vamos cortar as artérias dele, deixar sangrando aí, que aí ele morre de (inaudível).*

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Não, o senhor está misturando os 2 depoimentos. A enfermeira é a segunda que falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Belmira.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - E falou só a questão de... Falou que ia deixar a artéria babando lá. É só isso que ela falou. A outra que falou é uma auxiliar que... Tem até um pouquinho de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas todas...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Se tiverem oportunidade de ouvir a outra... Acho até que devem ouvir. Com toda a sinceridade, acho que os senhores devem chamar, ouvir pessoalmente, conversar com ela. Conversem com as duas. Tenho a impressão de que... O meu interesse é que os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Comissão vai ouvir as duas.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Tenho interesse de que ouçam todo mundo, diretamente, porque não estou aqui para dizer, para afirmar alguma coisa que eu não possa confirmar. Eu só posso afirmar dos meus atos, e esses eu posso comprovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, Dr. Rui Sacramento, nós queremos, neste momento, pelo avançado da hora, dar por encerrado este depoimento. Nós vamos continuar tomando depoimento dos demais depoentes convocados para a sessão deste dia. Agradecemos a participação ao senhor.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Só para eu poder, até para me esclarecer enquanto médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ... ouvi o depoimento de uma das enfermeiras — de uma das enfermeiras ou auxiliar de enfermagem —, em que ela faz — todo mundo assistiu —, em que faz: o corte foi aqui. Onde é feita a incisão, ou o corte, para o pessoal entender, para fazer uma nefrectomia? Porque eu a vi citar. Pode passar o vídeo ali que...

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - É no abdômen, não é no tórax. Até isso é inverossímil ali na declaração dela. Mas tudo bem.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu acho que ou ela fez assim, ou ela esqueceu.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - A meu ver, aquilo é inverossímil. É por isso que eu prefiro que traga a pessoa e ela fale pessoalmente aqui. É uma coisa que não se sustenta. Essas afirmativas são claramente inverossímeis então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Comissão tem requerimento para convocar as duas enfermeiras para vir aqui. E nós vamos ouvir as duas enfermeiras, vamos ouvir o delegado e esclarecer esse assunto. Nosso objetivo é apurar as denúncias. Agradecemos a participação do senhor aqui e queremos dizer que se esta CPI entender que teremos oportunidade de ouvir ou devermos ouvi-lo oportunamente, vamos novamente convocá-lo para prestar esclarecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito. No mais, Muito obrigado e Deus o abençoe.

O SR. RUI NORONHA SACRAMENTO - Muito obrigado. Amém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Enquanto o próximo depoente está sendo conduzido até à sessão, peço autorização do Plenário para que façamos uma inversão de pauta, para votar estes dois requerimentos, Deputado Geraldo Resende, e votá-los enquanto o depoente não chega à reunião.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, é patente a falta de *quorum* para votar os requerimentos. Então, acho que podemos postergar para uma próxima sessão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quorum para votação, Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Então, eu gostaria que houvesse votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos aguardar, então. Está retirada a solicitação. V.Exa., Deputado Geraldo Resende, poderia colaborar com esta Comissão. V.Exa. viu o médico dizer que é importante ouvir as enfermeiras, e acredito no seguinte: que V.Exa. pode colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito. V.Exa. sabe que é regimental a votação de requerimento. Temos *quorum* para votação. A manobra utilizada por V.Exa. impede a convocação da enfermeira.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente eu gostaria de dizer que qualquer Parlamentar, a qualquer momento, pode solicitar. V.Exa., como Presidente, tem que saber disso claramente. Não estou querendo que as enfermeiras, as auxiliares de enfermagem não venham depor, estou solicitando mais *quorum* para que possamos ter *quorum* legítimo, com a presença dos Parlamentares. Creio que seria até de bom alvitre que passássemos o depoimento dos convocados de hoje para amanhã ou para depois de manhã, devido ao adiantado da hora. Gostaria que os outros colegas estivessem aqui para discutir a questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os outros colegas estão cientes da convocação, e acredito quer eles deveriam estar aqui. Estamos aqui desde às 14h. Fomos convocados, estamos participando dos depoimentos. V.Exa. tem conhecimento de que é regimental a votação do requerimento. Temos *quorum* para isso. E a manobra utilizada por V.Exa. de pedir votação nominal é regimental, mas impede a vinda das enfermeiras aqui.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Fazendo manobra? Estou somente solicitando mais quorum. E eu gostaria que V.Exa. retirasse essa expressão “manobra”, porque é um termo inadequado para um condutor na Presidência de uma CPI. Estou utilizando o Regimento Interno, que estabelece que a qualquer momento, qualquer Deputado de qualquer CPI ou de qualquer Comissão pode solicitar a votação nominal de qualquer proposta tramitando aqui. V.Exa. está usando um termo inadequado para um condutor de uma CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - V.Exa. tem razão. É regimental sim, mas se V.Exa. quisesse colaborar com a CPI, votaríamos o requerimento da votação das enfermeiras hoje, porque temos *quorum* para votar.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Mais uma vez volto a pedir que V.Exa. tenha isenção, que deve caracterizar um Presidente de uma CPI. Acho que V.Exa. não contribui para o bom andamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se a qualquer momento, V.Exa., por uma outra razão, se sente desconfortável, simplesmente impinge a algum Parlamentar aqui um tipo de conduta que não é próprio. Se alguém está desde o início aqui, gostaria, e está até às 8 horas, às 20 horas, é porque quer que esta CPI vá para frente. E a gente, inclusive, tem feito esforço imensurável para estar presente aqui, apesar das inúmeras atividades que exercemos nesta Casa.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Relator, Pastor Pedro Ribeiro.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu queria até, Deputado Geraldo Resende, como um elemento conciliador do nosso entrevero, há poucos minutos, que V.Exa. condescendesse, já que V.Exa. sabe que, infelizmente, acontece em reuniões de Comissões, reuniões de CPs, de os companheiros virem dar presença, oficializarem o *quorum* e saírem, nem sempre sendo a reunião conduzida pelo número que assinou. Então, que V.Exa. condescendesse e permitisse que votássemos, para que a gente não postergue a vinda das enfermeiras e que fosse aceito sem ser nominal, que V.Exa. retirasse esse pedido para a gente caminhar. É como um braço estendido do nosso entrevero, há poucos minutos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Olha, eu não tive entrevero, eu tive uma discussão, que é normal no Parlamento. E gostaria de dizer para V.Exa. o seguinte: estou a fim de colaborar, só que entendo que nós precisamos de, nesse intervalo, conversarmos todos nós, fazer uma convocação para a gente conversar acerca do encaminhamento da Comissão Parlamentar, e, assim, termos algum desfecho. E nesse intervalo nós podemos, inclusive, discutir a questão dos próprios requerimentos. Eu, a princípio, mantenho a posição de pedir verificação de *quorum* pela votação nominal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos aguardar a introdução do próximo depoente. (*Pausa prolongada.*)

Dando continuidade à oitiva de testemunha, convidamos o Dr. Mariano Fiore Júnior a prestar juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - “Apesar de estar sendo processado, faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O art. 342 do Código de Processo Penal diz que o depoente que fizer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete, em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral estará sujeito às penas cominadas no art. 210 do Código de Processo Penal.

Dr. Mariano Fiore Júnior, V.Sa. foi convidado por esta Comissão para prestar depoimento a respeito dos fatos ocorridos na cidade de Taubaté, onde V.Sa. e mais 3 médicos foram arrolados em um processo e foram indiciados pelo delegado de polícia e foram pronunciados pelo Ministério Público e pela justiça de Taubaté no caso que envolve a morte de 4 pacientes no Hospital de Taubaté, alguns anos atrás. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi criada para investigar o tráfico de órgãos humanos no Brasil, a partir de um outro crime ocorrido em Franco da Rocha, achou por bem, então, ouvir o seu depoimento, até para que V.Sa. tenha oportunidade de apresentar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos naquela cidade e naquela época.

Concedo a palavra agora a V.Sa., pelo tempo de até 20 minutos, para explanar sobre o assunto. Logo em seguida, os Parlamentares farão uso da palavra, interpellando o depoente. Com a palavra, então, o Dr. Mariano Fiore Júnior.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Quero agradecer a convocação feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito de Tráfico de Órgãos para podermos esclarecer isso perante a sociedade, orando a Deus que tudo transcorra normalmente, esperando que eu possa esclarecer, de modo concreto, tudo que inquirirem. Na cidade de Taubaté naquela época, eu era neurocirurgião do Hospital Santa Isabel, de clínicas, e tratávamos de pacientes extremamente graves, porque era o único centro neurocirúrgico da região, uma microrregião relativamente importante, com aproximadamente 800 mil pessoas, e tinha um grande número de pacientes



lesionados cerebrais, ora de trauma, ora de outras patologias que adentravam com tratamento, e o índice de pacientes que iam ao êxodo letal por esses traumatismos e lesões cerebrais era muito grande. Uma equipe de uronefrologia da Universidade de São Paulo nos solicitou que quando estivéssemos diante de um quadro de um paciente de morte encefálica — fazíamos muito esses diagnósticos —, poderíamos avisá-los para que providenciassem ou tentassem fazer a captação de órgãos para implante em pacientes, porque eles estavam tentando criar um serviço de transplantes renais na cidade de Taubaté. Nós aceitamos essa situação e, buscando na literatura nacional e internacional, e principalmente numa experiência pioneira do São Paulo Interior Transplante de Ribeirão Preto, que tinha um guia de como se deveria proceder um diagnóstico e na instrumentação dos prontuários com a morte encefálica, procuramos estudar de várias maneiras, inclusive criando dentro da faculdade de medicina, onde sou Professor de Ética e Medicina Legal, criando até dentro de um Congresso Médico Universitário, convidando alguns palestrantes de São Paulo para tecer comentários sobre mortes encefálicas, transplantes, como se faz o diagnóstico de morte encefálica. Tudo isso foi criado e orientado nesse sentido. Só depois dessas condições de ter estudado toda a documentação desse setor, é que começamos a informar à equipe de uronefrologia os pacientes que se encontravam com morte encefálica. Estou à sua disposição para as perguntas.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Dr. Mariano, boa noite.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Boa noite.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Quando foi implantado o sistema de transplante, o primeiro esforço, a primeira tentativa para esse sistema funcionar e efetivamente retirarem os órgãos, isso foi esforço inicial do Dr. Roosevelt Kalume ou ele nunca foi envolvido nesse esforço?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Aí eu não sei, eu sou neurocirurgião. Eu não tenho idéia nenhuma disso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor falou que havia esse esforço lá em São Paulo...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Em 1986, a equipe de uronefrologia do Hospital Universitário nos procurou para que lhe informássemos dos pacientes que se encontravam em morte encefálica, se isso seria possível, e proceder uma



instrumentação nos prontuários que determinasse esses fatos. Só isso é que eu sei, agora, como se formou, por que se formou, eu não tenho idéia nenhuma disso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor clinicava, ensinava na faculdade e trabalhava no Santa Izabel desde o início? A partir de quando o senhor trabalhava lá?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu me formei na Faculdade de Medicina de Taubaté, então eu trabalho, estou desde 1970 dentro de Taubaté. Tenho 29 anos de formado. Formei-me em 1975, fiz residência lá, depois no exterior em outros lugares, mas minha situação é que trabalho no Hospital Santa Izabel, sempre trabalhei, desde que ele foi criado.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sei. E quando foi implantado o sistema de transplante? Em que ano?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu também não posso dizer isso para o senhor. O que eu sei é que nós fomos procurados em 1986 para que informássemos os pacientes que estavam em morte encefálica.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Procurado pela cidade de São Paulo?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, desculpe, eu não entendi a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Lá em Taubaté?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Lá em Taubaté.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Em mil e novecentos...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - E oitenta e seis.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - 1986. Certo. Foi alguém de fora para ajudar a implantar esse sistema, instruir?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Isso eu não posso responder para o senhor, isso não faz parte da minha alçada. Eu sou neurocirurgião. Eu só sei dizer para o senhor... Eu luto pela vida do paciente. O meu interesse é o seguinte: que o paciente sobreviva o máximo possível que eu conseguir.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Tudo bem, mas o senhor é da equipe de transplantes?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, eu sou neurocirurgião. Neurocirurgião não é da equipe de transplantes.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não participa hora nenhuma? Por que o senhor está arrolado nesse processo?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu estou porque eu fiz o diagnóstico de morte encefálica.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo. Então, certamente o senhor laborava, participava, atendia os médicos envolvidos nos transplantes, ou não?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, eu informava os médicos... Nem eu que informava, o intensivista me chamava. Ele já tinha feito o diagnóstico da morte encefálica. Ele me chamava para eu confirmar isso neurologicamente, só isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo. E quais eram os médicos na época, além do senhor?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Neurocirurgiões?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Neurocirurgiões, nefrologistas e urologistas, a equipe do hospital?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - A equipe de uronefrologia eu conheço porque eu... Naquele tempo eu não trabalhava nem no Hospital Escola; naquele tempo, eu conhecia o Dr. Rui Sacramento, que é urologista, e o Dr. Pedro Torrecillas, que é nefrologista, mas conhecia que eles trabalhavam. Daí eles me falaram que foi implantado um serviço, me mostram a documentação do serviço de saúde do município, das autorizações que eles conseguiram para iniciar esse tipo de serviço lá e me perguntaram se eu podia avisá-los quando o paciente estava em morte encefálica. Eu, o Dr. Antônio Aurélio e o Dr. Costardi, que eram os três neurocirurgiões que trabalhávamos no Hospital Santa Izabel.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sempre que tinha necessidade dessa, eles convidavam um dos senhores?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Para confirmar esse diagnóstico.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Quando o intensivista fazia o diagnóstico da morte encefálica, ele telefonava para mim e: "Olha tem um paciente com diagnóstico de morte encefálica que pode ser um potencial doador."

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo.



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - “Então, eu precisaria que você avaliasse e fizesse o prontuário desse paciente, marcasse todos os dados plausíveis para o diagnóstico na morte encefálica para documentar o fato.”

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Nesse tempo,...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Olha, desculpa, mas eu não só fazia... Não eram só os doadores. Os indivíduos também... Existiam muitos pacientes que tinham morte encefálica que não foram nem doadores, a gente fazia diagnóstico de morte encefálica...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Em geral.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Muitas vezes, muitas vezes, e continuamos a fazer, porque acontece o seguinte: chega uma hora em que, infelizmente, o mal subjuga a saúde e nenhum médico está preparado para a morte. Eu acho que quando um médico começar a se preparar para a morte e achar que a morte é coisa natural ele tem de deixar de ser médico. Nós estamos preparados para lutar pela vida. Mas, infelizmente, o neurologista e o neurocirurgião tem uma hora que eles têm de dizer se o indivíduo está vivo ou não está morto.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo. Então, o senhor lembra naquele... porque funcionou durante alguns anos, quantos transplantes foram feitos lá nessa época em Taubaté?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não tenho a mínima... Se o senhor perguntar para mim, eu vou dizer para o senhor que eu li depois, na imprensa, e li depois no coisa o que que aconteceu, mas eu nem sabia, nem sei como faz um transplante, eu nunca entrei numa sala para captação de rim e nunca entrei numa sala para fazer transplante renal, não tenho nem idéia de como se faz.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sei. Agora, para esse caso desses quatro pacientes — Sr. Presidente, aquele papel que lhe dei que tem aqueles quatro nomes, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esse aqui?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Obrigado. No caso que nós temos aqui.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - São quatro... eu funcionei...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Quatro nomes.



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - ...como neurocirurgião em três pacientes, é isso que o senhor quer saber.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - José Miguel da Silva...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - José Miguel da Silva, Alex de Lima...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Alex de Lima.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - E Irani Gobo.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Irani Gobo e José Faria Carneiro.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Esse eu não funcionei como neurocirurgião.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não, não é? Só os três primeiros?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Só os três primeiros.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Muito bem.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Agora, o senhor quer saber por que eu funcionei neles?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Seria bom.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Porque eu estava de plantão. Eram três neurocirurgiões: eu, Dr. Aurélio e o Dr. Costardi. Só que quem cobria a escala de plantão era eu e o Dr. Aurélio, o Dr. Costardi tinha pedido para se afastar dos plantões por motivos particulares.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Quaisquer plantões ou era nos plantões noturnos?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eram plantões de 24 horas. Como funciona uma escala de plantão a distância? É o seguinte: é uma equipe de neurocirurgia, que não é uma equipe, eram dois neurocirurgiões, que eles chamavam quem estava numa escala. Então, tinha uma escala, eles ofereciam uma escala, o hospital. O hospital referendava essa escala, então, éramos empregados do hospital tecnicamente. Ele chamava quem estava de plantão.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Nesta época, o senhor recorda quem era o Diretor Clínico do hospital?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Dr. Jorge Miguel Kater.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Gostaria de saber quando, se o senhor lembra, começou a participar da equipe ou da diretoria do hospital o Dr. Kalume.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O Dr. Kalume nunca foi Diretor do Hospital Santa Isabel.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não, ele era do hospital... da faculdade... da universidade.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, ele era chefe do Departamento de Medicina na Universidade de Taubaté, nomeado pelo Dr. Natrielli, que era um dos coordenadores da... Quer dizer, foi nomeado, foi escolhido pelo reitor, mas o Dr. Natrielli que fez a opção para a escolha do Dr. Kalume.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Doutor, no caso de doadores cadáveres, quem eram os responsáveis pelo diagnóstico de morte encefálica? Quais os critérios utilizados e exames eram realizados já naquela época para este fim?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Os exames são muito semelhantes aos de agora. Naquele tempo, existiam critérios universalmente consagrados. O São Paulo Interior Transplantes tem um caderno onde especifica os aspectos legais, a legislação federal daquele tempo e os critérios adotados universalmente. Então, quem fazia o diagnóstico era o médico intensivista e ele nos chamava para uma confirmação neurocirúrgica, porque o neurologista e o neurocirurgião têm mais vivência nos casos neurológicos do que o intensivista. Não que o intensivista não sabe. Sabe e sabe até mais, e sabe muito disso daí. Então, quais são os critérios? Então, existe uma série de critérios que são critérios clínicos e critérios de exames complementares. Os critérios clínicos são realmente os critérios que interessam, os critérios de exame complementar são aqueles que complementam o diagnóstico mas não dão o diagnóstico. Vou explicar isso para o senhor de uma maneira bem simples. Existem alguns trabalhos, na Literatura Mundial, onde indivíduos mortos, então, não ligados a aparelhos, são submetidos a angiografia cerebral e se enche toda a cavidade vascular com injeção de contraste. Então isso é possível, dependendo da força que você coloque na bomba.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Isso é um neurocirurgião que faz isso.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Normalmente, naquele tempo, era um neurocirurgião, hoje, não se faz mais isso. Existem alguns países no mundo que o critério de morte encefálica é estritamente clínico, como a Holanda, Inglaterra, França. E existem países onde os critérios são eminentemente eletroencefalográficos, como nos Estados Unidos até hoje. Sabe o que é um critério eletroencefalográfico? É fazer um exame elétrico no cérebro, que mede 1 centímetro do córtex cerebral. Os americanos até hoje diagnosticam morte encefálica com eletroencefalograma. Não diagnosticam, eles confirmam o diagnóstico, para instrumentar a indicação clínica. São coisas muito diferentes.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Dr. Mariano, no caso desses pacientes, o senhor usou qual tipo de exame?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Para isso, preciso explicar o que nós optamos. Nós fizemos, naquela época, baseado no São Paulo Interior Transplante, buscando nos critérios que eles tinham, nós montamos o esquema para os critérios de diagnóstico de morte encefálica que poderiam ser aplicados lá, com o que a gente tinha lá. Critério clínico a gente tem, com o neurologista e o intensivista. Então, não era problema.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Critério suplementar, nós faríamos uma angiografia nos pacientes que tinham menos de 12 horas de coma neurológico, estabelecido como coma de passé. Coma de passé, na verdade, é a morte encefálica. Naquele tempo, não se chamava encefálica, chamava-se cerebral. O entendimento é encefálico, mas a morte... todo o mundo chama... até hoje ouço falar, em plenário, cerebral, mas na verdade é morte encefálica. Por quê? A morte do córtex cerebral é a morte vegetativa. Temos alguns casos espalhados, Mary Queen, nos Estados Unidos, Anne Queen, não sei, uma americana que viveu muito tempo, 18 anos com uma superdose. O magistrado permitiu que se desligassem os aparelhos, mesmo assim ela sobreviveu. Isso é uma morte cortical. Agora, morte de tronco encefálico é uma morte definitiva. Por quê? Porque o tronco encefálico é que controla a respiração, a frequência cardíaca, a temperatura. Tudo é controlado por isso daí. É um arquétipo que a gente tem dentro da nossa caixa craniana que



controla tudo. Por isso é que esta briga hoje do anencéfalo pode ou não, porque o tronco cerebral às vezes está preservado. Só que, mesmo que o tronco esteja preservado, se você tem morte cortical, todos os critérios cognitivos do meio exterior estão desconhecidos, ele não existe mais, ele é apenas um tronco encefálico. Mas isso não acontece. Normalmente, quando tem morte de tronco encefálico, também tem morte cortical. Então, o que fizemos? Nós criamos, criamos não, obedecemos a uma escala universalmente consagrada de critérios clínicos que nós chamamos — e eles chamam aqui — de critérios mandatórios. Então, esses critérios clínicos, primeiro, são de coma reativo. O que é um coma reativo e aperceptivo? O indivíduo não se comunica com o exterior. Se você chamá-lo, berrar, beliscá-lo, fizer qualquer coisa, ele não tem resposta motora ou nenhum tipo de resposta. Então, ele tem que ter uma inconsciência profunda com ausência de qualquer manifestação motora espontânea e/ou reativa a estímulos nociceptivos. O que são estímulos nociceptivos? Sentir dor. Auditivos? Estímulos de audição. Berrar no ouvido não adianta. Não adianta xingá-lo, não adianta fazer nada que ele não vai sair do lugar. Existem os estímulos luminosos, que são luz, e os estímulos calóricos, que são a estimulação através do ouvido. E os reflexos medulares podem estar presentes. Isso é interessante porque o indivíduo com morte encefálica pode ter um reflexo patelar. Se você bater numa coisa, ele pode estar presente e deve estar presente porque é um reflexo simples. Ele vai até a medula e volta. Agora, os reflexos complicados, como erguer um dedão, não estão presentes mais porque precisam passar pelo córtex cerebral e o tronco está lesado. Além disso, as pupilas, têm que estar midriáticas, quer dizer, têm que estar aumentadas de médio ou de qualquer tamanho, mesmo que sejam anisocóricas, uma maior que a outra, mas elas não podem ser estimuladas por luz... quer dizer, desculpa, estimuladas por luz elas não têm reação. O que acontece muito é o que a gente chama de *dolls eyes*, os olhos de boneca. Ele não tem olhos de bonecas mais. O que são olhos de boneca? Se você pegar um paciente em coma e virar-lhe a cabeça de um lado e do outro e os olhos forem para um lado, para o outro, para cima e para baixo, ele tem os olhos de boneca. A boneca faz isso. Isso significa que o tronco cerebral dele está funcionando. Então, tem que ter *dolls eyes* negativo. Ausência de reflexo (*ininteligível*). Se eu beliscar o pescoço de alguém aqui, vai aumentar a pupila. Então, é um reflexo (*ininteligível*). Ausência de reflexo corneano. Se eu bater na



córnea com qualquer coisa, ele vai piscar. Ausência de reflexo óculo-encefálica, como eu falei. Ausência de reflexo óculo-vestibular, que é injeção de água fria. Ele não vai ter estagnos, os olhos não vão mexer, não vão para um lado e para o outro. Não vai tossir se eu mexer na entubação dele. Ele não vai ter reação nenhuma. Ele vai ter apnéia permanente. Apnéia permanente — eu sei e li — é uma briga agora que está... Mas, naquele tempo, apnéia permanente era apnéia permanente consagrada universalmente. Consagrada por quem? Pela escola de Medicina de Harvard. Cinquenta e seis membros se reuniram e falaram que apnéia permanente era aquilo. Então, existe uma série disso. Baseado nesses fatos, o Conselho Federal de Medicina utiliza-se de apnéia permanente. Mas isso é uma briga agora acadêmica. Outra coisa, o coma desse paciente tem que ser estabelecido, tem que ser grave e irreversível. Ele tem que tomar um tiro no meio da cabeça, por exemplo, estar saindo massa encefálica, ou um trauma tão grave que ele não tenha reação, ou um problema endógeno tão grave, como um diabetes que pode levar à morte ou uma outra doença endógena que pode levar à morte que seja irreversível, que ele não possa retornar e tem que ter uma duração de coma. Se fosse uma duração de coma de até 12 horas, fazia-se o exame suplementar. Se tivesse mais de 12 horas, não se fazia o exame suplementar. Mas todos os casos tinham mais de 12 horas e nós fizemos o exame suplementar.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Quais foram, doutor, por favor? Desculpe minha impaciência, por causa do tempo dos senhores mesmo.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Pois é. É um assunto difícil...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Esperaram tanto tempo. Por favor, o que o senhor utilizou lá no caso?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O exame que nós utilizamos foi pulsão de carótida com injeção de contraste na carótida, para ver se o contraste subia ou não. Em todos os casos que eu fiz, o diagnóstico se assemelhava à literatura universal. Eu tenho todos aqui. Por isso é que eu acho estranho dizer que existe caso que subiu contraste. Eu nunca fiz um eletroencefalograma. O diagnóstico clínico estava firmado. Eu não precisaria fazer a angiografia porque o diagnóstico clínico estava firmado. Tudo isso foi feito e escrito num papel, como não estava pronto isto daqui ainda, o gráfico. Tudo foi feito num papel de parecer, modelo 262, da Irmandade de Misericórdia de Taubaté. Por que eu me lembro disso? Porque faz 17 anos que me



lembro disso. Toda hora me falam disso. Toda hora lembro que tinha um papel que tinha que estar escrito isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Dr. Mariano, quem assina o diagnóstico? O senhor e outro, ou só o senhor?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Naquele instante era um médico só. Hoje parece-me que são 2.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Mas, naquele tempo, era só mesmo um médico?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Era só um médico que assinava.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - No caso desses 3 foi o senhor próprio?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - E não precisava ser neurologista, podia ser qualquer um.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - É só por enquanto, Sr. Presidente. Depois volto a fazer mais alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Mariano, o senhor conheceu o Dr. Roosevelt Kalume em Taubaté?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Conheci o Dr. Roosevelt de Sá Kalume em Taubaté. Lembro-me até como foi a história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a avaliação do senhor sobre a capacidade profissional do Dr. Roosevelt como médico na cidade, o tempo que ele trabalhou lá? O senhor conheceu algum caso que desabonasse a sua conduta médica?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Olha, eu não estou aqui para desabonar o Dr. Kalume e nem pretendo fazer isso aí. Eu sou um professor de ética. Se eu tivesse que fazer isso, eu levaria ao Conselho Regional de Medicina. Eu não vou nem comentar fatos assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já houve algum fato?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O senhor continua me perguntando uma coisa que eu não posso responder para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Antônio Aurélio Monteiro de Carvalho?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Conheço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Trabalhou com ele muito tempo?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Trabalhei um período com ele da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual foi o período?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Mais ou menos neste período do... Eu não sei que época ele chegou em Taubaté, mas eu o ajudava em algumas cirurgias, ele me ajudava em algumas cirurgias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele era um médico considerado em Taubaté?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ele é de Pindamonhangaba. Ele formou-se em Mogi das Cruzes, fez residência em Piracicaba, foi trabalhar em Pinda, depois trabalhou um tempo no Hospital Santa Isabel, depois ele voltou para São Paulo e aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele trabalhava também como neurocirurgião...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Neurocirurgião. Ele era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... e também, em alguns plantões, fazia o diagnóstico de morte encefálica?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Se ele estivesse de plantão, seria obrigação dele fazer isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor disse que teve um médico... Eram 3 médicos: o senhor, o Dr. Aurélio, o outro...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Dr. Costardi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Costardi. E ele pediu para sair fora do plantão?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu tenho impressão que, naquela época, ele estava cansado. Ele teve uns problemas particulares. Eu tenho impressão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aí só ficou o senhor e o Dr. Aurélio?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - É. Eu não me lembro exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, todos os diagnósticos eram dados pelo senhor e pelo Dr. Antônio Aurélio?



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Os médicos que estavam de plantão disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor e o Dr. Pedro Henrique M. Torrecillas receberam um voto de louvor do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, um desagravo público.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Um desagravo público, não um voto de louvor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um desagravo público. Por quê?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Como o senhor está lendo aí, porque eles acreditavam... eles acreditam, fizeram uma sentença nos absolvendo, que somos injustamente acusados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os acusados são o senhor, o Dr. Antônio Aurélio, o Dr. Pedro Henrique Torrecillas e o Dr. Rui Sacramento?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quatro?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que o Conselho só deu esta nota de desagravo para o senhor, para o Henrique e para o Rui Sacramento e deixou o Aurélio fora?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Uma coisa muito simples: se o senhor ler o nosso Código de Ética, nós temos que pedir a nota de desagravo. Eles simplesmente não dão por bem querer. Nós temos que requerer o fato. É como o senhor requerer antecedentes criminais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês fizeram requerimento individual?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Tenho impressão de que fizemos em conjunto nós 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E por que não pediram ao Aurélio para assinar também?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Por que ele morava em São Paulo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele morava em São Paulo e trabalhava em Taubaté?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, não mais. Ele já estava em São Paulo. Acho que, naquela época, inclusive ele era Presidente da Associação dos Médicos Legistas do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Dr. Antônio Aurélio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, naquela época, ele era Presidente dos Médicos Legistas do Estado de São Paulo?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu tenho impressão. Seria bom perguntar para ele. Eu tenho impressão que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O sistema de transplante, quando foi implantado no Hospital de Taubaté, foi a pedido de quem?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu não posso responder isso para o senhor. Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não sabe? O senhor sabe para onde eram levados os órgãos que eram retirados do hospital?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - A informação que eu tenho foi a que vi nos autos, de que eram encaminhados para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para onde?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu sei que faziam os testes de histocompatibilidade no Hospital das Clínicas, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem enviava os órgãos?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não sei. Eu encerrava a minha participação na hora que eu fazia o diagnóstico da morte encefálica e falava para a família: "Olha, infelizmente, a doença subjugou o seu ente querido. Não há mais o que fazer".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nos autos constam algumas chapas de arteriografias, no caso destes 4 pacientes, nas quais foram encontrados fluxos que caracterizavam que o paciente realmente não estava com morte encefálica. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Tenho conhecimento disso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que o senhor nos fala sobre o assunto?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Que não existe esta situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha, então, que o delegado está equivocado ao indiciá-los?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu não sei exatamente... Eu sei que o senhor é um Deputado, eu não sei se o senhor tem formação de advogado ou não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O senhor sabe como conduz-se um inquérito policial? Tem uma idéia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tenho uma idéia, sim senhor.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Se alguém perguntar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou fazendo esta pergunta para o senhor.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Desculpa, eu vou responder fazendo uma pergunta. Se o delegado perguntar para o senhor..., perguntar para uma moça: "A senhora matou o seu marido?" Ela vai falar: "Não". Ele vai escrever: "que a indiciada ou que a denunciada disse que não estava presente na hora do fato". É assim que se produz. A condução de um inquérito policial é feita pelo delegado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não é que ele teve... Quando você se coloca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O delegado ouviu o senhor?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ouviu, ouviu-me várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele, em algum momento, destratou o senhor?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, o delegado é meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ele te indiciou?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ele achou que tinha que indiciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o Promotor, que, depois do inquérito pronto e o delegado...



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Excelência, vou dizer uma coisa para o senhor que eu aprendi nos meus 29 anos de Medicina, nos meus 27 anos de professor de faculdade e nos meus 27 anos de Polícia: botar fogo na palha é fácil, achar uma agulha no palheiro é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor também é policial?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual categoria?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu sou médico legista há 27 anos, e fui 21 anos Chefe do Instituto Médico Legal de Taubaté.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De Taubaté? Não vou fazer pergunta ao senhor sobre o delegado, porque o depoente anterior afirmou que acha que o processo foi manipulado na Justiça, não sabe por que o delegado demorou 11 anos para concluí-lo e chegou até a insinuar a possibilidade do Kalume ter manipulado, durante esse tempo todo, o processo, a fim de que não fosse a julgamento. Por isso, perguntei ao senhor se teve algum problema com o delegado, e o que o senhor acha do delegado. O senhor disse que o delegado é seu amigo.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - É, mas é um amigo quando ele precisa, entende? Quando ele precisava de mim como chefe, como coisa, ele é meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, é um amigo descartável?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Amigo... amigo é aquele que o senhor convida para ir na sua casa, que vai jantar e sair com você.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Era um conhecido seu, então. Você se expressou mal, não era amigo.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - É um colega de profissão. Pela minha condição de professor de ética, eu prefiro não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k., o.k.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Algumas chapas de arteriografias foram enviadas ao Conselho Regional de Medicina?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Sim. Não, chapas, não. Foram cópias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cópias.



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Que eu entreguei ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor que entregou as cópias ao Conselho?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Foi eu que entreguei o xerox, a fotografia das cópias que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não foi o Kalume que levou?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Kalume levou outras... ele levou... Na verdade, o que aconteceu foi o seguinte: eu entreguei algumas, e o Conselho pediu as outras ao Delegado. Na verdade, o que aconteceu é o seguinte: as provas... os prontuários, eles foram apreendidos na calada da noite, a pedido do Dr. Kalume, em local incerto e indeterminado até aquele instante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi apreendido por quem?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Foi apreendido por um Oficial de Justiça, num local incerto e indeterminado, e que depois se descobriu que era um local do hospital, que não era o local apropriado onde estariam guardados os arquivos do SAME e que estavam de posse da Dra. Gilzélia Fernandes Batista, dentro do seu cofre particular, que é madrinha do Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, os documentos foram apreendidos pelo Oficial de Justiça, correto?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... a pedido do Dr. Kalume?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Isso é o que está escrito na apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É... porque a impressão que nós tivemos nos depoimentos anteriores aqui, Deputado Pastor Pedro Ribeiro, é que os documentos teriam sido apreendidos em posse do Kalume pela Polícia. Então, o senhor já tá dizendo para nós aqui que os documentos foram apreendidos pelo Oficial de Justiça, a pedido do Kalume eles foram apreendidos. Não é isso?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Sim, mais tem um pormenor nisso: ele ficou 3 meses de posse desses documentos, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E esses documentos foram alterados?



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eles foram desentranhados das suas partes do diagnóstico da morte encefálica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como poderíamos clarear aí a palavra que o senhor disse, que foram desentranhados? O que aconteceu?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Desentranhados é o seguinte: eu pego isso daqui e tiro uma folha do meio. O senhor não vai ter seqüência lógica. Isso é um desentranhamento, é uma palavra que se usa para o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E esses documentos não foram periciados pela Polícia?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Foram periciados os documentos que foram encaminhados e desentranhados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem sentiu falta desses documentos no processo?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...que foram desentranhados?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Nós, não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês questionaram isso com o delegado?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual foi a atitude dele?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ele simplesmente não deu atenção a essa situação, ele não escreve isso no seu relatório de um modo claro, ele não tentou esclarecer esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Luiz Alcides Manreza?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Conheço o Dr. Luiz Alcides Manreza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E qual... a função dele na Medicina?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O Dr. Alcides... Luiz Alcides Manreza é um neurocirurgião de renome, especialista em diagnóstico de morte encefálica, que foi assistente técnico no meu depoimento — meu, especificamente, não sei se no do Dr. Aurélio — no Conselho Regional de Medicina.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que ele é uma pessoa preparada para a função?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ele é preparado, mas ele não é aquiescente a informações externas. Aquilo que para ele é correto, é correto, e só para isso. Ele não muda muito mesmo. Ele não aceita informações estranhas a isso daí. Isso eu percebi na própria perícia. Sabe como foi feita a perícia do CRM?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, não sei.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O senhor não tem a mínima idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor poderia nos contar como é que foi feita a perícia.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Foi feita em 2 horas mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se o senhor pudesse falar perto do microfone...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Em mais ou menos 2 horas, a perícia foi feita. Os peritos foram: Luiz Alcides Manreza, Dr. Gilberto Machado de Almeida, Dr. Pitelli, que hoje é Promotor Público — eu não me lembro o nome da Santa Casa, eu não vou me lembrar do nome —, e o Dr. Ronaldo Abraham, que nos representava naquele instante, um médico neurologista de Taubaté. A perícia foi feita em 2 horas. Um 3 semanas antes da perícia, tivemos um encontro de neurocirurgiões em São Roque. Eu perguntei ao Dr. Luiz Alcides Manreza: “*E daí? O que você está achando da situação toda?*” “*Olha, os outros vão escrever o que eu falar*”. E, normalmente, é isso daí. Agora, se o senhor tiver uma noção. O chefe era Dr. Gilberto; Dr. Manreza era assistente dele; Dr. Pitelli era assistente dele; o relatório foi produzido por Dr. Luzio, que era assistente do Dr. Gilberto. Uma escola só, com todo o fornecimento do material que nós demos. Eu creio que isso se chama vício de perícia. E isso eu conheço. Faz 27 anos que eu faço isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor acredita que o relatório do Manreza foi viciado?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Vicioso, porque se vicia a perícia se você não tomar necessárias cautelas. Quando cai um caso para eu estudar, o que eu faço? Eu levo isso para casa, estudo, procuro tudo, coloco-me no lugar do médico, vejo toda bibliografia que tem sobre o assunto, discuto, escrevo tudo e não só



respondo aos quesitos; eu faço pormenorizadamente a descrição dos fatos para, depois, responder os quesitos. Não é assim que está escrito desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor acredita, então, que o Conselho Federal de Medicina errou quando indicou o Dr. Manreza para fazer parte da câmara técnica do conselho de morte encefálica, que hoje está em vigor na legislação de transplante?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, não acredito não. Acredito que foi certíssima. Acredito que ele é um profissional competente. Ele teve vício de perícia nessa perícia. É diferente. Eu posso ter vício de perícia. Posso ser um excelente médico, mas, numa perícia, eu posso ter um vício. Naquela, eles cometeram um vício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acredita que....

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não acredito que nem... Não foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele foi indicado juntamente com mais 3 médicos, é isso?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Com 3 médicos, mas ele não poderia ter sido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os outros 3 não questionaram ele?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, ele me falou que não iam questionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ele falou para mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele estava com bastante segurança naquilo que...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Com segurança naquilo que ele tinha.. Porque quando você põe alguma coisa na cabeça é extremamente difícil você modificar, entende? Mesmo com bibliografia internacional. Porque ele é competente, extremamente. Não vou nem discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem com pressão, o cara, quando põe uma coisa na cabeça, que é firme, volta atrás, então.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - É difícil, tem gente que é assim, infelizmente. Infelizmente, tem gente que é assim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor acha que isso é uma qualidade ruim ou boa de uma pessoa? É uma característica ruim ou boa? A pessoa que tem opinião formada, ele tem uma tese que ele defende e que ele não aceita nenhuma pressão para mudar, para voltar atrás.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, não é pressão. Desculpa. Não aceita ler a literatura internacional sobre o assunto, que poderia modificar sua conclusão sobre os autos. É diferente. Só que tem uma coisa, ele periciou juntamente com os outros profissionais extremamente competentes também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o que os outros profissionais disseram para o senhor sobre esse caso?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não conversei com eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor só ouviu o Manreza?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Só conversei com o Manreza antes do fato. E depois que ele deu o laudo....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas se o senhor tinha a intuição que o Manreza era cabeça dura, que ele não ia mudar a posição dele...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não. Desculpa, desculpa... Cabeça dura, não. Ele não está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É porque o senhor falou que ele corta reto, ele não examina outras literaturas para formar opinião, para formar conceito...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que ele não é flexível para analisar e fazer outras consultas.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Desculpa, Excelência. Nesse assunto ele foi impermeável. Nesse assunto. Deixo bem claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele só errou neste?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ele não errou. Ele não foi suficientemente... É difícil ser perito, Excelência. Perícia é uma coisa complicada. Eu faço perícia há 27 anos. Perícia é um negócio complicado. Se o senhor me der um laudo para periciar, eu vou, minuciosamente, examinar tudo. Eu vou fazer uma avaliação no prontuário desde o que o médico escreveu, o que a enfermeira



escreveu, o que está nas entrelinhas, o que está nos exames complementares pedidos, o que está no Raio X, vou pedir para ouvir, se possível, os depoimentos dos envolvidos para ter uma idéia certa, correta, para evitar erros, para evitar vícios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque o Manreza ele diz aqui, perguntado sobre — ele esteve na CPI, prestando depoimento; inclusive ele não veio aqui para falar sobre esse assunto de Taubaté...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele veio aqui para fazermos uma discussão sobre a questão do teste de apnéia, sobre o conceito de morte encefálica, sobre o tratamento de hipotermia, e fizemos um debate aqui sobre as técnicas hoje que estão em vigor, que estão sendo aplicadas pelo Conselho Federal de Medicina. E o Manreza fez parte da Câmara Técnica do Conselho de Morte Encefálica.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Muito bem escolhido, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E eu acredito que, por ele fazer parte dessa câmara técnica, eu creio que ele seja um profissional altamente...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... qualificado. Até porque eu não acredito que o Conselho Federal de Medicina iria indicar uma pessoa desqualificada e que não tem interesse em se aperfeiçoar nas literaturas universais para poder se especializar no assunto.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu não discuto com o senhor isso daí. Eu discuto com o senhor que ele teve um vício de perícia. Vício de perícia não desqualifica ele como profissional altamente competente. Fazer perícia é uma... Você tem que aprender a fazer perícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acredita que foi prejudicado por esse vício de perícia dele?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor questionou isso ao Conselho Federal de Medicina?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, o Conselho Federal de Medicina foi tão correto nas... Em primeiro lugar, nós fomos para...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor questionou o vício de perícia do Dr. Manreza, nesse caso, ao Conselho Regional de Medicina?.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Foi questionado ao Conselho Regional de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E qual foi o parecer do Conselho Regional de Medicina?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Ele nos absolveu de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, absolveu do processo. Mas sobre o vício de perícia do Dr. Manreza? Porque se o processo foi vicioso, ele acabou complicando a vida de vocês.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Sim, mas o Conselho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu acho que o Conselho deveria puni-lo, ou pedir esclarecimento dele.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, mas vício de perícia não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ou pedir que fosse feita uma nova perícia.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Foi pedido, Excelência. Foi pedido Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A nova perícia?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Foi pedida uma nova reavaliação, um novo estudo da situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E foi feito?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, não foi feito. E o Conselho entendeu que houve vício de perícia. Tanto que entendeu isso que nos absolveu deste fato. O senhor entende que... Ora, eu estou há muito tempo na Polícia e sei disso aí. Quando a gente faz uma perícia, não quer dizer que nós vamos condenar ou vamos absolver quem estamos periciando. Quem vai condenar e quem vai absolver é o sentenciante: ou o Conselho de sentença, se for no crime doloso; ou o Juiz singular, se for um caso de culposo. Então, o *peritus peritorum*, o perito de todos os peritos é o Juiz. E o Conselho Regional de Medicina reunido para decidir sobre o caso era o *peritus peritorum* daquele caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor não acha estranho o Conselho ter nomeado uma comissão? Pois uma comissão nós temos



que ouvir. Nós temos uma Comissão formada por diversos Parlamentares para debatermos, discutirmos, nós nos posicionamos, divergimos, mas nós fazemos um debate. Eu posso ter uma opinião diferente. O Deputado Geraldo Resende e o Pastor Pedro podem ter uma opinião diferente de outro Parlamentar, mas nós discutimos, debatemos e apresentamos nossa posição. O senhor não acha estranho nesse caso, por exemplo, ter sido formada uma comissão e os demais membros não opinarem? O que o Manreza decidiu os outros acataram?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, eu não acho estranho, pelo seguinte: quando faço uma perícia na polícia e falo que meu colega agiu correta ou incorretamente, eu não sei qual vai ser a sentença dele, porque o juiz não vai me chamar lá para discutir comigo, mesmo que o advogado dele tenha questionado isso. Isso é uma decisão de plenário, não é decisão de perito. O perito... acabou a perícia, acaba a participação dele no fato, a não ser que o plenário ou alguém tenha dúvida, correta ou incorreta, sobre o fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para concluir, porque o Manreza esteve aqui há exatamente 2 meses — quer dizer, 18 anos após esse caso — e ele poderia até ter mudado de opinião, mas ele confirmou aqui na CPI que...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O que ele confirmou, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele confirmou que o Conselho Federal de Medicina tem o relatório dele e que, infelizmente, dos 6 casos que ele analisou, 4 casos não preenchiam os conceitos de morte encefálica; não havia comprovação de morte encefálica..

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Então, vamos discutir uma coisa: o que é comprovação de morte e o que é sinal de vida. Eu dizer que avalio um prontuário e não tenho comprovação de morte não quer dizer que o indivíduo esteja vivo. Isso é lógico, é pericial, acadêmico. Todo médico sabe disto. Não há o que se discutir: ou o indivíduo está vivo ou está morto. Tanto isso é verdade que eu também fui processado administrativamente pela polícia. E eles chegaram à conclusão de que não havia... eles me absolveram dessa situação. Quer dizer, eu nem estou... apesar de estar sobrestado o processo até o final, outros delegados, não o Dr. Roberto, acharam que eu não tenho nada com isso. Eu tenho cópia disso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eles acharam ou eles comprovaram?



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Comprovaram isso daí. Achar, “achismo”, não existe. Eles comprovaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Achar é...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Comprovaram isso daí. Deixe-me procurar aqui. Vou dizer a conclusão — depois, se V.Exa. quiser, mando toda... —: *“Conclusão. Feita desta forma a explanação que se apurou durante toda a instrução administrativa, bem como tudo quanto foi sustentado pela digna defesa, é imperioso concluir que não trouxe a lume prova cabal e segura de que as vítimas estivessem de fato vivas, e de tal forma que os procedimentos referentes à exerece dos rins dos mesmos pudessem ser apontados como seus eventos letais”*. Eles concluíram. Foi uma comissão de 3 delegados, não somente um, como o Dr. Roberto. *“Essa conclusão é inafastável, se levarmos em conta que o conjunto da prova técnica é conflitante, circunstância que impede a afirmação categórica de que os procedimentos médicos foram os causadores da morte, o que tornaria o acusado partícipe do delito de homicídio. A prova subjetiva, por outro lado, não teve o condão de suprir os elementos de natureza técnica. Para tanto, não se pode olvidar o princípio constitucional da presunção de inocência, o qual determina que todo e qualquer indivíduo será considerado inocente até que se forme prova em contrário. Além disso, há que se considerar o princípio legal de que, na dúvida, decide-se em favor do réu. Assim, instaurada a dúvida, inviável a condenação”*. Isso foram 3 delegados que falaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quais os nomes dos delegados?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Eu posso lhe mandar. Dr. André Rovegno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tem aí?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, não, isso aqui foi só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Delegado de onde?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Da Delegacia de Taubaté, que foram da comissão processante: Dr. André Rovegno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é delegado até hoje lá?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Até hoje ele é delegado lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ele deu esse parecer ao senhor em que ano?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Isso foi... posso consultar o advogado, se ele lembra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com certeza.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Em 2001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quer dizer que o delegado, em 2001, ou seja, 13 anos depois, um outro delegado...

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Três delegados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É, o outro delegado é de qual cidade?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Vistas todas as outras provas, ouvidas todas as testemunhas que foram ouvidas também pelo Dr. Roberto, consideraram-me inocente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os outros delegados, quais são os nomes deles?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - O Dr. André Rovegno, Dr. Ivair Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Delegados de onde?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - De Taubaté. Todos de Taubaté. E Dr. Clóvis Puccineli, com dois "cês".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em Taubaté há quantos delegados?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Nossa! Há um monte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Há uns 4 ou 5...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Todos da Polícia Civil?

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Polícia Civil. Que eram subordinados ao Dr. Roberto. O Dr. Roberto, nessa época, já era da seccional. Por sinal, foram reprimidos por ele por causa disso. Mas essa é outra história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei se o Deputado Pastor Pedro Ribeiro tem alguma pergunta mais a fazer.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Mariano, agradecemos ao senhor a participação neste depoimento da CPI. Se entendemos que seja necessário, novamente o convidaremos para estar aqui presente.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Estou à disposição, como já falei. Estou sempre à disposição. Inclusive falei com o Presidente do seu partido sobre a situação. Sempre estou à disposição, a qualquer hora que me convocarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao senhor a participação. As informações prestadas vão fazer parte do relatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O objetivo desta CPI é realmente apurar os fatos. As defesas apresentadas aqui também farão parte deste relatório. Vamos continuar ouvindo todas as pessoas envolvidas neste caso para que possamos realmente trazer a verdade à tona, no que tange a esse processo, aos fatos ocorridos na cidade de Taubaté.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Agradeço. Muito obrigado. Acho que Deus nos ajudou, transcorreu todo normalmente e, sempre que o senhor precisar, estarei à disposição. Não tenho nada a esconder, só queremos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Muito obrigado.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Há 17 anos está em cima da nossa cabeça uma situação criada por um indivíduo, situação muito esquisita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na verdade, não foi um indivíduo, são vários indivíduos, como estamos percebendo. Um fez a denúncia, os outros comprovaram. Outro denunciou. Então, não é só um indivíduo.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Se você cria uma situação, um só indivíduo pode pôr fogo em quem quiser. O senhor sabe muito bem. Hitler é um grande exemplo disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas esse indivíduo, acredito, não tem capacidade de influenciar um delegado, um promotor, um juiz.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Não, ele não tem. Mas se eu inverter, se eu criar uma situação diferente, posso complicar a vida de quem eu quiser, só mexendo em algumas folhas de um relatório. Duvido que o senhor consiga ler um livro se eu arrancar 10 folhas desse livro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Posso até conseguir ler o livro, mas alguma parte da história pode ficar para trás.



O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - São essas partes que temos que esclarecer, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, dessas partes é que estamos atrás.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - Vamos atrás. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Muito obrigado. Está encerrado o depoimento.

O SR. MARIANO FIORE JÚNIOR - De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dando continuidade à oitiva de testemunhas, convido o Dr. Antônio Aurélio de Carvalho Monteiro para prestar juramento, de acordo com o art. nº 203 do Código de Processo Penal.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade no que souber e no que me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto ao depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código de Processo Penal: *“Art. 342: Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial, ou administrativo, ou em juízo arbitral”.* O Dr. Antônio Aurélio Carvalho Monteiro é médico legista, foi arrolado neste processo do caso de Taubaté juntamente com mais 3 médicos, no qual foi indiciado e denunciado posteriormente por irregularidades no processo de retirada de órgãos naquela cidade, onde está sendo arrolado em processo e responde por crime doloso contra 4 pacientes na cidade de Taubaté, que, segundo depoimentos prestados à polícia e denúncia oferecida pela Promotoria de Justiça, os 4 são acusados de retirada de órgãos de pacientes ainda com vida. O Dr. Aurélio era o médico neurocirurgião que, juntamente com o Dr. Noronha, realizava e diagnosticava as mortes encefálicas que, a partir daí, possibilitavam a retirada de órgãos dos pacientes. Dr. Aurélio, o senhor terá um tempo de 20 minutos, pela CPI, para falar sobre o assunto. Caso entendamos necessário, poderemos, a juízo da Comissão, prorrogar o prazo. Caso não queira também se pronunciar, os Deputados estarão interpellando um novo depoente.



O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Serei breve, Presidente. Eu gostaria de começar a minha explanação aqui, hoje, pelo término da última explanação que fiz para V.Exas., lembrando ao Congresso que a mentira, a calúnia, é como carvão: quando não queima, suja. Não sei se feliz ou infelizmente, estamos sendo vítimas, já há 20 anos, desta, que eu posso chamar, grande calúnia, grande mentira. Eu creio que os meus colegas que me antecederam já explanaram boa parte da nossa relação, relação junto com esses pacientes, e provavelmente eu poderei explanar um pouco mais e poderei preencher algumas dúvidas que puder dirimir. É só isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Dr. Antônio Aurélio, boa noite.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Boa noite.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - É a segunda vez que conversamos, já estivemos juntos em São Paulo analisando outro caso.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - É verdade.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Aqui, nós temos 4 nomes: os nomes do Sr. José Miguel da Silva, Alex de Lima, José Faria Carneiro e Irani Gobo. As cirurgias realizadas nessas 4 pessoas devem ter sido o elemento propulsor - usando a sua linguagem - dessa calúnia de que os senhores são vítimas. Nós temos em mãos os documentos, pelos quais os senhores foram indiciados pelo Ministério Público, de um processo muito antigo, coisa que aconteceu há quase 18 anos.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Hoje, nós ouvimos, de fato, os seus colegas, também médicos arrolados nesse mesmo processo. A alegação é de que os senhores teriam induzido, primeiramente, pelo diagnóstico de um dos senhores — ou do Dr. Antônio Aurélio, ou do Dr. Mariano —, de que eles tinham morte encefálica e eles foram levados à intervenção cirúrgica. O que os autos do processo dizem, procuram demonstrar, provar, é que eles estavam vivos. Agora, há pouco, o Dr. Mariano falava sobre a sua atuação no caso. No caso dessas 4 pessoas, o senhor participou em que nesse processo? O senhor trabalhou fazendo o que nesses 4 casos?



O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu tentarei ser breve, devido o avançado da hora...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Agradeço.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - ... e pelo cansaço dos participantes.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sem dúvida.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Na época, eu era um funcionário do hospital e, como sempre, fazia meus trabalhos de neurocirurgia. Dava atendimento às pessoas — aos casos graves — e providenciava para elas uma situação de tratamento; cirúrgico ou não. Sempre que eram requisitados os nossos serviços de neurocirurgia, nós procedíamos à coleta de dados sempre com relação aos pacientes, fossem eles pacientes para cirurgia neurocirúrgica, ou outro tipo de cirurgia. O que eu quero dizer é que a gente fazia, rotineiramente, diversos exames e diversas propedêuticas na intenção de salvar o maior número de vidas possível. Bom, nesse caso, eu participei apenas do caso do José Faria Carneiro. José Faria Carneiro foi um paciente que foi encaminhado de Campos do Jordão, eu fui acionado — e me lembro que era um final de semana — e nele procedi um exame de intervencionista, de angiografia logo na entrada. Assim que ele deu entrada ao hospital - salvo não esteja errado foi logo depois do horário do almoço, no começo da tarde -, nós procedemos ao exame. Ao terminarmos esse exame, nós verificamos 2 coisas extremamente importantes: primeiro, o paciente estava com uma lesão cerebral irreversível. Ele não estava em morte encefálica, mas a lesão era de tamanha magnitude, de tamanha monta que seria inviável a cirurgia. Tivéssemos, heroicamente, colocado esse paciente na cirurgia, provavelmente, no meu modo de entender, teríamos apressado a morte dele. Por que eu digo isso? Por uma razão muito simples: não estavam lá presentes, junto comigo, nenhum dos médicos, nem os que falaram aqui, muito menos os que fizeram perícias no Conselho Regional de Medicina ou na Polícia. Nenhum deles estava lá. Somente eu estava, acompanhado da minha pequena equipe de funcionários. Todos concordamos que esse paciente, ao terminar o exame, não tinha condições de respirar. Ele não estava conseguindo respirar por si só. Nós tivemos que providenciar, durante o exame, uma prótese respiratória para que ele pudesse sobreviver por mais tempo para a gente poder ter uma noção do que fazer. Ao término desse exame, verificamos que colocá-lo em



uma mesa de cirurgia seria um dano maior que nós iríamos provocar. Esse dano levaria, sem dúvida, à morte mais apressada desse paciente. Então, nesse momento, eu, como médico - como já abordei para os senhores anteriormente -, não fiz, e não farei em nenhuma circunstância igual a esta, um procedimento cirúrgico, porque, no meu modo de entender, iria causar malefícios para o paciente, iria apressar a morte dele. Jamais fiz e jamais farei tal procedimento. Então, essas duas coisas ficaram muito bem constatadas no final do exame de entrada. Esse paciente foi, então, encaminhado para terapia intensiva e lá eu perdi o contato inicial. Passei o caso para o colega, que é intensivista, e ele começou a proceder ao tratamento. Muitas horas depois, eu poderia dizer quase que um dia inteiro depois, ele me solicita novamente, já em um período mais tardio, à noite, para começar a fazer o programa de transplantes para este paciente, coisa essa que ele já havia verificado a morte encefálica.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Doutor, quem era o intensivista?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Dr. Sérgio, senão me falha a memória, eu não sei se é Carneiro ou Cordeiro. É um animal.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Como!?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, o sobrenome dele.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Entendi.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Pelo amor de Deus! O Dr. Sérgio é uma pessoa maravilhosa. Ele está me ouvindo, ele sabe disso. Pelo amor de Deus! O Dr. Sérgio Cordeiro?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Cordeiro ou Carneiro que o senhor falou?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu não me lembro o sobrenome completo. Faz 20 anos, quase. Mas o Dr. Sérgio me chama, e eu vou, então, começar a fazer o procedimento. Faço análise clínica desse paciente, constato, realmente, que ele já se encontrava em morte encefálica há muitas horas, daí, começamos a proceder. Naquela época, há 20 anos, nós fazíamos 2 exames distintos pelo neurologista, ou pelo neurocirurgião, que não fazia parte da equipe de transplante, como não faz até hoje. E esses 2 exames levavam mais ou menos 12



horas entre um e outro. Hoje isso mudou. Já houve uma modificação nessa situação. Mas, naquela época, estávamos iniciando todas as propedêuticas. A propedêutica era fazer uma diferença de 12 horas, pelo menos, entre o primeiro exame do neurologista — não do intensivista —, e o segundo exame. Após o segundo exame, verificado que o indivíduo estava em morte encefálica, nós tomávamos uma providência que era de bom alvitre e que até hoje é tomada: fazer um exame armado, para confirmação apenas daquilo que a gente já tinha visto como matéria clínica já verificada anteriormente. No caso do Sr. José Faria Carneiro, em particular, eu sei — eu me lembro — que foram realizados além da arteriografia que eu fiz para mostrar a parada de sangue no cérebro, foi realizado — não foi feito por mim, a pedido do Diretor Clínico, Dr. Carter, se não me engano — um eletroencefalograma. Eletroencefalograma esse que foi acompanhado pelo Dr. Carter e por um outro colega que fazia parte, que era o nefrologista. Ele estava lá, mas ele só acompanhou o paciente. Só isso, nada mais. Fui acionado pelo Diretor Clínico, Dr. Carter, que me chamou, voltei outra vez — isso no outro dia, já à noite — ao centro cirúrgico. Verifiquei o eletroencefalograma, tinham mais ou menos uns 5 centímetros de largura. Normalmente, quando a gente faz um eletroencefalograma — e acho que todo mundo aqui tem idéia disso — é um exame bem fino. Esse não. Foi feito um exame bem longo, com tempo bastante longo, 30, 40 minutos. Não sei. Mas eram muitos minutos, com certeza, muitos minutos. E sempre ele esteve isoelétrico. Sobre este eletroencefalograma, após o meu exame, o Dr. Carter me perguntou, ainda no vestiário do centro cirúrgico, qual era o meu diagnóstico. Eu disse: essa é uma morte encefálica que já tinha sido constatada anteriormente. Ele falou: “Mas eu queria que fizesse o eletro”. Eu falei: “Tudo bem. Você quer que eu escreva?” Ele disse: “Sim”. Eu escrevi: “morte encefálica”. Datei e assinei. Nunca mais eu vi esse eletroencefalograma na minha vida. Ele deveria constar do prontuário do paciente. E eu jamais vi.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não consta. Não consta. E ele não consta.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Pois é, estranho, Deputado. Um documento, como o senhor sabe, tão importante como esse desaparecer? E outros também. Onde ficou a arteriografia mostrando que não havia a entrada de sangue na cabeça? Também não consta.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O que é que o senhor acha que aconteceu?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu não acho. Eu sei que eu fiz e sei que no exame não aparecia. Eu vou ser honesto com o senhor, como já fui da outra vez: eu não acho nada, ou eu tenho certeza, ou não falo nada. Eu fiz os exames, os exames foram confirmados por mais de um médico, a morte encefálica foi confirmada por diversos indivíduos e profissionais da área médica, todos concordando com toda essa situação. E esses exames não estavam na época da verificação, tanto da verificação policial, quanto da verificação pelo Conselho Regional de Medicina, que foi mais rápido.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Foi uma avaliação, uma conclusão mais veloz do que o da Polícia. O da polícia levou cerca de 10 anos. Uma polícia ágil, rápida. Levou 10 anos para fazer esse procedimento que o Conselho resolveu em 6 meses.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor atribui isso a quê? Essa demora?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - A que eu atribuo?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sim.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - A que é que eu posso atribuir à demora? Cada um sabe do que faz. Eu lhe garanto que não demoraria tanto a fazer tantas... A polícia é deficitária, tem suas dificuldades, mas 10 anos...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - A quem o senhor acha que interessaria postergar esse...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não tenho noção de quem, Sr. Deputado, o senhor me perdoe.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Dr. Antônio Aurélio, como é que foi que começou isto? Ou seja, os senhores estavam trabalhando, era o auge do nascedouro, era o nascimento do transplante, era notícia, era coisa muito interessante na época?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, não.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Os senhores, pelo que vi, eram todos professores universitários, jovens — porque ainda são jovens. Naquele tempo, há 18 anos atrás, era uma equipe de jovens. De repente, ia tudo muito bem. Mas como foi que começou isso que culminou nessa situação que estamos hoje?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu gostaria de lembrar, Deputado, que eu, de todos os 4, sou o único que não era participante da universidade. Eu não era professor na época.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor não era.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu sou hoje professor de Medicina Legal, mas à época dos fatos eu não era, eu não participava de nenhuma...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor era funcionário do hospital?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Só funcionário do hospital.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Do Universitário do Santa Isabel.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu sou... Era um funcionário do Santa Isabel.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Prestava plantões, como neurocirurgião, para atendimento do Baixo Vale do Paraíba e toda aquela região para traumatizado. Eu não participava, não participo e nunca participei desse tipo de contato universitário, da política universitária, dos meandros da universidade de Taubaté. Eu jamais sequer cheguei perto.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Como foi que isso começou?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu, de fora, posso imaginar que havia problemas de ordem política dentro da universidade, como acontece em qualquer local onde um ser humano exista. Sempre existe a luta pelo espaço, pelo poder, pela posição. Eu reputo esse tipo de situação em que eu fui envolvido... porque, depois que eu fiz esse eletroencefalograma que eu disse ao senhor, eu perdi contato — aliás, depois que eu fiz a arteriografia, que foi o último



contato que eu tive com o paciente, que eu tive contato com o eletroencefalograma —, depois perdi totalmente contato com o caso. E fui assustado receber a notícia de que estava sendo investigada uma situação de possível tráfico de órgãos. Eu fiquei assustadíssimo. Eu não fazia parte de nenhum grupo desse tipo. Não fazia e não faço parte de nenhum desse tipo de situação.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Desculpa, o senhor não sabia que os órgãos retirados eram enviados para São Paulo?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, o senhor não está entendendo. Eu fazia o procedimento de morte encefálica para vários pacientes.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Certo. Não... estou entendendo.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu fui convidado, no final de 86 — mais ou menos no meio de 86 —, o Dr. Mariano me convidou se eu estaria interessado, como segundo profissional da área, a ajudar um programa que iria se iniciar de transplantes de rim. Mas eu não tenho conhecimento de nada, de como era esse transplante, como é que ele era feito, para onde era destinado. Eu não sabia de absolutamente nada. Eu fui convidado a fim de fazer uma ajuda, inclusive gratuitamente. Não havia, na relação nossa de neurocirurgião... nós faríamos o trabalho gratuitamente para que houvesse...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor não era funcionário do hospital?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Sim, perfeitamente, mas eu não recebia do hospital.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não recebia?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, não, não. Eu seguia as regras do hospital Santa Isabel e tinha uma escala de plantão pelo que o Diretor Clínico era responsável e tudo mais. Mas eu não era pago pelo hospital, mas, sim, através do hospital. Naquela época, os convênios, o SUS — na época, chamava-se....

(Intervenção inaudível)

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - A AIH era internação, mas quem pagava?



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O órgão que pagava?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Era o Ministério da Saúde.

(Não identificado) - INAMPS.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - INAMPS.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Era o INAMPS. Na época era o INAMPS. Há 20 anos. E a gente recebia tudo através da...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Fundação.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, da Santa Casa de Misericórdia de Taubaté, que é o Hospital Santa Isabel. Depois isso foi mudado, mas até aquele momento era assim: todos os médicos recebiam através do hospital. E houve muitas coisas nisso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Bem, vamos retomar àquela narrativa que o senhor falava. De repente, o senhor...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Vamos. Fiquei sabendo que eu estaria sendo alvo de uma investigação no Conselho Regional de Medicina de São Paulo e, posteriormente, logo a seguir, fiquei sabendo que foi aberto o inquérito policial por conta da denúncia na televisão. Houve uma manifestação do Dr. Roosevelt de Sá Kalume, que foi colocado, primeiro, num jornal escrito, a *Folha de S.Paulo*, pelo jornalista Dalton Vieira — Vieira ou Oliveira... desculpem-me, a gente vai ficando velho e vai ficando com a memória fraca; mas eu me lembro do primeiro nome: Dalton —, e esse jornalista deu então o início, o estopim de toda a situação que levou à celeuma que, acredito, todos vocês se lembram e que agora volta à baila novamente.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - O senhor conhecia pessoalmente o Dr. Kalume, na época?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, não conhecia. Eu o conhecia de vista. Não tinha um contato com Dr. Kalume, não tinha contato com a universidade, com nada. Eu trabalhava como médico normal; como neurocirurgião, especialista — perdão.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Muito bem. Aí surgiu o caso, o senhor foi chamado. logicamente narrou o que está narrando aqui, aliás,



com muita propriedade, de que concluiu o fato, o diagnóstico, e afastou-se, mas mesmo assim tanto o delegado quanto o Ministério Público não acreditou?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, nenhum deles. Eu estou aqui numa CPI, já prometi que vou dizer a verdade e vou dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Muito bem.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu acredito sinceramente em uma falha horrível da investigação policial e do Ministério Público. Eu vou explicar por que acho essa falha horrorosa. Nós não somos juristas, mas se houver juristas por perto, nós não podemos ser julgados duas vezes pelo mesmo crime. Pode?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Não.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não. O promotor público que nos denuncia 10 anos depois é o mesmo promotor público que denunciou 4 indivíduos, em Campos de Jordão, que cometeram latrocínio contra um senhor chamado José Faria Carneiro. Quatro indivíduos, julgados com todas as prerrogativas da lei, com todas as apelações, foram condenados a 18 anos de prisão. E vocês sabem que eles estão aí na cadeia porque mataram o homem. Como é que eles mataram o homem — e eles estão presos até hoje na cadeia em Campos de Jordão, os quatro, por latrocínio denunciado —, e eu também ser um assassino? Eu estou sendo julgado por homicídio doloso. Como é possível um promotor público, que foi o promotor de justiça do caso do Sr. José Faria Carneiro, de Campos de Jordão, não se lembrar ou não querer se lembrar do mesmo caso em Taubaté? Perdoem-me, está havendo alguma coisa de errada no País.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - A gente fica mesmo refletindo sobre muitas coisas que acontecem aqui, inclusive com esta demora de quase 18 anos sem finalizar esse processo. Eu dizia, quando conversava com um dos seus colegas, que nós estamos nesta CPI procurando amear dados para que a gente possa ajudar a Nação e o próprio sistema de transplantes; arrancar, como disse um colega, alguns cancros de alguns que intentam ou que estão fazendo tráfico de órgãos humanos, bem como inocentar ou ajudar a elucidar dúvidas sobre atitudes e ações de outros. Eu fico impressionado — e já disse isto aqui —, porque eu já havia estado contigo em São Paulo e facilmente pude detectar o quão acurado,



o quão perspicaz, o quão inteligente e a facilidade que tem o senhor de se expressar. É um médico e professor universitário. Os outros que vieram nenhum dos 3 são diferentes: são todos homens eloqüentes, enérgicos, positivos. Então, eu me admiro e fico impressionado. Como é que com toda esta bagagem, tendo sido os senhores ouvidos tantas vezes por delegados, não sei por quem mais, por promotores, até hoje não conseguiram convencê-los? Até porque os seus colegas alegaram que foram tirados documentos dos processos ou das... Como é que a gente chama o dossiê médico de um paciente?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - O prontuário médico.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - ... do prontuário de um paciente foram subtraídas algumas peças.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eles me disseram isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Inclusive uma peça que foi apresentada hoje, que é uma arteriografia que prova a presença de sangue, o fluxo de sangue no cérebro, e que seria uma das peças do processo para atestar que teria havido dolo, de que havia sido provocada a morte. Mas nada disso funcionou.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Compreendo.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Eu ficou assim, Dr. Antônio Aurélio: por que é que não funciona?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu posso? Numa palavra?

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Pode.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Vaidade.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Vaidade de quem?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - O ser humano é vaidoso. Ele quer o que está acontecendo aqui nesta CPI. Ele quer se promover. Ele quer aparecer. Nós — só colocando para o senhor sem dialogar muito — jamais, em nenhum destes 20 anos, postergamos um procedimento policial, judicial, do Ministério Público, de quem quer que fosse, por falta de comparecimento nosso ou de qualquer um do grupo; qualquer um.



O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Mas os senhores já apelaram? Já fizeram apelações?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Foram feitas apelações, e mesmo assim os indivíduos não entendem que somos inocentes. E nós temos absoluta certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem vai dizer que vocês são inocentes ou não?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Além de Deus?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, senhor.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - A CPI, eu espero. Sinceramente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem, no meu modo de entender, todas as peças e todas as prerrogativas necessárias para trazer a verdade à baila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Justiça não seria capaz de inocentá-los?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu vou ter que usar, Deputado Frank... Frank...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Pastor Pedro Ribeiro.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - ... Pastor Pedro Ribeiro. Em 20 anos, eles não fizeram isso. Eu não acredito que em 2 eles farão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para que um crime seja desvendado e para que alguém seja condenado ou inocentado tem que haver o quê?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Tem que haver provas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah! As provas fazem parte do processo...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas tem o ápice de tudo isso que é o julgamento.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Tem o julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É o julgamento que vai inocentar ou vai condenar...



O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Perfeitamente, se este julgamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, enquanto não houver o julgamento não vai se ter a idéia de quem é inocente ou quem é culpado.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Portanto, pode ser até que o julgamento condene o inocente ou inocente o condenado.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - O condenado. Pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas tem que acontecer.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Pode acontecer, mas tem que acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem está protelando esse julgamento até hoje são justamente vocês e seus advogados de defesa.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Veja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, por que não deixam ir a julgamento e deixam ir a júri popular, como quer o juiz? E aí sim: vamos ter o julgamento. Se for condenado o inocente, que o inocente tenha a possibilidade de recorrer; se for inocentado o culpado, que a defesa recorra. Mas o que nós estamos vendo até agora é que...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Medidas protelatórias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... o inquérito foi feito; foi concluído o inquérito; o Delegado indiciou os 4 médicos; o Promotor analisou o inquérito, fez o pronunciamento; o Juiz de Taubaté se pronunciou também sobre o assunto; vocês recorreram ao Tribunal de Justiça; houve recurso; os Desembargadores julgaram; vocês perderam por 2 a 1, mas 1 voto que foi dado pelo Desembargador possibilitou à defesa fazer um novo agravo.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então quem está protelando o julgamento são vocês.



O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os advogados de defesa.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Depois.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então temos que ter um julgamento. Nós não vamos julgar ninguém. A CPI vai apurar os fatos. E nós, agora, estamos atrás das peças que a defesa tem dito que faltaram no processo e que impossibilitaram o perito de ter eficácia dentro do processo; que impossibilitaram o Delegado de ter uma conclusão definitiva sobre o inquérito; que impossibilitaram o Promotor de ter uma pronúncia correta sobre os fatos. Nós queremos ir atrás dessas peças. E nós vamos. E é por isso que nós estamos...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Trazendo de volta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... trazendo à tona novamente este caso. Nós queremos que fique bem explicado, até porque, a partir desse caso de Taubaté, tivemos outros desfechos em alguns outros Municípios. O senhor, por exemplo, foi citado no caso de Taubaté, em 1988. Não sofreu nenhuma punição pelo Conselho Regional de Medicina nem pelo Conselho Federal de Medicina. Apesar de responder a um processo por crime doloso, o senhor foi transferido para Franco da Rocha, foi ser Diretor do Instituto Médico Legal de Franco da Rocha.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós tomamos depoimento de V.Sa. na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde V.Sa. responde a processo por retirada de órgãos de 15 cadáveres e venda de 25 cadáveres para as faculdades particulares. Ou seja...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Puxa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... a impunidade e a morosidade da Justiça permitiram que, pela falta de julgamento e de dizer quem é culpado ou quem é inocente, possibilitaram que um médico, que foi preparado, que estudou para prestar um serviço para a Nação brasileira, que já foi indiciado em



Taubaté, agora fosse transferido para Franco da Rocha e lá aparecesse um outro denunciante desqualificado, que tem problemas com a área médica; que aparecesse um outro delegado despreparado, que apurou todos os inquéritos, confirmou todas as denúncias e, novamente, ofereceu uma denúncia contra o senhor. Houve inquérito, indiciou, o senhor foi novamente indiciado por retirada de órgãos. Nós ouvimos depoimentos dos funcionários que trabalhavam com o senhor, que eram subordinados ao senhor e que detalharam para esta CPI a forma como o senhor praticava as irregularidades dentro do Instituto Médico Legal de Franco da Rocha.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ainda não terminei.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Está bom, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, as duas cidades estão mal de delegados, estão mal de promotores, e as testemunhas dessas cidades são todas desqualificadas porque percebemos claramente que, se nós temos o inquérito concluído pelo Delegado que esteve na Comissão Parlamentar de Inquérito — o Deputado Geraldo Thadeu estava presente, se eu não me engano, lá na Assembléia Legislativa...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Em São Paulo, estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... em São Paulo —, onde houve um detalhamento minucioso do Delegado, contando a forma como o senhor chegou até a esquartejar, desossar cadáveres para vender esqueletos na faculdade. Tivemos o depoimento do jovem que, usando uma faca, sob seu comando, desossou o cadáver. Tivemos lá depoimento do Delegado que falou de uma mulher que chegou grávida no Instituto Médico Legal, morta, e o senhor fez a necropsia, retirou o bebê de 8 meses, encheu o corpo de pó de serra e vendeu aquele feto. Nós temos depoimentos e vamos tomar o depoimento agora do Nivaldo, que era o seu sócio, que era o representante do senhor para as faculdades particulares, que vendia os cadáveres para as faculdades e recebia de 15 a 25 mil reais. Tudo isso nós temos na CPI, enviado por delegados de Polícia, por promotores e por testemunhas que nós já ouvimos. Temos tudo isso. O que o senhor me fala de tudo isso? O senhor também é inocente no caso de Franco da Rocha?



O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Perfeitamente. Exatamente. Respondendo então à sua indagação, eu vou responder da seguinte forma: todos nós de Taubaté gostaríamos muito que esse caso viesse à baila o mais rápido possível para que nós resolvêssemos da melhor forma possível, para que nós mostrássemos a verdade como ela é. E a gente nunca fugiu de nenhum procedimento. Só que a gente esperava, primeiro, ser chamado, como nesta CPI para depois se apresentar. Em nenhum momento, nesses 20 anos, ou 18 anos, nós protelamos 1 dia sequer isso — nós, profissionais. Vocês estão cansados de ouvir falar sobre isso aqui, mas não sobre o que eu vou dizer. Eu sofri, nesses últimos 20 anos, assim como meus outros 3 colegas, uma barbaridade de pressões, de problemas relacionados ao nosso trabalho por conta deste caso de Taubaté. Nós somos, Presidente, os primeiros a querer mostrar a realidade. Mas quando nós mostramos uma realidade para pessoas que não querem vê-la, a realidade não aparece. Ninguém constrói casa — e isso não fui eu quem disse, está escrito lá na Bíblia — sobre areia. Quem fizer isso está fadado a ter sua casa no chão. Isso quem disse foi Jesus Cristo, não fui eu. Ora, montar-se inquéritos sobre areia, falsos, eu também sei fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você já fez algum?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Falou que sabe, eu pensei que você tivesse aprendido a fazer...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Nunca. Eu aprendi com essas pessoas. Quando você quiser colocar uma investigação e inverter todas as posições, dá-se o caso que o senhor chamou de “caso de Franco da Rocha”. Quando o senhor quiser demorar 10 anos para proceder a uma investigação ou mais e inverter toda essa situação, dá-se o caso que o senhor chamou de “caso de Taubaté”. Então, se fui vítima ou não, isso não importa. Mas eu posso dizer-lhe que muito mais vítima do que eu foram meu pai, minha mãe, meu sogro, minha esposa, minha sogra, meus filhos, atingiram a todo este País. Não foi só a mim, que fui atingido, e a minha família, foi atingido o País todo. Por quê? Por conta de um irresponsável, que é o Dr. Kalume, de ter feito uma denúncia caluniosa, mentirosa — ele é uma pessoa que não tem qualificação, ele jamais chegou perto de um paciente dos nossos; ele jamais examinou um paciente sequer comigo dentro de um pronto



socorro —, um indivíduo deste faz uma acusação leviana, levanta e suscita. E uma mentira dita muitas vezes, Deputado Presidente, acaba se transformando numa verdade. Mas eu estou aqui para derrubar essa mentira, para derrubar e mostrar a verdade. Estou aqui de cara limpa para quem quiser fazer... Estou respondendo a um procedimento, aliás já respondi ao procedimento jurídico sobre Franco da Rocha e já desfiz o mal-entendido que havia sido feito. Então, já está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor quer me dizer que os diversos inquéritos apurados em Franco da Rocha, que o delegado concluiu e detalhou a forma — e nós temos a cópia do inquérito, como ele investigou, nós temos o depoimento das testemunhas que, sob a sua coordenação, cometeram também as irregularidades, os funcionários legistas do Instituto Médico Legal — nenhum caso... o senhor condena um delegado que demorou 10 anos, e isso pode ter sido a causa dos transtornos causados. No outro, que apurou rápido, o senhor acredita que foi prejudicado porque foi apurado rápido também, como no caso do delegado de Franco da Rocha. Eu pergunto ao senhor: no caso de Franco da Rocha, o denunciante também é desqualificado como o Dr. Kalume?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Em Franco da Rocha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - É pior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É pior?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não é igual não. O Dr. Kalume, pelo menos, é um médico. Eu o considero desqualificado porque ele estudou, foi nos mesmos livros que nós fomos, fez as mesmas faculdades, teve todas as oportunidades, mas é um indivíduo que fala que o cadáver só está morto depois que começa a feder. Ah!... Tenha santa paciência! Um médico desse — pelo amor de Deus! — os pacientes podem sumir dele, porque um aviador que não quer voar e um médico que não sabe falar assim, é melhor fugir desse indivíduo. Além de mim, tem algum outro médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já ouviu falar em Dr. Manreza, Luiz Alcides Manreza?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Conheço perfeitamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É um bom médico?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - É considerado bom médico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o conceito que o senhor tem sobre ele?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - O conceito que eu tenho sobre ele pessoa ou sobre neurocirurgião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sobre médico, como profissional, como médico?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Como médico, ele é uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É desqualificado também?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Oi?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - De maneira alguma. Dr. Luiz Alcides Manreza?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - É um neurocirurgião competente, Chefe do Pronto Socorro do Hospital das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, em depoimento prestado nesta CPI, ele diz claramente que, nos 4 casos em que vocês são acusados, o senhor mais junto com mais 3 médicos, nos 4 casos que são acusados, realmente os pacientes não estavam mortos.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Ah é? Então ele mentiu. Dr. Luiz Alcides, por favor, volte aqui e diga a verdade. Aquilo que o senhor disse no Conselho Regional de Medicina — que o senhor não tinha dúvidas de que os pacientes estavam mortos; diga! Porque eu vou trazer o Conselheiro para dizer isso aqui, e o senhor vai ter que desmentir o que o senhor disse para eles, não pra mim. Boa noite, Dr. Luiz Alcides, durma com esta. Pois não, Deputado, o que o senhor quer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, nós apenas queremos ouvi-lo, queremos a verdade.



O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu só queria saber se tem outro médico aqui no plenário além de mim. O senhor sabe, Deputado, nobre Deputado, sabe que, quando se faz um parto muito rápido, ou quando um parto é muito demorado, ambos os casos trazem problemas neurológicos, certo? E me parece que em ambos os casos aconteceu essa “destórcia”: um foi muito rápido e o outro foi muito devagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor é médico ainda?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor exerce a medicina onde?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu exerço a medicina lá em Guaianases.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Onde?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Em Guaianases.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o hospital de Guaianases?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Hospital Geral de Guaianases.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Guaianases, São Paulo. O senhor é médico lá?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quanto tempo no hospital?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Já estou há uns 7, 8 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sete a oito anos. O senhor exerce a medicina ou trabalha lá em condição diferencial?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, na condição de neurologista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De neurologista?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu faço atendimento lá de neurologia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor é credenciado no CRM de São Paulo?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Normalmente, sob o número 33071.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca respondeu nenhuma sindicância do CRM? Nunca foi punido?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Várias. Eu não fui punido, eu fui julgado e absolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No caso de Franco da Rocha, qual foi a punição?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - O caso de Franco da Rocha ainda não terminou, eles ainda estão coletando dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O CRM está analisando ainda?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Ainda está analisando, ainda não terminou. Eu não posso dizer porque realmente eu não sei o que é que os Conselheiros vão dizer, não é? Mas eu tenho plena certeza, os Conselheiros, como são pessoas equilibradas, obviamente vão ver que existe uma inverdade imensa lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E se eles acharem que não é inverdade, o senhor vai desqualificá-los, como desqualificou o Manreza e o Kalume também?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu não desqualifiquei o Manreza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor disse que ele é mentiroso.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu só disse que ele mentiu. E ele sabe que mentiu. Agora ele vai dizer aqui. É responsabilidade dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, isso o está desqualificando. Se o senhor disse que um médico... se um profissional mente, o senhor está desqualificando ele.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Tá bom, tá bom. Mas é responsabilidade dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você o desqualificou.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, estou dizendo a ele que ele disse, na minha frente, para o Conselheiro que ele viu que todos os pacientes estavam mortos. E aqui ele disse o contrário. Ora, ele tem direito à opinião dele; só que ele vai ter que sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor pode inquiri-lo até através do Conselho.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Oh!... Mas vai ser inquirido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para que ele possa sustentar.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - O senhor pode ter certeza absoluta de que amanhã mesmo ele será. Todos esses indivíduos serão por mim chamados ou por nós chamados à Justiça. Vocês podem esperar! A Justiça tarda, mas não vai falhar. Pelo menos comigo não vai. Eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem que tenha que demorar 20 anos?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem que tenha que demorar 20 anos, ela não vai tardar nem vai falhar.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Deputado Presidente, eu posso ser sincero com o senhor: eu jamais fiz um ato, um ato sequer, na minha vida que fosse desabonar a minha honra ou a minha profissão. Eu jamais fiz qualquer coisa. Se eu cometi erros, os erros foram cometidos por eu ser humano, e não por ser doloso, não por eu ter intenção. Então, se algum erro eu cometi... Meu pai sempre me disse: se você não cometeu erros, vai dormir, vai sossegado. Se você os cometeu, prepare-se para a punição. E é o que estou aqui aguardando. Até o momento não houve punição pra mim. Portanto, significa pra mim que eu não fiz nada de errado realmente, nem no caso de Taubaté muito menos no caso de Franco da Rocha. E estou tentando esclarecer para as autoridades judiciais que houve um equívoco bastante grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De quem?



O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Eu não sei. Minha é que não foi. O que eu posso lhe garantir é que minha não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Sr. Relator, caros Deputados, Dr. Antônio, eu ouvi aqui os depoimentos do Dr. Pedro Henrique e Dr. Rui. Eu estou chegando, eu tive que sair, mas eu assisti todo o seu depoimento lá em São Paulo. Eu até estou convencido que, em Taubaté, o serviço foi montado. E a gente conhece esse tipo de serviço de transplante, principalmente numa forma pioneira, que têm as dificuldades e tudo mais. Foi lá há quase 20 anos atrás e não me ficou assim a impressão de que tenha tido aceleração de morte dos pacientes ou tráfico. Agora, eu, com respeito a Franco da Rocha, acho que é uma história complicada, eu acho que é uma história complicada. Franco da Rocha... ficou para mim ali claro, com aqueles depoimentos do delegado, daquele inquérito, muito claro, porque são pessoas diferentes de uma da outra. E eu vejo que aquela situação lá da retirada de órgãos e de encaminhamento às faculdades, aquilo ali, mesmo com aquela questão de convênio com as faculdades, é uma questão intrigante e duvidosa. Eu acho que é uma questão intrigante e duvidosa. Então, eu vejo também que, mesmo o Dr. Manreza, que considero um dos nomes mais preparados da neurocirurgia do País... o senhor está falando que aprendeu — não fez, mas aprendeu — e até faria se fosse necessário um processo sobre areia, base de areia. Foi isso que o senhor disse aqui.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - O que eu disse é que eu aprendi com essas pessoas como fazer, mas nunca fiz.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O senhor não fez, mas poderia até fazer.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Nunca fiz.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Nunca fez, mas poderia.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Jamais farei, Deputado, pode ter certeza.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Então, a questão lá de Franco da Rocha, acho muito intrigante realmente e muito confusa. E, na realidade, um parecer meu assim, eu saí convicto que lá existia problema. Com respeito à morte



encefálica, há um processo, por exemplo, até pericial depois, realmente pode ficar dúvida. Mas eu quero dizer para o senhor que, na realidade, o tráfico de órgãos... Até tive informações. Há poucos dias, lá na minha região, um amigo disse que um jovem foi assassinado — até nós vamos ver isso —, era universitário de uma outra localidade, e que ele foi lá para ajudar para liberar o corpo e quando chegou lá em um determinado local, estava lá aberto, cheio de serragem e os órgãos em um balde. Exatamente como lá em Franco de Rocha era feito. A gente vê realmente que essa situação ocorre. Mas, eu quero dizer para o senhor que é claro que esses protelamentos desses processos têm levado, parece que nesse caso aí, a prolongamento de uma decisão judicial, usando, é claro, o Direito — o advogado usa todas as formas que ele tem para defender o seu cliente. Mas eu também concordo que essa protelação tem prejudicado vocês mesmos ou quem está acusando. Então, Dr. Antônio Aurélio, eu não tenho direito de prejudicar ninguém e nem tenho direito de acusar ninguém, mas acredito que essa investigação de Franco da Rocha tem de ser aprofundada. É claro que esta CPI se preocupa com o tráfico de órgãos, ela se preocupa até com o prejuízo que todas essas questões têm trazido para os transplantes em nosso País. Às vezes, o senhor pode ficar achando que está sendo agredido e tudo, mas aqui é de esclarecimento. Eu vejo dessa forma e vejo também que realmente vamos tirar essas dúvidas para que possamos ajudar a esclarecer esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu, nós... Pois não, pois não.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Deputado Geraldo Thadeu, eu concordo com o senhor. E essa situação que o senhor se referiu na sua região acontece com frequência, porque ela é um ato médico, ela não é um ato criminoso. Ela é um ato médico, a gente faz os exames no cadáver, *post mortem*, para poder fazer a saúde pública no País. É para isso que nós fazemos. O caso de Franco da Rocha, que para o senhor parece muito complicado, se eu puder ser sucinto, eu diria que é muito parecido com o caso de Taubaté. Era um local, uma instituição que estava iniciando e que precisava do apoio e que não tinha dinheiro, financeiro, não tinha dinheiro para poder fazer, andar pelas próprias pernas. Então, foi tentando fazer um convênio com outras pessoas para tentar, para que essa



situação vingasse. E vingou, está lá até hoje, o posto de Franco da Rocha existe e está lá sendo utilizado e beneficiado pela população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em Taubaté também foi assim?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Infelizmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Pelo que soube Taubaté extinguiu esse programa e até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas quando iniciou, foi pelos mesmos motivos?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não sei, porque eu não participava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tinha alguma dificuldade e foram feitos alguns convênios para vender os órgãos para resolver o problema financeiro?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não sei. Presidente, eu vou ser honesto com o senhor, eu estava recém-formado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, porque o senhor falou que o caso de Franco da Rocha era parecido com o de Taubaté.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Pode se comparar. Porque era uma situação, quer dizer, inicial, estávamos começando, ninguém tinha feito tal situação até então no Instituto Médico Legal, eu procurei o próprio Dr. Carlos Delmont para me dar informações. Foi a primeira pessoa que eu procurei. A segunda pessoa que eu procurei foi o chefe meu imediato, que era o doutor chefe do Instituto Médico Legal, e o chefe da Superintendência. E a eles relatei e coloquei para eles, verdadeiramente, o que estava acontecendo, o que a legislação permitia. Bom, nessa situação, então, nós estávamos iniciando todo procedimento. Todo procedimento que começa pode ter falhas, não que a gente as queira, mas pode ter. Então, eu não tinha todo o comando de tudo lá em Franco da Rocha. Não que eu não fosse comandante, não é isso, eu comandava o meu posto, dali para frente eu não tinha mais comando. Quem fazia o transporte, quem era a funerária... Eu fazia questão de manter um fosso grande entre as funerárias e o posto médico legal por entender que haviam interesses diferentes entre o serviço



público e o serviço... O senhor está dizendo do delegado que fez uma investigação espetacular. Eu acho que não, e já expliquei isso em juízo. Agora, vamos aguardar o que os juízes vão decidir.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - O serviço de Franco da Rocha continua?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Continua normalmente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Aquele convênio com as faculdades continua?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Continua por uma pessoa que eu indiquei como chefe e que hoje atualmente é chefe da Grande São Paulo. É uma pessoa de excelente...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - São passados ainda órgãos de cadáveres para as faculdades?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, o senhor não entendeu. O serviço do Instituto Médico Legal, o Serviço de Verificação de Óbito, essa confusão que o senhor está fazendo e que é muito comum...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, não...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - É sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, não estou fazendo confusão.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Está.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Estou falando para o senhor que o senhor tem o serviço de Instituto Médico Legal normal.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Esse continua?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - E o SVO também.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas e aquele convênio com as faculdades?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, aquilo lá não. Aquilo lá morreu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Morreu com...

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Com a minha saída acabou. Na denúncia já acabou, na denúncia encerrou-se.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Até me lembro que o juiz tinha que dar uma autorização.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Isso, isso, exato.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas o juiz nem sabia, nunca foi lá ver nada?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - É, o Ministério Público também dava o parecer dele.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas nunca foi ver?

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Não, ele não precisa ver. Ele verificava se estava dentro da lei. Ele não precisava... Eu?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ele confiava nos papéis só.

O SR. ANTÔNIO AURÉLIO DE CARVALHO MONTEIRO - Exato, ele confiava, não, eu sou uma autoridade, ou era pelo menos, uma autoridade policial judiciária. Eu informava ao juiz que o corpo tal, tal, tal precisava fazer um traslado para tal lugar e o juiz, mediante o Ministério Público, dava autorização ou não. No caso onde não houve autorização, Deputado, o corpo voltou e foi sepultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos a presença do Dr. Antônio Aurélio de Carvalho Monteiro ao plenário da Comissão. E as informações prestadas com certeza serão utilizadas pelo Relator, o nobre Deputado Pastor Pedro Ribeiro, do PMDB do Ceará, que tem feito um excelente trabalho à frente desta Comissão.

Queremos agradecer a presença dos Deputados Geraldo Thadeu e Geraldo Resende também até o final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós queremos neste momento, antes de encerrar os trabalhos desta Comissão, agradecer a presença de todos que ficaram conosco até este horário participando desta Comissão e dizer que amanhã nós teremos reunião apenas para votação de requerimento, às 14h. A pauta ainda será enviada para o gabinete dos Parlamentares.

Amanhã, às 10h, faremos uma reunião interna dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o tráfico de órgãos humanos na sala das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião. Que Deus nos abençoe.